



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING

ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

MODALIZADORES NO GÊNERO OFÍCIO: uma descrição semântico-
argumentativa

JOÃO PESSOA
2011

ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

**MODALIZADORES NO GÊNERO OFÍCIO: uma descrição
semântico-argumentativa**

Dissertação submetida à Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, na área Teoria e Análise Linguística.

Orientador: Profº. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

JOÃO PESSOA
2011

B327m Bastos, Ana Carolina Vieira.

*Modalizadores no gênero ofício: uma descrição
semântico-argumentativa / Ana Carolina Vieira Bastos.-
João Pessoa, 2011.*

113f.

Orientador: Erivaldo Pereira do Nascimento

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

*1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística. 3.
Gênero ofício. 4. Teoria da Argumentação. 5. Teoria da
Modalização.*

UFPB/BC

CDU: 801(043)

ANA CAROLINA VIEIRA BASTOS

MODALIZADORES NO GÊNERO OFÍCIO: uma descrição semântico-argumentativa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Teoria e Análise Linguística.

Aprovada em: 18 / 03 / 2011

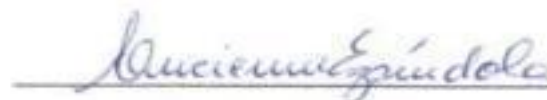
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

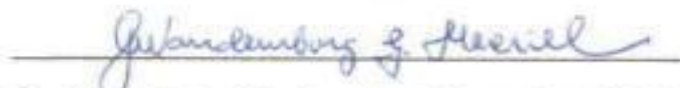
(Orientador)



Prof. Dr. Lucienne Claudete Espíndola

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

(Examinadora)



Prof. Dr. João Wandemberg Gonçalves Maciel

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

(Examinador)

Dedico este trabalho:

Ao meu pai (*in memorian*) e ao meu irmão Roberto (*in memorian*). Posso ver o olhar confiante e o sorriso orgulhoso de ambos.

A minha mãe e ao meu irmão Romero, companheiros de vida. É muito bom poder sentir os abraços de uma família tão amorosa.

AGRADECIMENTOS

A Deus. Deus é tudo. Obrigada, Senhor, por mais essa experiência de crescimento em minha vida;

Ao meu orientador Prof^o. Dr. Erivaldo Pereira Nascimento, pelo respeito, amizade, compreensão, paciência, incentivo e ajuda incessantes neste projeto;

Aos meus primos, primas, tios e tias, por sempre me apoiarem em minhas decisões e por me darem o impulso necessário para que eu siga adiante;

Aos amigos, que souberam respeitar meus momentos de ausência;

Aos meus colegas de curso, em especial Henrique, Marcos, Edivânia e Claudiane, por compartilharem comigo as angústias, alegrias e desafios de cursar mestrado;

Aos meus colegas de trabalho do Yázigi Internexus e da UFPB, que me incentivaram e sempre acreditaram em mim;

A todos os meus professores da UFPE e da UFPB, que me mostraram o encantador caminho das Letras.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma descrição semântico-argumentativa do gênero textual/discursivo denominado ofício. A hipótese que norteia a investigação é que a argumentatividade se processa no gênero ofício, principalmente através dos modalizadores. O *corpus* coletado é constituído por 100 exemplares de ofícios recebidos por uma instituição de ensino superior, entre os anos de 2008 e 2009. A investigação, de natureza descritiva, tem como referencial a Teoria da Argumentação na Língua e a Teoria da Modalização. De acordo com a primeira, há elementos na própria língua que marcam a presença da argumentatividade. Através da Teoria da Modalização é possível perceber o ponto de vista do locutor diante do enunciado, manifestando suas intenções, atitudes e julgamentos. Apesar de possuir caráter eminentemente descritivo, a pesquisa mostrou, ao longo dos textos analisados, que os modalizadores avaliativos, deônticos de obrigatoriedade e epistêmicos asseverativos são os mais frequentes, denunciando forte engajamento do locutor com relação aos enunciados nos quais esses modalizadores aparecem, inclusive, havendo casos de coocorrência. A partir da constatação de que o uso dos modalizadores é a principal estratégia argumentativa do gênero ofício, ressalta-se a importância de se estudar esse gênero com mais profundidade para que outros aspectos, além dos formais, sejam levados em consideração, quando da sua produção e/ou recepção.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Modalização. Gênero ofício.

ABSTRACT

The purpose of this study is to describe through a semantic-argumentative perspective the textual/discursive genre named official letter. The hypothesis investigated is that argumentativity occurs in official letter genre mostly through the use of modals. The *corpus* consists of 100 official letters received by a university between the years of 2008 and 2009. Two theories were used as support for this descriptive investigation: the Theory of Language Argumentation and the Theory of Modalization. According to the first, language itself has elements that prove the presence of argumentativity. The Theory of Modalization shows how it is possible to perceive the locutor's position, intentions and judgments, therefore the text direction. It was found that the modalization that shows the locutor's evaluation and the deontic and epistemic modals are the most frequently used. This shows the locutor's strong involvement with the propositional content. There were also found cases of co-occurrences. The results proved the hypothesis and indicate the need of more studies concerning the official letter genre so that other aspects than the formal ones will be taken into consideration for its production/reception.

KEYWORDS: Argumentation. Modalization. Official letter genre.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de modalização.....	47
Tabela 2. Ocorrência dos modalizadores no gênero textual ofício.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Seção 1. ARGUMENTAÇÃO: um breve percurso	15
1 A argumentação do ponto de vista retórico.....	15
2 Argumentação na Língua: contribuição dos estudos de Ducrot e colaboradores.....	20
2.1 Considerações sobre os aspectos objetivo, subjetivo e intersubjetivo.....	23
2.2 Noções importantes para a compreensão da Teoria da Argumentação na Língua.....	26
Seção 2. TEORIA DA MODALIZAÇÃO: marcas de subjetividade.....	30
1 A temática da modalidade nos estudos sobre a linguagem.....	30
2 A modalidade como parte da atividade ilocucionária.....	35
3 O modo na estruturação e na interpretação semântica das sentenças.....	37
Seção 3. O GÊNERO OFÍCIO.....	49
1 Teoria dos gêneros.....	49
2 O ofício nos manuais de redação.....	53
3 Ofício como gênero do discurso.....	59
Seção 4. MODALIZADORES NOS OFÍCIOS.....	62
1 A modalização nos ofícios.....	64
1.1 Modalização epistêmica.....	64
1.2 Modalização deôntica.....	74
1.3 Modalização avaliativa.....	85
1.4 Coocorrência de modalizadores.....	96
2 Breves considerações a respeito dos resultados obtidos	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	
<i>Corpus</i>	

INTRODUÇÃO

“O elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo”

(CITELLI, 1986, p. 6)

Os gêneros textuais do universo da correspondência oficial ainda são pouco investigados, tanto nas universidades como nas escolas que oferecem cursos profissionalizantes.

No caso do ofício, por se tratar de uma correspondência característica do mundo administrativo e mais frequentemente utilizada para comunicação nas instituições públicas, seu emprego está limitado a situações muito específicas de uso e, conseqüentemente, não tem conquistado espaço nas escolas regulares tampouco nos cursos de formação superior. Geralmente, o interesse pela compreensão e produção desse gênero textual se dá a partir de um contexto de uso específico, como no caso de concursos públicos ou em ambiente de trabalho, para citar alguns exemplos.

Para redigir um ofício, tanto o cidadão comum como os funcionários de instituições públicas e privadas geralmente recorrem aos chamados manuais de redação oficial ou apostilas de Português Instrumental. Nesses materiais, geralmente poucas linhas são dedicadas a respeito dos usos da língua, as intenções do locutor do texto bem como os efeitos que essa comunicação pretende produzir no interlocutor.

Uma pesquisa superficial sobre o tema “ofício” será suficiente para se constatar que o tratamento dispensado a esse tipo de correspondência resume-se a definições vagas, que se repetem ao longo das publicações, como esta: “O ofício é o meio de comunicação por escrito mais usado pelos órgãos de serviço público. Utilizado pelas autoridades para troca de informações administrativas, também pode ter cunho social (convites, agradecimentos, felicitações etc.)” (TELLES, 1984, p.508).

Essas definições geralmente são seguidas por uma série de normatizações para que o gênero seja produzido corretamente. Muito frequentemente, o foco de tais descrições recai sobre as questões de formatação, que se sobressaem ao conteúdo e que parecem dar conta da explicação sobre o que vem a ser um ofício.

Ainda sobre o tratamento dado à forma, também é comum haver descrições de suposta neutralidade para esse tipo de gênero, cuja função seria apenas a de comunicar algo com “[...] impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal.” como prescreve o próprio Manual de Redação da Presidência da República¹ (2002, p.12). O referido manual traz, ainda, orientações mais específicas sobre as redações oficiais: “[...] elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem.” (2002, p.12).

Entretanto, como se sabe, “Os gêneros são modelos comunicativos. Servem, muitas vezes, para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para uma determinada reação.” (MARCUSCHI, 2002, p.33). Apesar de haver todo um cuidado com o formato para que a comunicação circule sem problemas entre as instituições, há, sim, nessas correspondências, espaço para subjetividade, intenção do locutor em produzir uma reação no interlocutor, expressos através da argumentatividade e que deve ser considerada.

A importância de se pesquisar a argumentatividade nos ofícios reside no fato de que o tratamento dado aos textos oficiais nas instituições escolares como um todo e também nos cursos instrumentais precisa ser revisto. O foco dado à forma acaba por encobrir a importância do estudo e consequente utilização da força de determinados elementos linguístico-discursivos que denunciam algumas manifestações das estratégias argumentativas utilizadas pelos locutores do discurso. Tais fenômenos podem ser descritos tomando-se por base a Teoria da Argumentação (DUCROT, 1988), segundo a qual a argumentação está marcada na própria língua, e também pela Teoria da Modalização, que mostra como o locutor se posiciona em relação ao que está sendo enunciado.

Como se pode perceber, as descrições, as orientações que constam nos manuais, apostilas, cursos de redação oficial apresentam o mesmo problema: na maioria das vezes, enfatizam apenas os aspectos formais, a neutralidade e impessoalidade do gênero.

¹ MENDES, Gilmar. Ferreira; FORSTER JUNIOR, Nestor José. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2. ed. revista e atualizada. Brasília, Distrito Federal, 2002.

Dessa forma, tendem a não levar em consideração outros aspectos importantes como as marcas de intencionalidade que o locutor deixa registradas em seus enunciados. É de vital importância que a comunicação nos ofícios não seja vista apenas como uma sequência de informações reunidas em um documento oficial, filtradas, puras, isentas de qualquer intenção.

Apesar de os ofícios serem comunicações com um padrão rígido de normatização e que estabelecem relações interpessoais formais, há marcas que podem ser recuperadas como prova da argumentação inerente à língua, como defende Ducrot (1988) e também como possibilidade de reflexão sobre a neutralidade, impessoalidade e imparcialidade dos textos oficiais.

Para esta pesquisa, nossa hipótese é que a argumentatividade se processa no gênero ofício principalmente através dos modalizadores, posto que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo, como afirma Ducrot (1988).

Assim, os objetivos deste trabalho são descrever o funcionamento semântico-argumentativo dos modalizadores discursivos no gênero textual/discursivo ofício e identificar os efeitos de sentido que esses geram nos enunciados em que aparecem.

Esta pesquisa, de caráter descritivo, teve como primeiro passo o levantamento do *corpus* constituído por 100 exemplares de ofícios dentre os recebidos por uma instituição de ensino superior, durante os anos de 2008 e 2009.

Feita a seleção do *corpus*, identificamos a argumentatividade presente no texto marcada por elementos modalizadores. Em seguida, descrevemos seu funcionamento linguístico-discursivo e analisamos os efeitos de sentido gerados nos enunciados em que apareceram. Por fim, verificamos de que maneira esses se constituem uma característica semântico-discursiva do gênero em estudo.

Dessa forma, dividimos a dissertação em introdução, três seções que abordam as teorias utilizadas, uma seção dedicada à análise propriamente dita e uma seção para as reflexões finais.

Na primeira seção, fazemos um breve percurso acerca dos estudos realizados por alguns teóricos sobre a argumentação. As contribuições de Perelman (1999), mesmo de base retórica, são importantes para entendermos o percurso histórico que o autor faz a respeito dos estudos sobre argumentação. Em seguida, apresentamos alguns conceitos

importantes da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Oswald Ducrot e colaboradores (1988).

Na seção seguinte, trazemos para a nossa pesquisa as contribuições advindas da Teoria da Modalização, que explica como um locutor pode se posicionar ou avaliar o que está sendo enunciado. Baseando-nos nas pesquisas empreendidas por Cervoni (1989), apresentamos, de forma resumida, como o tema das modalidades, nos estudos linguísticos, recebe a influência da lógica. Em seguida, são apresentadas algumas classificações das modalizações, entre as quais a proposta por Castilho e Castilho (2002), reformulada por Nascimento (2005) e (2010), adotada neste trabalho, além da classificação proposta por Koch (2002).

Ressaltamos que a concepção de língua que alicerça este trabalho é a de que a língua é essencialmente argumentativa, defendida por Oswald Ducrot (1994). Esse conceito é ampliado por Espíndola (2004) ao afirmar que não só a língua é argumentativa, como também o uso que delas fazemos. Finalmente, filiamo-nos também ao pensamento de Koch (2002) ao defender que a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade.

Na terceira seção, apresentamos o gênero ofício, objeto de nossa investigação. Para isso, retomamos alguns conceitos acerca dos estudos sobre gêneros.

A nossa concepção de linguagem baseada numa perspectiva interacionista nos levou a optar por dois teóricos que tratam da questão dos gêneros do discurso nesta mesma direção. Bakhtin (2000) contribui com a definição de gênero que adotamos nesta pesquisa e Marcuschi (2008) amplia o conceito desenvolvido por Bakhtin, ao propor uma nova classificação para os gêneros do discurso por domínios discursivos. Ainda nessa seção é feita uma reflexão sobre o tratamento dispensado aos ofícios pelos manuais de redação e livros técnicos quanto aos aspectos formais e quanto à argumentação propriamente dita.

Na seção da análise, escolhemos um exemplo de ofício para ilustrar cada modalização e que serve de contexto para as análises. Buscamos, com isso, descrever as marcas da subjetividade e as intenções do locutor com relação ao enunciado.

A última seção, que contém as reflexões acerca dos resultados obtidos, revela que os modalizadores são uma presença constante no gênero analisado, constituindo-se numa estratégia argumentativa, confirmando a hipótese levantada. Além disso, demonstra como o funcionamento desses elementos coloca o locutor em posição de

vantagem ao articular o discurso de maneira favorável ao que se pede, reclama ou expõe.

SEÇÃO 1

ARGUMENTAÇÃO: um breve percurso

Introdução

Esta seção tem como objetivo fazer um percurso sobre o tratamento dado à argumentação. Para percorrer esse caminho, optamos pela escolha de dois autores que trazem contribuições importantes: Chaïm Perelman e Oswald Ducrot. O primeiro, revisa o tratamento dado a esse tema desde a tradição greco-latina (concepção tradicional), culminando com a renovação da retórica. É, pois, importante para compreendermos o percurso histórico dos estudos sobre argumentação. Os trabalhos de Ducrot, focados em uma perspectiva linguística, ampliam os estudos e trazem uma nova contribuição às reflexões sobre argumentação.

Entendemos que as reflexões de Perelman sobre os tipos de público-alvo do orador (tipos de auditório) e sobre a subjetividade, mesmo advindas do campo da retórica, mostram como o tratamento dado ao tema da argumentação evoluiu ao longo do tempo. Esses estudos são também importantes para que a teoria de Ducrot e colaboradores, alicerce principal deste trabalho, seja compreendida, pois a partir do entendimento de que a argumentação, outrora tratada como fenômeno exterior à língua, passa, em Ducrot, a ser considerada ela mesma, língua.

1 A argumentação do ponto de vista retórico

Começamos por trazer as contribuições da Retórica Moderna, fundada por Chaïm Perelman, autor de uma vasta produção sobre a questão da racionalidade, entre outros temas.

A Nova Retórica, como também pode ser denominada, adota uma posição crítica ao racionalismo clássico, que, segundo Perelman (1999), conduz a uma concepção

limitada da atividade racional. Assim, é desenvolvida uma nova proposta de se pensar a racionalidade, ao se levar em conta que existe aptidão da razão para lidar com valores, para organizar preferências e para fundar as decisões. Em outras palavras, o referido autor defende um uso prático da razão.

Em suas pesquisas, Perelman partiu da aceitação da lógica como detentora da racionalidade. Entretanto, acabou por verificar que essa era uma visão reducionista, já que, revestidos de uma forte influência da lógica matemática, os estudos acabavam por deixar de lado os tipos de raciocínios em que a forma e o conteúdo não poderiam se dissociar assim como os estudos em que a compreensão não poderia ser separada de seus efeitos práticos. Para o autor (1999), a atividade racional não é apenas cálculo, está ligada à arte da persuasão, às técnicas discursivas que visam obter a adesão intelectual e emotiva de um auditório, seja ele qual for. É com esse pensamento que Perelman (1999), a partir dos estudos da retórica clássica, propõe uma teoria da argumentação.

Em um de seus estudos sobre a justiça, Perelman sentiu a necessidade de pesquisar sobre os juízos de valores. Não contente com a resposta de linha positivista, pôs-se a buscar uma lógica dos juízos de valor e de como constituí-la. Com esse fim, utilizou-se dos mesmos métodos adotados pelo alemão Gottlob Frege, cujos resultados se concretizaram na renovação da lógica formal, ou seja, numa lógica operatória, permitindo cálculos e não numa lógica da classificação, como a lógica clássica de Aristóteles.

Na verdade, a intenção de Perelman (1999) foi retomar os mesmos métodos e aplicá-los a textos que privilegiavam um valor, uma regra, que mostravam que uma determinada ação era preferível a outra. Dessa forma, intentava destacar as lógicas de juízo de valor, como dissemos antes. As investigações de Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca os convenceram de que não existia essa lógica específica dos juízos de valor e que, surpreendentemente, o que estavam buscando já havia sido alvo de reflexões na retórica clássica- a antiga arte de persuadir e convencer.

Através da leitura de algumas obras, foi possível remontar à retórica de Aristóteles e a toda tradição greco-latina. Nesses estudos, perceberam que

[...] nos domínios em que se trata de estabelecer aquilo que é preferível, o que é aceitável e razoável, os raciocínios não são nem

deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas argumentações de toda a espécie, visando ganhar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento. (PERELMAN, 1999, p. 15).

Esse empreendimento, além de ter levado Perelman a compreender o pensamento da tradição greco-latina, o fez perceber a rivalidade que existia entre os filósofos, que defendiam a busca da verdade e da vida contemplativa, em oposição aos retóricos, que priorizavam a técnica de influenciar os homens pela palavra. Contudo, o que o intrigava era compreender como essa retórica de influenciar os homens pela palavra tinha sido substituída por uma retórica da arte de enfeitar, florear o discurso.

Em suas reflexões, observou Perelman que já na antiguidade certos retóricos tinham se especializado na declamação e exibições literárias e que, por outro lado, Aristóteles, Cícero, Quintiliano produziram obras importantes nas quais a retórica era tratada como a arte de persuadir. Inclusive, a Retórica de Aristóteles que cobre três campos: teoria da argumentação, teoria da elocução e teoria da composição do discurso, tem, na teoria da argumentação, seu eixo principal e que compõe dois terços do tratado, fornecendo articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia.

Para Perelman (1999), a retórica morreu quando a retórica das figuras, classificando as diversas formas como se poderia ornamentar um estilo, utilizada em demasia, suplantou o sentido filosófico. Por isso, o renascimento da retórica só foi possível após uma revisão não apenas das relações entre retórica e dialética como também entre a retórica e a teoria da argumentação.

Perelman (1999) lembra que Aristóteles foi consagrado, na história da filosofia, como o pai da lógica formal pelos seus estudos analíticos, estudos esses que são demonstrativos e impessoais.

Nos seus *Analíticos*, Aristóteles estuda formas de inferência válida e, especialmente, o silogismo, que permitem, dadas determinadas hipóteses, delas inferir uma conclusão de forma necessária: se todos os A são B e se todos os B são C, daí resulta necessariamente que todos os A são C. A inferência é válida seja qual for a verdade ou falsidade das premissas, mas a conclusão só é verdadeira se as premissas forem verdadeiras”. (PERELMAN, 1999, p. 21, grifo do autor).

Vale ressaltar que Aristóteles também estudou os raciocínios dialéticos em alguns de seus trabalhos como nos *Tópicos*, na *Retórica* e nas *Refutações sofísticas*. O raciocínio dialético é apreciado pela sua ação sobre um espírito, apresenta argumentos mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes e que não são nunca puramente formais. Por isso, segundo Perelman (1999), ele é também o pai da teoria da argumentação.

A novidade da proposta de Perelman reside no fato de aliar a teoria da demonstração, desenvolvida pela lógica formal, à teoria da argumentação, estudando os raciocínios dialéticos de Aristóteles. Assim, “[...] a teoria da argumentação, concebida como uma nova retórica (ou uma nova dialética) cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, *seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere*.” (PERELMAN, 1999, p. 24, grifo do autor).

Para isso, desenvolveu um conceito ampliado de auditório (interlocutor) ao defini-lo como “[...] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação” (1999, p. 33). Em outras palavras, o auditório é uma construção ideal do orador que o ajuda na tarefa de convencer ou persuadir. Esse auditório, segundo o autor, é muito variável. Pode ser o próprio orador, numa deliberação íntima, quando em meio a uma situação delicada precisar tomar uma decisão. Para Perelman, a deliberação íntima é o melhor exemplo do raciocínio sincero e honesto, no qual o orador não procuraria esconder nada, nem enganar, apenas “[...] triunfar sobre suas próprias incertezas.” (1999, p. 34).

Há, ainda, de acordo com autor, outros dois tipos de auditório; o universal e o particular. O auditório universal teria a possibilidade de atingir toda a humanidade, ou pelo menos aqueles que são competentes e razoáveis para compreender o orador. Já o auditório particular seria formado por seres racionais possuidores de certas afinidades, com interesses específicos, como é caso de religiosos, cientistas etc.

Seja qual for a espécie de auditório, Perelman (1999) acrescenta que o objetivo da argumentação é modificar as convicções, através de um discurso que ganhe a adesão dos espíritos. Outra novidade é que essa adesão não é puramente intelectual. Ela pode incitar ou criar uma disposição para a ação, mudança de atitude e, para que seja eficaz, o orador deve adaptar-se ao seu público-alvo, ou seja, ao tipo de auditório. Ensina

Perelman: “[...] o único conselho, de ordem geral, que uma teoria da argumentação pode dar na ocorrência é recomendar ao orador que se adapte ao *seu* auditório” (PERELMAN, 1999, p. 33, grifo nosso). Uma das formas de se adaptar é através da escolha de premissas da argumentação que se constituam em teses admitidas pelo auditório. E o estudioso acrescenta que “[...] a finalidade da argumentação não é, como a da demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas transferir para as conclusões a *adesão* concedida às premissas” (PERELMAN, 1999, p.41, grifo do autor).

Estabelecida a diferença entre os auditórios e deixando claro que o objetivo da argumentação é provocar não só uma mudança de comportamento, mas também compartilhamento de concepções, Perelman destaca a importância de se diferenciar convencimento e persuasão, a partir do tipo de auditório. O autor (1999, p. 37) estabelece que o discurso dirigido a um auditório do tipo particular tem como objetivo persuadir enquanto que o discurso dirigido ao auditório do tipo universal visa convencer.

Outro aspecto importante para este trabalho e que também é tratado pelo movimento da nova retórica é a subjetividade. Perelman, ao falar sobre argumentação, não deixa de mencionar o cuidado com a linguagem, a importância da seleção prévia, ao proceder uma escolha para atuar diante do auditório:

Toda argumentação implica uma seleção prévia, seleção de fatos e valores, a sua descrição de uma forma particular, numa certa linguagem e com uma insistência que varia consoante a importância de que se lhes confere. Escolha de elementos, escolha de um modo de descrição e apresentação [...] (PERELMAN, 1999, p.54).

O referido autor, embora tenha desenvolvido seus estudos na retórica, ao considerar o auditório (interlocutor) como elemento determinante para as estratégias argumentativas, acaba por adotar uma visão interacionista da argumentação, como bem frisou Nascimento (2005). Daí a inclusão de suas contribuições nesta pesquisa.

Apesar de Perelman citar o papel da língua na argumentação, não aprofunda essa questão. Na verdade, seus esforços se concentram nos argumentos enquanto fatos,

não enquanto língua. Essa preocupação terá lugar nos estudos de Ducrot e colaboradores, como veremos na seção a seguir.

2 Argumentação na Língua: contribuições dos estudos de Ducrot e colaboradores.

No que diz respeito aos estudos tradicionais sobre argumentação, verifica-se que esses a consideram como algo exterior à língua, pois estão, em sua maioria, pautados nos conceitos de verdade, falsidade, adesões a premissas, entre outros. Apesar de Perelman (1999) ter se preocupado com os tipos de auditório, em como despertar o auditório para a ação, sua teoria, dado o caráter retórico, está muito fortemente ligada à habilidade do orador propriamente dita em convencer ou persuadir e não com o uso que esse faz da língua. Na retórica, o orador tem papel principal na argumentação, enquanto que a língua ocupa papel secundário. Não é esse o ponto de vista de Ducrot.

Seguindo uma perspectiva linguística, Ducrot e Anscombre (1994) desenvolveram uma teoria na qual a própria língua é essencialmente argumentativa e é sob essa perspectiva que esta pesquisa se desenvolve, tendo como alicerce principal a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), como vemos a seguir.

Retomando a concepção tradicional, Ducrot (1988) afirma que, na perspectiva retórica, um discurso contém uma argumentação se três condições forem satisfeitas: em primeiro lugar, o discurso deve conter dois segmentos A e C sendo A o argumento e C, a conclusão.

A ordem em que A e C são apresentados é indiferente, podendo A anteceder C, como no caso de “Faz bom tempo, vamos passear” (Hace buen tiempo, vamos a pasear), em que o argumento A é “Faz bom tempo” e onde o segmento “vamos passear”, a conclusão C. Explica Ducrot que o enunciado utilizado como exemplo poderia também ter a sequência inversa: “Vamos passear, pois faz bom tempo” sendo estabelecida a mesma relação entre os argumentos.

A segunda condição é que o argumento A deve indicar um fato F (tradução do espanhol *hecho*, ou *H*). Isso significa que A possui um valor de verdade, podendo ser verdadeiro ou falso.

En consecuencia A es necesariamente de tipo asertivo. No puede ser una interrogación, ni una orden sino una expresión de valor ‘constativo’ (para utilizar um término que Austin empleaba em la primera etapa de su filosofía)². (DUCROT, 1988, p. 73).

Uma outra observação, ressalta o autor, é que o argumento A pode ser julgado como verdadeiro ou falso, independente da conclusão C, ou seja; A possui um valor de verdade em si mesmo, ainda que não seja conhecida a conclusão imaginada pelo locutor. No exemplo “Faz bom tempo, vamos passear”, o segmento “Faz bom tempo” pode ser julgado como verdadeiro ou falso, ainda que não seja apresentada a conclusão “...vamos passear”.

Ducrot (1988) discorda desse ponto de vista e afirma que isso explica uma estratégia comum na argumentação que consiste em perguntar ao interlocutor se está de acordo com A antes de prosseguir com a apresentação de C. Tomando o exemplo anterior, em vez de dizer “Faz bom tempo, vamos passear”, o locutor dirá: “Faz bom tempo, concorda?” Ao receber a aprovação do interlocutor, o locutor apresenta a conclusão “vamos passear”. Dessa forma, o locutor põe o interlocutor em sua situação desfavorável. Essa estratégia ilustra a ideia geral de que o argumento tem seu valor independente da conclusão. Ducrot discorda exatamente por defender que as palavras não têm sentido completo antes das conclusões delas retiradas.

A terceira condição para que haja argumentação segundo a concepção tradicional, é que a conclusão C seja inferida a partir do fato F, em outras palavras, há relação de implicação entre F e C.

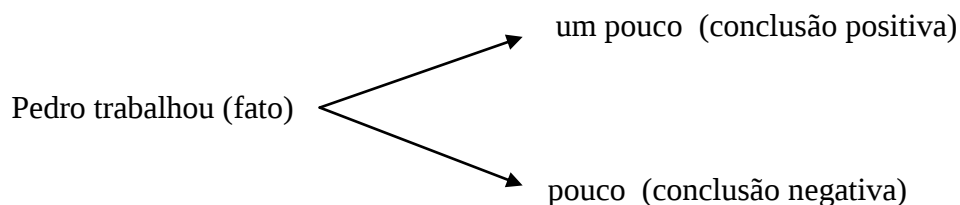
De acordo com Ducrot (1988, p. 75), dizer que há uma relação argumentativa entre A e C segundo a concepção tradicional, (concepção que considera ingênua), equivale a dizer que A indica F e que por sua vez, F implica C. A conclusão C é inferida

² Tradução nossa: Como consequência, A é necessariamente do tipo assertivo. Não podendo ser uma interrogação ou ordem, mas uma expressão de valor ‘constativo’ para utilizar um termo que Austin empregava na primeira etapa de sua filosofia.

apenas a partir de F, por isso é exterior à língua. Nessa concepção, a língua desempenha um papel muito reduzido na argumentação, pois o laço que une F e C depende da lógica, da sociologia, talvez do conhecimento de mundo, de forma que este movimento não está determinado pela língua propriamente. Na perspectiva defendida por Ducrot (1988, p. 79), entretanto, “[...] el poder argumentativo de un enunciado no se determina solamente por el hecho que expresa ese enunciado sino también por su forma lingüística”³.

A razão principal para que Ducrot (1988, p. 76) e colaboradores discordem da concepção tradicional reside no fato de acreditarem haver, em todas as línguas, grupos de frases utilizadas no mesmo contexto cujos enunciados designam o mesmo fato, todavia as argumentações possíveis a partir dessas frases são completamente distintas. Um bom exemplo desse caso são os operadores “pouco” e “um pouco”. Analisando-se as situações: “Pedro trabalhou pouco” e “Pedro trabalhou um pouco” percebe-se que o fato é o mesmo: “Pedro trabalhou”. Se o enunciado é verdadeiro no primeiro exemplo, também o é no segundo exemplo. Em outras palavras; não se pode estar de acordo com a verdade do primeiro exemplo sem também concordar com a verdade do exemplo seguinte. No entanto, as conclusões possíveis a partir desses enunciados são completamente diferentes.

Considerando-se que o trabalho conduz ao êxito, pode-se argumentar que o enunciado “Pedro trabalhou um pouco” conduz a uma conclusão positiva enquanto que “Pedro trabalhou pouco” conduz a uma conclusão negativa, como podemos visualizar abaixo:



³ Tradução nossa: o poder argumentativo de um enunciado não se determina somente pelo fato que esse enunciado expressa, mas também pela sua forma linguística.

Seguindo a orientação proposta por Ducrot, tome-se o exemplo oposto: considere-se que o trabalho seja causa de fracasso porque conduz ao cansaço ou porque as pessoas que trabalham dispõem de pouco ou quase nenhum tempo para passear. Esse contexto conduz às seguintes conclusões: o enunciado “Pedro trabalhou pouco” conduz à conclusão positiva, enquanto que “Pedro trabalhou um pouco” conduzirá à uma conclusão negativa.

O que Ducrot queria ressaltar ao utilizar esses exemplos é que os fatos, ao serem submetidos aos mesmos contextos, podem levar a conclusões opostas, ou seja, “[...] la forma lingüística misma impone ciertas argumentaciones y no otras.”⁴ (DUCROT, 1988, p. 77), pois é a partir da segunda expressão que o sentido lançado pela primeira expressão será conduzido à conclusão. E acrescenta: “[...] la conclusión no se explica solamente a partir del hecho expresado por el segmento A sino a través de la forma Lingüística de A. En otras palabras la argumentación está marcada en la lengua misma.”⁵ (DUCROT 1988, p. 80).

2.1 Considerações sobre os aspectos objetivo, subjetivo e intersubjetivo

Ducrot (1988, p. 49), determinado a opor-se à concepção tradicional de sentido, mostra que geralmente três tipos de indicações são descritas nos enunciados:

- 1- Objetivas - que consistem em uma representação da realidade;
- 2 - Subjetivas - que indicam a atitude do locutor diante da realidade;
- 3 - Intersubjetivas - que se referem às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige.

Ducrot (1988), ao desenvolver sua teoria, parte de uma análise dessas indicações tradicionais de sentido do enunciado ao passo que as critica, construindo, assim, a Teoria da Argumentação.

⁴ Tradução nossa: a própria forma linguística impõe certas argumentações e não outras.

⁵ Tradução nossa: a conclusão não se explica somente a partir do fato expresso pelo segmento A, mas através da forma linguística de A. Em outras palavras; a argumentação está marcada na própria língua.

Aplicando-se os conceitos tradicionalmente utilizados em um enunciado do tipo “Maria é estudiosa” e observando-se o sentido desse enunciado, percebe-se que há um aspecto objetivo ao se descrever Maria como estudiosa. Também, de acordo com a tradição, está presente o aspecto subjetivo ao ser indicada uma espécie de admiração do locutor por Maria. O aspecto intersubjetivo se apresenta de forma a permitir que o locutor peça ao destinatário, por exemplo, que tenha confiança em Maria por ser estudiosa ou, ao contrário, que desconfie dela. Em outras palavras, o enunciado serve para solicitar ao interlocutor que tenha um determinado comportamento em relação a Maria.

Analizando-se outro exemplo como “O dia hoje está ensolarado”, percebe-se, assim como no exemplo anterior, que esse enunciado contém um aspecto objetivo ao descrever o tempo. Ao dizer que “o dia hoje está ensolarado”, o locutor também diz que não está chovendo, que não há nem vento frio nem nuvens. Nesse mesmo enunciado, há também um aspecto subjetivo porque indica, na maioria dos casos, uma certa satisfação do locutor pela condição climática. O aspecto intersubjetivo também se faz presente porque permite ao locutor a possibilidade de propor ao interlocutor uma saída para passeio, por exemplo.

Ainda, com referência aos estudos tradicionais, Ducrot (1988, p.50) frisa que o aspecto objetivo dos enunciados recebe o nome de denotação. Os aspectos subjetivo e intersubjetivo são denominados conotação. Para o referido autor, todavia, essa diferença não existe. O autor não crê que a linguagem ordinária possua um componente objetivo tampouco acredita que os enunciados de linguagem acessem de forma direta a realidade, ou seja; não a descrevem diretamente.

De acordo com Ducrot (1988), se a linguagem ordinária descreve a realidade, ela o faz através dos aspectos subjetivo e intersubjetivo. Para esclarecer melhor essa questão, é necessário retomar o primeiro exemplo aqui discutido: “Maria é estudiosa”.

A descrição de Maria como sendo estudiosa está muito ligada à admiração subjetiva que o locutor tem por Maria. Assim sendo, o fato de ser estudiosa não significa nada se não for considerada a admiração que o locutor sente pela dedicação aos estudos. O mesmo raciocínio se aplica aos aspectos intersubjetivos, pois dizer que

“Maria é estudiosa” é, de maneira inseparável, solicitar ao interlocutor que se porte de determinada maneira com relação a Maria.

Para Ducrot (1988, p. 51), a descrição, ou seja, o aspecto objetivo se dá através da expressão de uma *atitude* e também através de um *chamado* feito pelo locutor ao interlocutor. Dessa forma, a pura descrição não existe, pois está permeada pela subjetividade e pela intersubjetividade. Ducrot (1988, p. 51) unifica, ainda, os aspectos subjetivo e intersubjetivo, passando a chamá-los de *valor argumentativo* dos enunciados. Segundo o autor,

El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso. En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina⁶. (DUCROT, 1984, p. 51).

Ducrot (1984, p. 51) considera o *valor argumentativo* de uma palavra como “o papel que ela pode desempenhar no discurso”. Para o autor, o valor argumentativo “é o nível fundamental da descrição semântica”.

Retomando o exemplo de Maria, quando o locutor diz: “Maria é estudiosa”, não poderia continuar seu discurso dizendo “... logo não poderá passar na prova”, porque o conjunto de possibilidades e de impossibilidades discursivas imposto pelo adjetivo “estudiosa” não permite esse tipo continuação, ao mesmo tempo em que aponta e permite continuar o discurso da seguinte forma: “Maria é estudiosa, logo terá bons resultados nos exames”.

Para Ducrot, a palavra *sentido* significa pelo menos duas coisas: significação e direção. O sentido de uma palavra é, ao mesmo tempo, uma orientação no discurso.

⁶ Tradução nossa: o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso. A meu ver, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que o seu emprego determina.

Como se pode observar, a Teoria da Argumentação desconstrói a separação denotação-conotação, assim como destrói a oposição objetivo/subjetivo/intersubjetivo.

2.2 Noções importantes para a compreensão da Teoria da Argumentação na Língua – TAL

Para que a Teoria da Argumentação seja compreendida, é imprescindível entender algumas distinções feitas por Ducrot (1988). Uma delas é a diferença entre frase e enunciado.

Para Ducrot (1988, p. 53), o enunciado é “una de las múltiples realizaciones posibles de una frase. De esto resulta que el enunciado es una realidad empírica, es lo que podemos observar cuando escuchamos hablar a la gente”⁷.

Segundo essa perspectiva, se alguém disser; por exemplo, três vezes seguidas “O dia hoje está ensolarado”, serão exatamente três enunciados sucessivos de uma mesma frase. Ainda, de acordo com esse ponto de vista, a frase é “[...] una entidad teórica. Es una construcción del lingüista que le sirve para explicar la infinidad de enunciados”⁸. Isso significa que a frase não pode ser observada. Segundo Ducrot (1988, p. 53), “[...] no oímos, no vemos frases. Solamente vemos e oímos enunciados”⁹. Ainda, na opinião do autor, “[...] todo discurso está constituído por una sucesión de enunciados”¹⁰. Cada um desses enunciados é a realização de uma frase. Mesmo com a existência de segmentos sucessivos, se um segmento faz alusão a outro, há um só enunciado. Ducrot (1988, p. 53) explica da seguinte forma a segmentação dos enunciados:

“[...] supongamos que un discurso tenga dos segmentos sucesivos S1 y S2. Si el segmento tiene sentido solamente a partir del segmento S2, entonces La secuencia S1 + S2 constituye un único enunciado. En

⁷ Tradução nossa: é uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase; é uma realidade empírica, o que podemos observar quando ouvimos as pessoas falarem.

⁸ Tradução nossa: uma entidade teórica; uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados.

⁹ Tradução nossa: não ouvimos, não vemos frases. Só vemos e ouvimos enunciados.

¹⁰ Tradução nossa: todo discurso está constituído por uma sucessão de enunciados.

otras palabras, si S1 hace alusión a S2, diré que hay um solo enunciado que contiene a la vez los dos segmentos S1 y S2”¹¹.

O exemplo clássico que ilustra esse ponto de vista é o que se segue: “Faz calor lá fora, vamos passear” (Hace calor afuera, vamos a pasear). Nesse enunciado, há os seguintes segmentos:

S1: Faz calor lá fora.

S2: Vamos passear.

Observe-se que o primeiro segmento é argumento para o segundo. É importante frisar que Ducrot defende a existência de apenas um enunciado nesse exemplo, embora outros estudiosos possam defender a existência de dois, principalmente aqueles que trabalham com a noção de denotação. Para esses, a função fundamental de um enunciado é comunicar uma informação e como o segmento S1 aparentemente contém uma informação completa, logo concluem que esse segmento constitui, por si só, um enunciado e S2, outro.

Ducrot discorda dessa posição. Dada sua função argumentativa, o primeiro segmento “Faz calor lá fora” não contém uma informação completa, pois a informação fornecida por esse segmento não é compreensível se não for conhecido o segmento S2. Para o mesmo segmento S1 “Faz calor lá fora”, por exemplo, as duas combinações são aceitáveis, pois o calor pode servir de argumento a favor ou contra um passeio:

Faz calor lá fora (S1)	{	vamos passear (S2 A). não vamos passear (S2 B).
------------------------	---	---

Assim sendo, o segmento S1 não tem o mesmo sentido em S2 A e em S2 B. O calor em S2 A é visto como algo convidativo a um passeio, exercício físico, agradável.

¹¹ Tradução nossa: suponhamos que um discurso tenha dois segmentos sucessivos S1 e S2. Se o segmento tem sentido somente a partir de do segmento S2, então a sequência S1 + S2 constitui um único enunciado. Em outras palavras, se S1 faz alusão a S2, direi que há um só enunciado que contém S1 e S2.

Em S2 B, o calor é visto de maneira diferente, como algo desagradável, pesado, como um fator impeditivo. Não se trata do mesmo calor. Ducrot (1988, p. 55) afirma que “[...] cada vez que tengo una secuencia donde el primer segmento es argumento para el segundo, diré que hay un solo enunciado y por lo tanto una sola frase.”¹²

Depois de haver feito a distinção entre frase e enunciado, Ducrot (1988, p. 56) define língua como “un conjunto de frases” e diz que descrever uma língua é descrever as frases dessa língua de forma sistemática, calculando o seu valor semântico. Em seguida, faz a distinção entre *significação e sentido*. E afirma (1988, p. 60) que o sentido de um enunciado “[...] se produce cuando se há obedecido a las indicaciones dadas por la significación”¹³. Por *significação*, entende-se o valor semântico da frase. Consiste num conjunto de instruções, direções que permitem interpretar os enunciados da frase. Trata-se, em outras palavras, de uma espécie de *modo de emprego* que permite compreender o sentido dos enunciados, o trabalho que se deve ter para compreender o enunciado. Ducrot defende que a *significação* seja *essencialmente aberta*, caso contrário, algumas descrições de palavras podem ser inexatas. É o caso da *significação* de frases do tipo “X mas Y”, quando tratadas de acordo com a concepção tradicional.

Tradicionalmente, uma frase como “Paulo é político, mas honesto”, deve ser descrita da seguinte forma: X é verdadeiro; Y é verdadeiro; geralmente, quando X é verdadeiro, Y é falso.

Aplicando-se ao exemplo anterior, tem-se: Paulo é pertencente a uma classe profissional (X é verdadeiro) e Paulo é honesto (Y é verdadeiro como descrição). A descrição é clara. De acordo com a indicação, analisando-se “geralmente quando X é verdadeiro, Y é falso” tem-se: quando alguém pertence à classe política, geralmente não é honesto. Aqui, a descrição tradicional se aplica. Entretanto, há uma infinidade de outros casos, como o citado pelo próprio Ducrot (1988, p. 59), no qual a descrição tradicional não se cumpre. Exemplo:

María sí estaba pero estaba con la mamá. (Maria estava, sim, mas estava com a mãe dela)

¹² Tradução nossa: cada vez que tenho uma sequência em que o primeiro segmento é argumento para o segundo, direi que há um só enunciado e, portanto, uma só frase.

¹³ Tradução nossa: se produz quando são obedecidas as indicações fornecidas pela *significação*.

A significação dessa frase não pode ser descrita a partir do modo tradicional, pois não se trata de verificar simplesmente a veracidade de X e Y tampouco de conceber que geralmente quando X é verdadeiro, Y é falso. Trata-se principalmente de entender que o enunciado significa:

X – que Maria estava ali

Y – que a mãe de Maria também estava

Mas, em muitas ocasiões, não significa que quando Maria está naquele local, geralmente não está com sua mãe. Além disso, esse enunciado pode significar, por exemplo, que Maria estava ali - e isso agradou ao locutor, mas estava com sua mãe e isso, conseqüentemente, não agradou.

Contrariamente à posição tradicional de interpretação de enunciados “X mas Y”, Ducrot (1988, p. 59) lança a proposta de manter “X é verdadeiro, Y é verdadeiro” e propõe: “[...] busque uma conclusão r de modo que seja justificada por X, e uma conclusão não-r (ou seja; negação de r), justificada por Y”. De acordo com essa proposta, deve-se buscar a conclusão que o locutor tinha em mente ao produzir o enunciado. Inclusive, a conclusão pode variar de maneira infinita, de acordo com os enunciados. Para o enunciado descrito acima, pode-se concluir o seguinte: o locutor estava satisfeito pela presença de Maria, mas não o agradava a presença de sua mãe. Ou ainda: A presença de Maria não seria muito agradável, mas o fato de a mãe estar presente, o tranquilizava.

A partir dessas reflexões, propostas por Ducrot, é possível perceber como a argumentação se processa por meio de diferentes estratégias linguístico-discursivas, dentre as quais, a utilização de modalizadores, como pode ser verificado no capítulo a seguir.

SEÇÃO 2

TEORIA DA MODALIZAÇÃO: marcas de subjetividade

Introdução

Nesta seção é apresentada a teoria da modalização a partir de autores como Cervoni (1989), Castilho e Castilho (2002), Koch (2002), além da reformulação proposta Nascimento (2005), que será adotada nesta pesquisa. Os estudos sobre modalização, por levarem em consideração as marcas da subjetividade do locutor, são de vital importância para as nossas análises, pelo fato de a modalização veicular argumentatividade. Com a inclusão desses estudos, objetivamos abordar aspectos não tratados na teoria da argumentação, proposta por Ducrot e colaboradores.

Iniciamos esta seção chamando atenção para o fato de que, na Teoria da Modalização, o termo *modalização* não é senso comum entre os autores. Alguns preferem o termo *modalidade* enquanto que outros fazem uso do termo *modalização*. É importante frisar que, apoiados em Castilho e Castilho (1993) e em Nascimento (2009), utilizaremos para nossa análise os dois termos indistintamente.

1 A temática da modalidade nos estudos sobre a linguagem

Cervoni (1989, p. 53), que utiliza o termo modalidade, destaca que quando esse tema é apresentado, geralmente se recorre à ideia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um dito e uma modalidade.

O dito corresponde ao conteúdo proposicional e a modalidade, ao ponto de vista do sujeito falante a respeito do conteúdo. Esse tipo de definição, segundo o autor, abre espaço para uma série de debates, explicações e complementações.

A primeira observação que o autor faz a esse respeito é que a modalidade não deve ser confundida com conotação, outra manifestação da subjetividade da linguagem: “[...] ao contrário da conotação, a modalidade é constitutiva da significação fundamental, da *denotação*; ela não tem nada de acrescentado; a frase menos

modalizada comporta uma modalidade mínima” (1989, p. 53, grifo do autor). Outra observação diz respeito ao que se convencionou chamar “modalidade de frases”, a saber: assertiva, interrogativa, imperativa, exclamativa. Diz Cervoni que é fácil perceber as razões pelas quais essa denominação às vezes é utilizada, porque essas formas do dizer aparentemente apresentam analogias com as modalidades estudadas, por exemplo, nesta pesquisa. Por isso, resolve não considerá-las modalidades, na acepção aqui adotada, por entender que se trata de um fenômeno de outra espécie.

Além das relações de assertividade com a verdade, da interrogação com o conhecimento, da ordem com a vontade, podemos notar que as ditas formas têm uma exterioridade em relação ao enunciado que lembra as das modalidades proposicionais em relação à proposição. (CERVONI, 1999, p. 74)

Lembra Cervoni (1989, p. 54) que a análise de enunciados em duas partes constitutivas: modalidade e conteúdo proposicional não é uma prática recente. Os gregos, latinos, os gramáticos da Idade Média tomavam essa prática como habitual. Em alguns estudos são conservados, inclusive, os mesmos termos usados na Idade Média: *modus* e *dictum*.

Na linguística contemporânea, a temática das modalidades reconquistou um lugar privilegiado graças, de acordo com Cervoni (1989), a três fatores: a) desenvolvimento de pesquisas sobre a lógica da linguagem, b) interesse, por parte dos linguistas, pela análise do que se *faz* ao falar, c) desenvolvimento da semiótica concebida como um estudo do discurso narrativo e a consequente necessidade de recorrer às noções que certos verbos evocam, tais como: *querer*, *dever*, *poder*, *saber*, para descrever os tipos de atitudes que, em relação ao *ser* e ao *fazer*, explicam o funcionamento da narrativa.

É importante frisar que o conceito de modalidade utilizado pelos linguistas também é compartilhado pelos lógicos. Aliás, foram eles os pioneiros na elaboração desse conceito que é um de seus fundamentos principais em um dos ramos da lógica; a lógica modal. Há uma vertente da linguística, a dos linguistas lógicos, cujo interesse está voltado para investigar o que, na linguagem, depende da lógica, quais são as noções, raciocínios e fórmulas da lógica que podem ser aplicados às descrições das línguas.

Com efeito, alerta Cervoni (1989), a linguística evoluiu e, na contemporaneidade, possui um campo vasto, com diversificação de interesses e descrições. Assim sendo, reforça o autor, é prudente delimitar o campo de estudo da modalização a uma concepção restritiva para que corresponda ao que merece ser considerado como manifestação de uma escolha, consciente ou não, do sujeito falante.

Para isso, investiga se uma concepção lógica da modalidade poderia fornecer ao linguista um princípio de delimitação. Porém, percebe que, como na própria lógica há diversos pontos de vista sobre o tema modalização, é preciso saber em qual campo da lógica deve-se buscar reflexões que possam contribuir para a delimitação. Adverte, porém, que a lógica das línguas naturais não é a lógica tratada nas obras dos lógicos, pois quando eles estudam a modalidade, o fazem através dos operadores lógicos com um rigor matemático. Lembra o autor que as línguas naturais são dotadas de polissemia, o que faz com que as palavras utilizadas como equivalentes dos operadores lógicos não possam ser outra coisa que equivalentes aproximados. Entretanto, nas origens da lógica, há uma postura que consiste em remontar as categorias de pensamento cuja universalidade é postulada a partir de uma língua. Em virtude desses laços entre linguagem e lógica, pontua Cervoni (1989, p. 59), “[...] é natural que o linguista não se desinteresse do ponto de vista do lógico, principalmente no tocante às modalidades”.

Segundo os lógicos, as modalidades fundamentais são as aléticas, termo que tem sua origem no grego (verdade), que concernem à verdade do conteúdo das proposições. No registro da verdade, os modos necessário ($\Box$) e o possível ($\Diamond$) podem afetar o conteúdo de uma proposição. A partir desses dois modos, são definidos os demais. Comparando a análise lógica com o que acontece nas línguas naturais, ocorre que, nas línguas naturais, a expressão de uma possibilidade depende dos conhecimentos que o locutor possui e de como esta é percebida pelo interlocutor. No enunciado “é possível que Maria passe no concurso”, a interpretação mais direta desse enunciado é “O locutor não sabe o bastante para afirmar que Maria passará ou que não passará no concurso”.

No que diz respeito à expressão da necessidade, “[...] frequentemente ela se confunde mais ou menos com a indicação do que é preciso fazer ou ser para chegar a um determinado resultado ou para respeitar uma certa norma.” (CERVONI, 1989, p. 60), como o que ocorre no exemplo: “É necessário que Maria passe no concurso”.

Diante da necessidade de ampliar o conceito de modalidade para aplicá-lo aos registros do *saber* e do *dever*, os lógicos resolveram acrescentar às modalidades aléticas

as modalidades epistêmicas (conhecimento, no grego) e as modalidades deônticas (“o que é preciso”, em grego). Para Cervoni (1989, p. 61), “[...] fundamentalmente, a modalidade é uma determinação que concerne à verdade da proposição que ela afeta”. De acordo com o autor, para o linguista, inspirar-se na concepção lógica de modalidade alética poderá consistir em definir um “núcleo duro” da modalidade e em endossar o ponto de vista lógico mais restritivo, com a diferença que, para o linguista, que trabalha com o uso corrente da língua, as modalidades lógicas raramente surgem em estado puro.

Embora Cervoni (1989, p. 63) proponha uma classificação a partir do que seja tipicamente modal, parcialmente modal e do que seja possível excluir do campo das modalidades, o autor acredita que “[...] uma classificação das modalidades não poderia ter um caráter rígido: a natureza do objeto estudado se opõe a isso”.

A partir dessas considerações, propõe que “o núcleo duro” seja constituído por tudo o que traduz de modo característico as noções aléticas, deônticas e epistêmicas e que não só sejam consideradas modalidades as determinações referentes a uma proposição, mas também as outras frases que não apresentem a forma canônica e que dão lugar ao implícito na análise das frases. Para o que é parcialmente modal, o autor reservou o termo “modalidade impura”.

Na sua classificação, o “núcleo duro” compreende o que é tipicamente modal, ou seja, as modalidades proposicionais e os auxiliares de modo. Cervoni os coloca no mesmo patamar por acreditar que ambos possuem uma significação essencialmente modal. As modalidades proposicionais apresentam a seguinte forma canônica, inspirada na apresentação da estrutura francesa: (*unipessoal*) + *é* + *adjetivo* + *que P ou infinitivo*, como em “É certo que Luiz vencerá todas as etapas do processo seletivo”. Dessa forma, a modalidade expressa pela estrutura “É certo” incide sobre toda a proposição “que Luiz vencerá todas as etapas do processo seletivo”.

Embora, nesse formato, as modalidades proposicionais se caracterizem por sua exterioridade em relação à proposição que “modalizam”, ou ao infinitivo que as substitui, tal exterioridade desaparece nos enunciados do tipo: “A vitória de Luiz é certa em todas as etapas do processo seletivo”, que podem ser vinculados aos que possuem a forma canônica.

Sobre os auxiliares de modo *poder*, *dever*, *querer* e *saber*, Cervoni compreende que os mais fortemente vocacionados para a modalização são os verbos *poder* e *dever*, pela polissemia que exprimem e consequente aplicação a vários contextos.

Sobre os verbos *ser preciso*, *saber* e *querer*, o autor afirma que podem ser autênticos auxiliares ou virem na forma que P (que + frase). Explica, ainda, que há uma equivalência de sentido entre “É preciso estudar” e “É preciso que eu estude”, “que tu estudes” e assim por diante. A esse respeito, diz Cervoni (1989, p. 64) “segundo os contextos, o valor modal é a necessidade ou a obrigação”.

No caso do verbo *saber*, é preciso distinguir o valor modal: se for o de certeza, é sempre possível a construção *que P*, como em “Ela sabe que é inteligente”. Quanto ao emprego do infinitivo, como em “Ela sabe ser inteligente”, há certas restrições, alerta o autor, “[...] é preciso, sobretudo, que o sujeito modal e o da proposição integrada sejam idênticos” (CERVONI, 1989, p. 65). Se o valor for o de capacidade, só é possível o infinitivo “Ela sabe dançar”, preservadas as condições anteriormente expostas sobre a correspondência dos sujeitos.

A respeito do verbo *querer*, o autor considerou a possibilidade de excluí-lo como modalizador, por desempenhar um papel muito menos evidente na modalização que os outros auxiliares estudados. Entretanto, reconhece um vínculo com a noção de obrigação, como em “Eu quero que você estude”, que se aproxima de “É preciso que estude”. Porém, em outros casos, o vínculo se apaga e *querer* passa a significar um desejo ou sonho. Por esse motivo, preferiu considerá-lo como “potencial”, por nem sempre representar uma ocorrência de modalidade.

Em sua teoria, Cervoni (1989, p. 68) optou por classificar como modalidades impuras “[...] os casos em que a modalidade é implícita ou mesclada num mesmo lexema, num mesmo morfema, numa mesma expressão, a outros elementos da significação”. É o caso de alguns adjetivos avaliativos como: *útil*, *agradável*, *interessante*, *grave*, entre outros. Entretanto, afirma que esses só poderão ser considerados modais se a forma canônica puder ser recuperada, como ocorre no exemplo: “É agradável que tenha vindo”, que pode ser transformado em: “Sua vinda é agradável”.

Cervoni (1989) reconhece a heterogeneidade dessa classificação e aponta que podem ser consideradas como impuras as estruturas que se desdobram em paráfrases e que comportam um verbo modal, por exemplo, como as oposições de modo (indicativo/subjuntivo) e o emprego modal de certos tempos do indicativo.

2 A modalidade como parte da atividade ilocucionária

Koch (2002, p. 73), que adota um ponto de vista pragmático, deixa de lado as hipóteses puramente sintáticas e semânticas para considerar as modalidades como “[...] parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz”.

Segundo a análise de Koch (2002), há uma tendência em se considerar como modalidades básicas o *necessário* e o *possível*, assim como as modalidades do *ser* e do *fazer*. Também são priorizados os verbos *dever*, *poder*, *saber* e *querer*, já mencionados nesta pesquisa.

Entretanto, a autora dedica especial atenção aos verbos *crer* e *saber*, ao mencionar os trabalhos de Alexandrescu (1966). Segundo Koch (2002, p. 81), o autor postula que as modalidades do *crer* e do *saber* regem todo e qualquer ato de enunciação, já que “[...] todo ato de enunciação: a) requer um mínimo de informação da parte do locutor sobre o estado de coisas designado pelo enunciado; b) deve ser compatível com as outras enunciações do mesmo locutor”.

Assim essas duas modalidades são parte integrante do mecanismo de produção de um enunciado ou de um texto, sendo colocadas em patamares superiores às demais, que denotam atitudes facultativas. Em outras palavras: o locutor pode escolher modalizar um enunciado P através das modalizações que preferir: *querer*, *desejar*, *dever*, *poder*, entre outras. Entretanto, essa escolha implica sempre na existência dos modalizadores *crer* e *saber*, mesmo que de forma não marcada na língua, “[...] ainda que não expressos por uma forma lexicalizada, pela entonação, pela linguagem gestual etc.”, entende Koch (2002, p. 81). Assim, tanto *crer* como *saber* são considerados um pressuposto geral das outras modalidades. A ocultação modal, quando ocorre, é então entendida como uma estratégia do locutor para melhor convencer por meio de seu enunciado, pois “[...] o locutor apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor de seus enunciados é objetivo” (KOCH, 2002, p. 82). Acrescenta, ainda, que há sempre ocasiões em que convém ao locutor mascarar sua hesitação através dos demais modalizadores, para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor.

É neste ponto da teoria da modalização que Koch compartilha com Ducrot e Anscombe o mesmo posicionamento sobre a argumentatividade como característica

inerente à linguagem humana. Esse ponto de intersecção entre as duas teorias justifica a inclusão do estudo das modalidades na pesquisa que ora desenvolvemos.

Esta abordagem das modalidades **crer** e **saber** como um pressuposto geral das demais modalidades, e a aceitação da possibilidade de sua ocultação (“modalização implícita”) vem fortalecer a posição de que não existem enunciados neutros e, em decorrência de que a argumentatividade é uma característica inerente à linguagem humana”. É por esta razão que se torna possível postular, de conformidade com Ducrot e Anscombre (1976), que o ato de argumentação constitui o ato lingüístico fundamental, subjacente até mesmo às modalidades do **crer** e do **saber**. (KOCH, 2002, p. 83, grifo da autora).

Retomando o conceito das modalidades como “[...] atos ilocucionários dotados de valor argumentativo.”, Koch (2002, p. 83) deixa clara a importância de seu estudo para uma tipologia dos atos que se podem realizar e apresenta a relação entre os três grandes tipos de frases e as três principais modalidades:

assertivas: - alética

interrogativas - epistêmica

imperativas: - deôntica

Embora essa correspondência pareça interessante a um primeiro olhar, assegura Koch (2002), não é a mais apropriada. Ducrot (1977), por exemplo, considera a asserção como um tipo particular de ato ilocucionário.

Guimarães (1979 *apud* KOCH, 2002, p.83), por sua vez, propõe uma classificação que acrescenta outros tipos de modalidades, visando contemplar um número maior de atos de linguagem: modalidade imperativa, alética, deôntica, assertiva, epistêmica, cognitiva.

Do ponto de vista de Koch (2002), ainda assim, para se estabelecer a exata correspondência, seria necessário criar uma tipologia exaustiva, dados os inúmeros atos de linguagem. Não apenas isso, mas também seria necessário recorrer a informações contextuais. Porém, ressalta Koch (2002, p. 85), de toda essa discussão, o que realmente deve ser ressaltado é que

[...] ao produzir um discurso, o locutor manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados que produz através de sucessivos atos ilocucionários de modalização, que se atualizam por meio dos

diversos modos de lexicalização que a língua oferece (operadores modais).

Koch classifica desta forma os tipos de lexicalização possíveis das modalidades:

- a) performativos explícitos: *eu ordeno, eu proíbo, eu permito etc.*;
- b) auxiliares modais: *poder, dever, querer, precisar etc.*;
- c) predicados cristalizados: *é certo, é preciso, é necessário, é provável etc.*;
- d) advérbios modalizadores: *provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc.*;
- e) formas verbais perifrásticas: *dever, poder, querer etc. + infinitivo*;
- f) modos e tempos verbais: *imperativo, certos empregos de subjuntivos, uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada; uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade etc.*;
- g) verbos de atitude proposicional: *eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc.*;
- h) entonação: (que permite por ex.: distinguir uma ordem de um pedido na linguagem oral);
- i) operadores argumentativos: *pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc.*

Segundo Koch (2000), a importância do estudo das modalidades reside no fato de que esse recurso linguístico possibilita ao locutor marcar a distância entre ele próprio e o enunciado; além de estabelecer o grau de engajamento em relação ao que é dito, determinando o grau de tensão entre os interlocutores. Além disso, deixa claro que tipos de atos deseja realizar, assim como fornece pistas quanto às intenções do locutor diante do que está sendo enunciado.

3 O modo na estruturação e na interpretação semântica das sentenças

Castilho e Castilho (2002), que fizeram uma exploração da modalização por advérbios no português culto falado no Brasil, ressaltam a importância de se investigar o modo na estruturação e na interpretação semântica das sentenças, visto que, segundo os autores, todos os modalizadores sempre verbalizam a atitude do falante com respeito à proposição.

A gramática tradicional reconhece dois grandes componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (= *dictum*), e o componente modal, que é uma qualificação do conteúdo na forma de P, de acordo com o julgamento do falante (= *modus*). (CASTILHO e CASTILHO, 2002, p. 201)

Esse julgamento se realiza da seguinte forma: o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva, interrogativa ou jussiva, além de expressar seu relacionamento com o conteúdo proposicional, através da avaliação do seu teor de verdade ou expressando seu julgamento sobre a forma de verbalização desse conteúdo. É importante ressaltar que a avaliação do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular é sempre feita previamente, decorrendo daí suas decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo, segundo os autores.

Castilho e Castilho (2002) ressaltam, ainda, que habitualmente designa-se por *modalidade* a apresentação do conteúdo proposicional pelo falante e por *modalização* o relacionamento do falante com o conteúdo ao utilizar as formas escolhidas para verbalizá-lo. Entretanto, os referidos autores preferem usar o termo *modalidade* ou *modalização* indistintamente, como sinônimos, por defenderem que, de qualquer forma, há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o que e como deseja verbalizar.

Feita essa observação, os autores classificam as ocorrências da modalização em Epistêmica, Deôntica e Afetiva. De acordo com essa divisão, a modalização epistêmica expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Subdivide-se em asseverativa, quase-asseverativa e delimitadora.

Os modalizadores epistêmicos asseverativos indicam que o falante considera verdadeiro o valor da proposição P, seja uma afirmação ou negação, de forma que não há dúvidas sobre o conteúdo afirmado ou negado. Esse tipo de modalização produz como efeito de sentido uma ênfase do conteúdo proposicional e revela um alto grau de adesão do falante em relação ao que enuncia. A seguir, algumas das expressões que funcionam como modalizadores asseverativos:

a) Afirmativos: *realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, obviamente, reconhecidamente, logicamente, seguramente, verdadeiramente, certamente, absolutamente, forçosamente, indubitavelmente, exato, claro, certo, lógico, pronto, na realidade, sem dúvida, mesmo.*

O exemplo abaixo ilustra o funcionamento de um desses modalizadores:

Exemplo 1

“Com a certeza do atendimento de nossa solicitação, apresentamos nossos protestos de consideração e apreço.” (Of. 53)

No exemplo 1, retirado do *corpus*¹⁴, o locutor, ao fazer uso da expressão *Com a certeza de* manifesta, de forma explícita, a certeza de que terá seu pleito atendido. Dessa forma, imprime alto grau de adesão com relação ao conteúdo proposicional. O uso do modalizador epistêmico asseverativo enfatiza o conteúdo proposicional afirmado, direcionando a leitura em favor do locutor.

b) Negativos: *de jeito nenhum, de forma alguma*.

Os epistêmicos asseverativos de valor negativo também revelam o forte engajamento do locutor em relação ao que enuncia. O exemplo 2 mostra como esse tipo de modalização pode ser empregado:

Exemplo 2

Informamos que a reforma do prédio do Núcleo de Processamento de Dados não será iniciada *de forma alguma* no mês em curso. A ausência de planejamento e os altos custos são fortes impedimentos para que isso aconteça.

No exemplo acima, ao fazer uso da negativa *de forma alguma*, o locutor deixa claro que a reforma do prédio não acontecerá em um determinado mês, responsabilizando-se pelo que enuncia e não deixando dúvidas acerca do conteúdo negado.

No que diz respeito à modalização epistêmica quase-asseverativa, como o próprio nome assinala, o falante considera o conteúdo de P como quase certo, próximo à verdade ou como algo que precisa ser ainda confirmado. É expressa por meio de predicadores quase-assertivos, tais como: *eu acho, eu suponho, é provável que P*. Esses

¹⁴ Os exemplos, quando retirados do *corpus*, serão identificados com o número do ofício a que pertencem. No caso, o exemplo foi retirado do ofício 41.

predicadores indicam que há baixa adesão do falante em relação ao conteúdo verbalizado.

Castilho e Castilho (2002) citam os seguintes quase-asseverativos: *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente*.

O enunciado a seguir, retirado do *corpus*, mostra como esse tipo de modalização pode ser empregado:

Exemplo 3

“O servidor de e-mail, que é o mesmo que hospeda o site xxxx, não comporta a quantidade de informações que está sendo depositada [...] um dos fatos que **pode** estar contribuindo para isto é a Portaria da CAPES/MEC exigindo o depósito de Teses e Dissertações na página eletrônica de cada curso de Pós-Graduação.” (Of. 78)

No exemplo 3, há uma baixa adesão do locutor em relação ao conteúdo de P: os depósitos de teses e dissertações exigidos pela Portaria da CAPES/MEC estarem contribuindo para a sobrecarga no site. Através do quase-asseverativo *pode*, o conteúdo de P é apresentado como uma possibilidade, algo a ser ainda comprovado.

O terceiro tipo de modalização epistêmica, a delimitadora, estabelece os limites dentro dos quais o conteúdo de P deve ser realizado. Os autores citam como exemplo os seguintes delimitadores: *quase, um tipo de, uma espécie de, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, do ponto de vista de + adj, geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente*.

Abaixo, é possível verificar como essa modalização se realiza:

Exemplo 4

“Manifesto o interesse da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado dx XXXX em fazer uso da Ata de registro de preços da Universidade XXXXX, através do Pregão Eletrônico XXX/XXXX, com o fim de adquirir, **nos termos, condições e especificações contidas na ata supra** os seguintes equipamentos, que atendem às necessidades [...]” (Of. 7)

No exemplo 4, a modalização delimitadora se manifesta por meio de toda a expressão *nos termos, condições e especificações contidas na ata supra*, que determina os limites dentro dos quais o conteúdo *fazer uso da ata de registro de preços através de pregão eletrônico para adquirir equipamentos* deve ser realizado. Dessa forma, o

locutor aumenta suas chances de ter o seu pedido atendido por ter deixado claro para o interlocutor o que pretende e em que limites.

Além da modalização epistêmica, já exemplificada, a modalização deôntica mostra como o falante estabelece uma relação com o conteúdo de P de tal forma que este deve, precisa ocorrer obrigatoriamente.

Ao fazer uso desse tipo de modalização, o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor. Segundo Castilho e Castilho (2002), esse tipo de modalização pode ser representada pelo predicador “tem que P”. Os referidos autores identificaram os seguintes modalizadores deônticos: *obrigatoriamente, necessariamente*.

Um exemplo de modalização deôntica pode ser conferido no enunciado a seguir:

Exemplo 5

“Além disto, aproveitamos o ensejo para solicitar aos magníficos reitores, as providências *necessárias* quanto ao preenchimento de todos os módulos referentes à Educação Superior do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, impreterivelmente até o dia 17 de março de 2009 [...]” (Of. 98).

O exemplo 5 mostra como o modalizador deôntico *necessárias* atua fortemente sobre o conteúdo como algo que deve obrigatoriamente ocorrer. O uso desse modalizador permite ao locutor dirigir o interlocutor no sentido de tomar as providências quanto ao preenchimento dos módulos.

Já a modalização afetiva, de acordo com Castilho e Castilho (2002) exclui qualquer possibilidade de atitude de caráter epistêmico ou deôntico com respeito ao conteúdo proposicional P. Em vez disso, revela verbalizações de reações emotivas do falante em relação a esse conteúdo e podem ser representadas pelo predicador “eu sinto X em face de P”. Para os referidos autores, há dois tipos de modalizadores afetivos: subjetivos e intersubjetivos.

a) subjetivos, que expressam uma predicação dupla; a predicação do falante em face de P e a da própria proposição: *felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente*.

A dupla predicação pode ser verificada no seguinte exemplo:

Exemplo 6

“Assim, e por longo tempo, propiciou a Assistência Patronal aos servidores e familiares por ela assistidos a segurança almejada, cabendo à administração, em contrapartida, um elevado grau de produtividade, indispensável ao eficiente desempenho dos encargos que lhe eram cometidos.

Aos poucos, porém, a situação se alterou. E *infelizmente* para pior!” (Of. 21)

No exemplo 6, é possível perceber o efeito de sentido produzido pelo modalizador *infelizmente*, que expressa um aspecto negativo pelo fato da situação ter piorado, além de simultaneamente imprimir uma avaliação ou reação negativa explícita por parte do locutor ao se sentir infeliz em face do conteúdo de P – a situação ter sido alterada para pior.

b) intersubjetivos, que expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P: *sinceramente, francamente, lamentavelmente, estranhamente*.

O trecho abaixo ilustra como essa modalização pode ocorrer:

Exemplo 7

“Cumprimentando-o (a) *cordialmente*, vimos a Vossa Senhoria solicitar que seja informado, para fins de pesquisa de preços praticados no mercado local, os percentuais de desconto praticados no mercado local [...]” (Of. 67).

O exemplo 7 traz um trecho de um ofício que ilustra a predicação simples assumida pelo locutor ao cumprimentar seu interlocutor de uma maneira que ele avalia como *cordial*. Dessa forma, estabelece uma relação amistosa no início do ofício que tem por objetivo tornar o locutor mais próximo do interlocutor aumentando assim as chances de que a sua solicitação seja atendida.

Nascimento (2009) trata o fenômeno da modalização como uma estratégia semântico-argumentativa que se faz presente em diferentes gêneros discursivos. Nesse sentido, ressalta o autor, é necessário enxergar esse fenômeno “[...] como um ato de fala

particular que permite ao locutor, além de deixar marcas de suas intenções, agir em função do seu interlocutor.” (2009, p. 1369).

Respaldado nas pesquisas empreendidas pelo LASPRAT – Laboratório Semântico Pragmático de Textos da Universidade Federal da Paraíba e pelo Laboratório de Estudos Linguísticos (LAEL) da UFPB, Nascimento (2009, p. 1369) afirma que: “[...] a modalização se constitui em um fenômeno argumentativo”.

Seus estudos também visam demonstrar que “[...] o fenômeno da modalização vai do enunciado ao texto, ultrapassando as fronteiras da proposição para o discurso como um todo.” (2009, p. 1369). Vale ressaltar que nos filiamos a esses pressupostos nas análises desenvolvidas neste trabalho. Consideramos que a importância da contribuição de Nascimento reside no fato de considerar a modalização como “[...] uma das estratégias argumentativas que se materializa linguisticamente e que se constitui em um ato de fala particular.” (2009, p. 1369).

Observa o pesquisador que a modalização tem sido vista pelos diferentes autores como uma estratégia inerente ao enunciado, afetando ora todo o enunciado, ora parte dele. Entretanto, as pesquisas realizadas pelo LASPRAT e pelo LAEL têm comprovado que a modalização tem um alcance ainda maior, podendo afetar também todo o texto ou discurso, podendo ainda recair sobre o enunciado de outrem, por exemplo, de um segundo locutor ou do interlocutor.

Outra questão levantada como resultado de suas pesquisas diz respeito à utilização do termo modalidade, modalização ou ambos. Segundo Nascimento (2009), esse é um problema ainda não resolvido pelos autores e tem suas raízes na distinção entre subjetividade e intersubjetividade, como também no fato de “[...] considerar que é possível separar o subjetivo do intersubjetivo.” (2009, p. 1371). Lembra o autor, com base nos estudos de Ducrot, mencionados na seção anterior, que no processo de interação esses fenômenos não são tão separáveis assim. E nem o são na própria estrutura da língua. Recordemo-nos que Ducrot reúne os aspectos subjetivo e intersubjetivo no que ele denomina *valor argumentativo* dos enunciados.

Nascimento tem feito importantes reflexões acerca dos estudos sobre modalização. Uma delas é a respeito do termo “modalização afetiva”, preferindo referir-se a esse tipo de modalização como *avaliativa*, pois, segundo o referido autor:

[...] mais que do que revelar um sentimento ou emoção do locutor em função da proposição ou enunciado, esse tipo de modalização indica uma avaliação da proposição por parte do falante, emitindo um juízo de valor e indicando ao mesmo tempo, como o falante quer que essa proposição seja lida. (NASCIMENTO, 2005, p 64).

O autor refere-se à modalização como um fenômeno complexo, inerente à interação, presente em diferentes gêneros textuais/discursivos, que veicula argumentatividade e que também se constitui num ato particular de linguagem. Suas afirmações têm como base resultados de pesquisas que englobam uma variedade de gêneros tais como: notícia, pareceres técnicos e jurídicos, atas, memorandos, entre outros.

Em seu mais recente trabalho, no qual investiga a modalização deôntica a partir de uma concepção semântico-argumentativa, Nascimento (2010) vai além dos aspectos formais ou retóricos e funcionais para reavaliar os conceitos e classificações a respeito desse fenômeno.

“Considerar a modalização como fenômeno argumentativo é também reconhecer que a avaliação, ou o ponto de vista, expressa pela modalização é sempre em função da interlocução ou do interlocutor. Isso significa que ao realizar uma avaliação, o locutor o faz em função do outro, deixando pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido. (NASCIMENTO, 2010, p. 3).

De acordo com o autor, a modalização deôntica vai além do caráter de obrigatoriedade, geralmente mencionado pelos demais autores. A partir da classificação de Castilho e Castilho (2002), propõe três tipos de realização da modalização deôntica, a saber:

1 - De obrigatoriedade: quando indica que o conteúdo da proposição é algo que obrigatoriamente deve ocorrer e que o provável interlocutor deve obedecê-lo.

O exemplo 8 mostra como ocorre esse tipo de modalização:

Exemplo 8

“Em caso de devolução de recursos não utilizados, solicito que os saldos sejam devolvidos, na forma da Lei, a crescidos de juros e outros rendimentos, se for o caso, que **deverá** ser efetuado no Sistema de Administração Financeira do Governo federal – SIAFI, por meio de Programação Financeira-PF, espécie 9, tipo 15.” (Of. 66)

No exemplo anterior, através do deôntico de obrigatoriedade *deverá*, o locutor orienta que no caso de saldos *devolvidos, acrescidos de juros e outros rendimentos*, essa devolução é algo que obrigatoriamente deve ocorrer por meio do SIAFI, através da programação financeira discriminada. A leitura é dirigida no sentido de fazer o interlocutor obedecer a essa orientação.

2 - De proibição: quando expressa que o conteúdo da proposição é algo proibido e que deve ser considerado como tal pelo provável interlocutor.

A seguir, um exemplo de como essa modalização pode ocorrer:

Exemplo 9

“Esclareço que as três vias do Termo *deverão* ser assinadas, *mas não datadas*, visto que a data será inserida pelo Setor de Patrimônio da ENSP/Fiocruz, por ocasião da publicação do documento no Diário Oficial da União.” (Of. 04)

No exemplo 9, há um caso de deôntico de proibição. Mesmo de maneira elíptica, é possível recuperar no contexto a forma *não deverão* em “[...] as três vias do Termo *deverão* ser assinadas, mas *não (deverão ser)* datadas, visto que a data será inserida pelo[...]”. O efeito de sentido produzido pelo deôntico de proibição nessa construção direciona a leitura do interlocutor no sentido de estar proibido de datar o documento já que essa ação será executada pelo Setor de Patrimônio.

3- De possibilidade: quando o conteúdo da proposição é expresso como algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo.

Abaixo, é possível verificar como essa modalização acontece:

Exemplo 10

“A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, *poderá* ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado de certame licitatório [...]” (Of.2)

No exemplo 10, está claro para o interlocutor que em caso de órgão ou entidade que não tenha participado de licitação, existe a permissão expressa para utilizar a Ata de

Registro de Preços. Esse efeito de sentido é produzido a partir do deôntico de possibilidade *poderá*.

É importante salientar a diferença entre a Modalização Epistêmica Quase-Asseverativa e a Modalização Deôntica de Possibilidade. Enquanto a primeira é utilizada para apresentar o conteúdo como algo possível, já que o locutor não tem pleno conhecimento da verdade expressa no conteúdo do enunciado, a segunda é utilizada para expressar, por parte de locutor, uma permissão a seu interlocutor, apresentando-lhe o conteúdo como algo facultativo. É possível perceber essa diferença através dos exemplos a seguir:

Exemplo 11

Carlos, você *pode* entrar na sala.

No exemplo 11, o verbo *poder* é utilizado pelo locutor do enunciado para expressar uma permissão a Carlos de entrar na sala. Assim, lhe faculta o direito de entrar na sala. Esse enunciado pode ser lido como: Carlos, eu lhe permito (ou lhe faculta o direito de) entrar na sala. Nesse caso, *entrar na sala* é algo facultativo a Carlos, cabendo a esse decidir ou não entrar. Por essa razão, trata-se de um deôntico de possibilidade, pois apresenta o conteúdo do enunciado como uma permissão dada por locutor a um determinado interlocutor (no caso, Carlos).

Já no exemplo a seguir, o verbo *poder* é utilizado não para dar uma permissão ou apresentar o conteúdo como facultativo para um interlocutor:

Exemplo 12

Carlos está atrasado. Ele *pode* estar em um engarrafamento, já que o trânsito está terrível, hoje.

Na verdade, o locutor o utiliza para apresentar o conteúdo do segmento “Ele estar em um engarrafamento” como algo que pode ou não estar acontecendo, uma vez que esse não tem conhecimento pleno da sua existência. Em outras palavras, o locutor apresenta o conteúdo do referido segmento como algo quase certo, levantando uma possibilidade, ou mais especificamente uma hipótese, a partir de um contexto

determinado (o trânsito está terrível hoje). Por isso, o verbo poder, no exemplo 12, expressa modalização epistêmica quase- asseverativa.

As investigações realizadas pelo autor acerca da modalização deôntica mostram que esse tipo de modalização imprime não só diferentes efeitos de sentido ao enunciado, mas funciona como estratégia argumentativa utilizada pelo locutor para imprimir seu ponto de vista e também para interagir com o interlocutor, indicando como espera que esse (re) aja ao que está sendo enunciado.

Ainda, a respeito do tratamento dado a esse tema, Nascimento verificou a existência de coocorrência de modalização, por exemplo, da modalização deôntica com outros modalizadores no mesmo enunciado ou no mesmo discurso, com efeitos de sentido diversos, como será analisado adiante.

Sobre os tipos de modalização, Nascimento (2010, p. 6) propõe a seguinte classificação – que será adotada em nossas análises:

Tabela 1: Tipos de modalização

Tipos de Modalização	Subtipos	Efeito de sentido no enunciado ou enunciação
Epistêmica – expressa avaliação sobre o caráter de verdade	Asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo certo ou verdadeiro
	Quase-asseverativa	Apresenta o conteúdo como algo quase-certo ou verdadeiro
	Delimitadora	Determina os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo como verdadeiro
Deôntica – expressa avaliação sobre o caráter facultativo, ou de obrigatoriedade	De obrigatoriedade	Apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa ocorrer
	De proibição	Expressa o conteúdo como algo proibido, que não deve acontecer
	De possibilidade	Expressa o conteúdo como algo facultativo ou dá permissão para que esse aconteça
Avaliativa – expressa avaliação ou ponto de vista	-----	Expressa avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico

Por se tratar de um fenômeno complexo, e que implica, segundo Nascimento (2009, p. 1376), “[...] uma série de fatores de ordem linguística e de ordem pragmática, é necessário investigar ainda mais a Modalização em diferentes gêneros textuais/discursivos”, tarefa que nos propomos fazer no gênero discursivo ofício.

SEÇÃO 3

O GÊNERO OFÍCIO

Introdução

Esta seção tem como objetivo apresentar o gênero discursivo ofício¹⁵. Para isso, traremos algumas contribuições de Bakhtin e Marcuschi acerca da teoria dos gêneros. Em seguida, verificaremos como o tema ofício é tratado pelos manuais de redação. A partir dessa constatação, retomaremos os trabalhos de Bakhtin e Marcuschi com o propósito de caracterizar o ofício como um gênero do discurso, com base na classificação proposta pelos referidos autores. É importante ressaltar que a opção por esses pesquisadores se deu pelo fato de ambos possuírem um posicionamento sociointeracionista em relação à linguagem e, portanto, se alinharem à perspectiva que ora adotamos.

1 Teoria dos gêneros

De acordo com Bakhtin (2000, p. 279), a língua está diretamente relacionada à atividade humana. Por esse motivo, alerta o autor: “não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana”. Explica, ainda, que a utilização da língua se dá em forma de enunciados, sempre “concretos e únicos”. Para o referido autor (2000, p. 293), o enunciado¹⁶ é “[...] a unidade real da comunicação verbal [...]”, sendo determinado por três fatores: o tratamento exaustivo do objeto, a intenção do locutor e a sua estruturação em um gênero do discurso (2000, p. 299).

¹⁵ Como o nosso objetivo não é discutir a questão do gênero em si, mas apresentar o gênero ofício, utilizaremos os termos “gêneros do discurso/discursivo” e “gênero textual” indistintamente.

¹⁶ Convém assinalar que o termo “enunciado” para Bakhtin está mais próximo do que hoje é considerado como texto. Não se confunde, portanto, com o termo “enunciado” na Teoria da Argumentação na Língua, de O. Ducrot.

Ainda, segundo o autor, (2000, p. 279) o enunciado reflete as condições específicas e também as finalidades de cada esfera da atividade humana através de seus elementos composicionais, a saber: conteúdo temático, construção composicional e estilo verbal, sendo esse último entendido como a seleção operada nos recursos da língua: recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais. Esses três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional compõem, de maneira indissoluta, o enunciado. “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (2000, p. 282)

Cada enunciado, se considerado isoladamente, é individual, porém, é importante frisar que “[...] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifo do autor) que ele denomina gêneros do discurso. “A riqueza e a variedade dos gêneros de discurso são infinitas”, como afirma o próprio autor, pois como *tipos relativamente estáveis* de enunciados, refletem os usos da língua que, por sua vez, está atrelada à atividade humana. Como esta é variável, inesgotável, dinâmica, ampla e complexa, o mesmo ocorre com os gêneros.

A diversidade é tamanha, tanto na oralidade como na escrita, que o estudo pode englobar, como menciona Bakhtin (2000, p. 280), desde a curta réplica do diálogo cotidiano com suas variações ou um relato familiar, uma ordem militar padronizada, modos literários, exposições científicas ou ainda “[...] o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais” como no caso do ofício, gênero escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa.

Diante da incontestável variedade de repertórios, é possível que não se encontre um ponto comum para o estudo dos gêneros “[...] tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados, com os quais, contudo, têm em comum a natureza verbal.” (BAKHTIN, 2000, p. 280).

Vale ressaltar que essa não é uma preocupação recente. Marcuschi (2008, p. 147) nos faz recordar que o estudo sistemático em torno dos gêneros ocorre há pelo menos vinte e cinco séculos e que, na atualidade, o que se tem é uma nova visão do mesmo tema. Apesar de esse debate ser antigo, há questões como a nomenclatura, dentre outras, que não foram ainda resolvidas.

A classificação dos gêneros do discurso ainda não é um problema resolvido pela Linguística Discursiva ou pela Linguística Textual. A própria denominação como gêneros do discurso não é unanimidade, pois aparecem termos como *gêneros discursivos* e *gêneros textuais*. (NASCIMENTO, 2005, p. 107, grifos do autor).

A classificação é uma tarefa tão difícil que atravessa séculos sem que haja um consenso, o que provavelmente não acontecerá dado seu caráter múltiplo. É um velho problema com ares novos e com inúmeros pontos de vista sobre a questão. O problema central, segundo Marcuschi, reside na diversidade e nas diferentes perspectivas de análise, dadas as abordagens.

Outra observação importante feita por Marcuschi (2008) é que a expressão *gênero* esteve ligada ao campo dos estudos literários desde a época de Platão. Permaneceu assim com os estudos sistemáticos de Aristóteles, atravessou a Idade Média e seguiu até o início do século XX quando os estudos começaram a tomar rumos diferentes.

Diz Marcuschi (2008, p. 147) que “É com Aristóteles que surge uma teoria mais sistemática sobre os gêneros e sobre a natureza do discurso”. Assim, os estudos de Aristóteles o levaram a distinguir três tipos de gêneros no discurso retórico, baseados nos tipos de julgamento e nos tipos de ouvintes: o discurso demonstrativo, que tinha o caráter de elogio ou de censura e estava ligado ao presente; discurso judiciário, que servia para acusar ou defender e reflete-se sobre o passado. Por fim, o discurso deliberativo servia para aconselhar e estava voltado para o futuro.

Na atualidade, a expressão *gênero* tem sido utilizada por um número de áreas de investigação cada vez maior, gerando empreendimentos cada vez mais multidisciplinares, daí o alto grau de complexidade para que se tenha um efetivo domínio e classificação do tema. Diz Marcuschi (2002, p. 149) que “O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas”. Nesse sentido, ainda há muito que ser discutido e proposto para que se procedam os agrupamentos.

Bakhtin (2000, p. 281), ciente da problemática heterogeneidade que caracteriza o estudo dos gêneros, resolveu, a partir de uma perspectiva sócio-histórica e dialógica, classificá-los em gênero de discurso primário (simples) e gênero de discurso secundário (complexo). O primeiro grupo pode ser exemplificado pelas reuniões sociais, pela

linguagem familiar, cotidiana, dos círculos, sociopolítica, filosófica, entre outros. O segundo grupo reflete uma comunicação cultural mais complexa, evoluída, principalmente escrita: romance, teatro, discurso científico, discurso ideológico etc. Explica Bakhtin (2000, p. 281) que os gêneros complexos, em seu processo de formação incorporam e transformam gêneros primários de toda espécie e, que ao serem incorporados, os gêneros primários perdem a relação imediata com a sua realidade primeira para continuarem a conservar sua forma e seu significado a partir da nova realidade, como ocorre, por exemplo, quando um diálogo cotidiano aparece num romance.

Para Marcuschi (2008, p. 154), a comunicação verbal só é possível por meio de algum gênero. Percebe-se assim uma aproximação do pensamento desse autor com o que foi postulado por Bakhtin. Na definição de Marcuschi, os gêneros

[...] são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Marcuschi (2008, p. 194), também ciente do grau de complexidade inerente ao estudo dos gêneros, *tenta*, como ele próprio coloca, distribuí-los a partir dos domínios discursivos e modalidades de uso da língua. Para o autor, domínio discursivo é uma esfera da vida social ou institucional “[...] na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão”. A partir desse referencial, propõe a classificação dos gêneros em: instrucional (científico, acadêmico e educacional), jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional. Para o pesquisador, essa divisão está sujeita a mudanças, pois como são socio-históricos e variáveis, a qualquer momento pode surgir um novo gênero que deverá ser adicionado à lista ou que forçará uma reclassificação dos domínios propostos.

2 O ofício nos manuais de redação

A afirmação de Marcuschi (2008, p.190) de que os gêneros funcionam como uma espécie de modelo comunicativo global, representando um conhecimento social localizado em situações concretas nos faz lembrar que é preciso compreender o universo das comunicações oficiais ou redações oficiais para que o gênero ofício possa ser analisado de maneira mais adequada. Bakhtin, inclusive, já havia alertado sobre esse fato.

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja dos diversos gêneros do discurso é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a orientação específica (BAKHTIN, 2000, p.282).

Mendes e Foster Junior (2002, p. 4) definem redação oficial como a forma através da qual o Poder Público “[...] redige atos normativos e comunicações”. O Manual de Redação da Presidência da República, por sua vez, reúne e também regula os atos normativos e as comunicações oficiais sistematizando aspectos essenciais à redação dos documentos, padronizando a diagramação dos expedientes e exibindo modelos.

Os princípios que norteiam as normas descritas no Manual de Redação da Presidência da República estão pautados, segundo Mendes e Foster Junior (2002), no artigo 37 da Constituição Federal:

A administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (MENDES E FOSTER JUNIOR, 2002, P. 4).

Assim, os princípios da impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso da linguagem formal devem ser respeitados para que as comunicações que partem dos órgãos públicos possam ser compreendidas pelos cidadãos brasileiros.

Ressaltam os autores que as comunicações oficiais devem sempre permitir “uma única interpretação” e ser “estritamente impessoais e uniformes”, o que exige certo nível de linguagem. Esclarecem, ainda, que a sua finalidade básica é comunicar com

impessoalidade e máxima clareza. Essas exigências impõem certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc. De acordo com essa postura, nas comunicações oficiais não há espaço para impressões pessoais, como as que, por exemplo, existem na carta endereçada a um amigo, ou em um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. Segundo os autores do Manual de Redação da Presidência da República (2002), “A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora”.

Uma rápida pesquisa sobre o tema em livros técnicos de redação oficial nos leva a perceber que as definições parecem seguir a perspectiva definida pelo Manual de Redação da Presidência da República.

Medeiros (2008, p. 265) utiliza o termo “redação oficial” e a define como o meio pelo qual se procura estabelecer relações de serviço na administração pública. Segundo o autor, para que tais relações tenham efetividade, traçam-se normas de linguagem e padronização no uso de fórmulas e estética para as comunicações escritas. Também ressalta o cuidado com a linguagem: “A linguagem é burocrática, o código verbal é o mesmo, as palavras são as mesmas, mas a redação se reveste de certas formalidades que são peculiares ao meio”. Diz ainda o autor que como a preocupação principal é com a objetividade e a precisão da comunicação, é considerada em sentido amplo como redação técnica e que por sua vez possui linguagem de caráter pragmático, utilitário.

Lima (2003, p. 2), que utiliza o termo “correspondência oficial”, a define como “[...] a comunicação que se estabelece oficialmente entre expedidor e receptor que representem, ou pelo menos um deles, algum órgão da Administração Pública”. Vê-se aqui, uma possibilidade de a correspondência oficial não ocorrer somente dentro dos limites da administração pública. Sobre as características dessa comunicação, destaca o autor:

Na correspondência oficial não se leva em consideração o estilo, isto é, a maneira própria, individual de expressar e pensar do redator, mas se obedece a regras que, norteando a comunicação oficial, a tornam correta, coerente, clara, concisa, simples, objetiva. (LIMA, 2003, p. 2).

O mesmo autor ainda classifica essa correspondência como interna ou externa. O primeiro caso ocorre quando a correspondência circula entre autoridades, ou entre autoridades e subordinados no âmbito de determinado órgão administrativo, sobre qualquer assunto de serviço podendo ser por meio de ofício, carta oficial, memorando, indicação, consulta, requerimento, relatório, circular, ordem de serviço etc.

No caso da comunicação externa, essa se efetua entre autoridade geral e outra autoridade da administração local e as demais autoridades, fora do âmbito de sua atuação, bem como a particular. Isso se dá, de acordo com o autor, por meio de ofício, carta oficial, telegrama, radiograma, requerimento, relatório, proposta e outras.

A expressão “correspondência” é utilizada por Beltrão e Beltrão (2005, p. 13) para se referir ao “conjunto de normas regedoras das comunicações escritas entre pessoas ou entidades; orientam a feitura e a tramitação dos documentos”. Do ponto de vista da linguagem, os autores a dividem em a) composição escolar; b) composição epistolar ou correspondência; c) composição literária. No caso da composição epistolar ou correspondência, esta é classificada em oficial (no âmbito do serviço público), empresarial (podendo ser comercial ou bancária) e particular (social, cerimonial, respeitosa, íntima ou familiar).

Note-se que, de acordo com Lima, os ofícios podem circular tanto dentro da instituição pública, como externamente. Visando compreender melhor como, para que e onde são usados, procuramos entender essa questão através das definições apresentadas por alguns autores, que apresentamos a seguir:

Mendes e Foster Junior (2002) definem o ofício como uma modalidade de comunicação oficial expedida por e para autoridades. Seu uso tem como objetivo o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública entre si e também com particulares.

De acordo com MEDEIROS (2008, p. 331), o ofício é proveniente de uma autoridade e consiste em comunicação de qualquer assunto de ordem administrativa, ou estabelecimento de uma ordem. Distingue-se da carta por apresentar conteúdo público e só poder ser expedido por órgão da administração pública. O destinatário pode ser órgão público ou um cidadão particular.

Para Lima (2003, p. 57), o ofício é a forma de correspondência oficial utilizada por autoridades públicas e também por particulares para tratar de assuntos de serviço ou

de interesse da administração. Tem formato uniforme, de acordo com a Instrução Normativa nº 4 de 06 de março de 1992, da Secretaria de Administração Federal.

De acordo com Beltrão e Beltrão (2005, p. 279), o ofício é o meio usual de comunicação por escrito dos órgãos do serviço público. As entidades civis, religiosas ou comerciais não expedem ofício, embora empreguem o mesmo formato de papel. Em vez disso, essas entidades utilizam cartas.

Silveira (2005, p. 120), a nosso ver, é a autora que traz uma das definições mais compatíveis com o material utilizado como *corpus* na pesquisa que ora se desenvolve. Para ela, o ofício:

[...] é um tipo da correspondência oficial que se presta a vários propósitos comunicativos, os quais estão geralmente circunscritos a ações corriqueiras na administração pública, visando à comunicação e ao intercâmbio entre as instituições públicas e também entre estas e as instituições privadas. (SILVEIRA, 2005, p. 120).

Diz ainda a referida autora (2005, p. 152) que o ofício circular em nada difere do ofício em si mesmo a não ser pelo fato de ser reproduzido em muitas cópias a serem enviadas a vários destinatários simultaneamente. Alinhamo-nos à perspectiva adotada pela autora e consideraremos para esta pesquisa tanto os ofícios como os ofícios circulares encontrados no *corpus* sob análise nos referindo a todos como ofícios.

Nos livros e manuais que trazem orientações quanto à elaboração dos ofícios, verificamos que não há uma preocupação com a argumentação no texto. Geralmente o que encontramos são definições do tipo:

O ofício é o meio de comunicação por escrito mais usado pelos órgãos de serviço público. Utilizado pelas autoridades para troca de informações, administrativas, também pode ter cunho social (convites, agradecimentos, felicitações, etc.) (TELLES, 1984, p.508).

Dentre os autores pesquisados, apenas Medeiros (2008, p.6) menciona o uso argumentativo da linguagem, mesmo sob influência da retórica. Alerta o autor sobre a necessidade de atrair a atenção do leitor para o texto e que isso pode ser feito através de “[...] tópico frasal, argumentação e opinião, precisão vocabular e concisão”. Ensina, ainda:

“Deve haver um tópico frasal [...] se no tópico frasal se argumentou com fatos, há a possibilidade de convencer o leitor e estimulá-lo a continuar a leitura. Portanto é preciso saber distinguir opinião de argumentação. Opinião é modo de ver pessoal, é juízo que se faz de alguma coisa, é uma conceituação subjetiva. Argumento é o raciocínio pelo qual se retira uma consequência ou dedução. (MEDEIROS, 2008, p.9).

Retomando o interesse sobre o cuidado com a linguagem, pudemos encontrar nas leituras descrições de suposta neutralidade para esse tipo de gênero, cuja função seria a de comunicar algo com “impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal”, como mencionado anteriormente, prescritas pelo próprio Manual de Redação da Presidência da República (2002, p.12). O referido manual traz, ainda, orientações mais específicas sobre as redações oficiais: “[...] elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de um certo nível de linguagem.” (2002, p.12). Observamos também que essas orientações decorrem dos princípios constitucionais que devem nortear a administração pública.

O fato é que a argumentação também está presente nos ofícios não só porque o uso da língua é essencialmente argumentativo (ESPÍNDOLA, 2004, p. 13), mas também porque “[...] os gêneros são modelos comunicativos. Servem, muitas vezes, para criar uma expectativa no interlocutor e prepará-lo para uma determinada reação” (MARCUSCHI, 2002, p.33), como é o caso dos ofícios.

Diante dessas questões, é importante trazer para o nosso trabalho uma importante contribuição de Koch. De acordo com seu ponto de vista, a objetividade contém uma ideologia, faz parte de um tipo de discurso. “A neutralidade é apenas um mito; o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.” (KOCH, 2002, p. 17, grifo da autora).

A preocupação com os aspectos formais em detrimento de um estudo mais aprofundado acerca de outras questões importantes como é o uso que se faz da língua, acaba por reforçar a ideia de que a comunicação se dá em um nível superficial, o da simples decodificação. Pouca ênfase é dada à existência de recursos complexos, disponíveis na língua e que podem ser muito bem explorados pelo usuário. Espíndola (2000, p. 104) frisa que o texto foi e ainda é concebido como um depósito de informação que serão decodificadas pelo respectivo interlocutor, independente das condições de produção/recepção.

No que diz respeito aos elementos formais que compõem um ofício e que por isso o tornam um gênero específico, o Manual de Redação da Presidência da República (2002) prescreve o seguinte padrão:

a) o ofício deve sempre trazer a referência ao tipo de documento, seguido do número de ordem e da sigla do órgão que o expede, por exemplo: Of. 147/2010-UFPB;

b) local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita, como no exemplo:

João Pessoa, 6 de junho de 2010;

c) o assunto, que nada mais é que o resumo do teor do documento. Exemplo:

Assunto: Aquisição de novos computadores;

d) destinatário: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, além do endereço;

e) texto: nos casos em que não for mero encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão.

No parágrafo de abertura ou introdução, o assunto que motiva a comunicação deve ser apresentado. Em seguida, deve ser detalhado. Se o texto contiver mais de uma ideia sobre o assunto, elas devem ser tratadas em parágrafos distintos, o que confere maior clareza à exposição. A conclusão deve reafirmar ou reapresentar a posição recomendada sobre o assunto.

Os parágrafos do texto devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos;

f) também devem ser observados os fechos: respeitosamente e atenciosamente, sendo o primeiro para autoridades superiores e o segundo para autoridades de mesmo nível hierárquico ou inferior;

g) assinatura do autor da comunicação;

h) identificação do signatário: após o espaço para assinatura, devem ser exibidos o nome e o cargo da autoridade que as expede.

Além das características listadas, relacionadas aos elementos constitutivos, os ofícios têm uma maneira peculiar de diagramação ou apresentação. Mendes e Foster Junior (2002) afirmam que os ofícios devem ser confeccionados observando-se as seguintes recomendações:

- a) fonte do tipo *times new Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé;
- b) é obrigatório constar, a partir da segunda página, o número da página;
- c) poderá ser impresso em ambas as faces do papel. Nesse caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (margem espelho);
- d) o início de cada parágrafo do texto deve ter 2,5 cm de distância da margem esquerda;
- e) o campo destinado à margem lateral esquerda terá, no mínimo, 3,0 cm de largura;
- f) o campo destinado à margem lateral direita terá 1,5 cm;
- g) não deve ser utilizado espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo;
- h) não deve haver abuso de negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas, bordas ou qualquer outro recurso que afete a elegância e sobriedade do documento;
- i) a impressão deve ser feita em cor preta. A impressão colorida deve ser usada apenas para gráficos e ilustrações;
- j) todos os tipos de documentos no padrão ofício devem ser impressos em papel de tamanho A-4, ou seja, 29,7 x 21,0 cm.

3 Ofício como gênero do discurso

Como se pode observar, os manuais e livros voltados para confecção das correspondências oficiais apresentam uma visão simplista a respeito do ofício.

De um modo geral, a ênfase recai sobre a forma, com uma série de normatizações e recomendações a serem seguidas, notadamente repetidas pelos diversos autores que reforçam o cuidado com a linguagem para que a impessoalidade se concretize.

Outra preocupação é o correto emprego dos pronomes de tratamento, de expressões de abertura e fechamento. Inclusive, verificamos que nesses manuais há uma grande quantidade de páginas dedicadas ao uso correto dos pronomes nas mais diversas situações. Também há ênfase na utilização de expressões de abertura e fechamento, o que remete mais uma vez aos aspectos de construção formal, sem ultrapassar esse limite.

Retomando a definição Bakhtiniana de gênero como “formas relativamente estáveis de enunciados” e concordando que o enunciado reflete não só as condições específicas como também as finalidades de cada esfera da atividade humana, prosseguimos com o pensamento do autor, ao dizer que seus elementos composicionais são o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo verbal.

No que diz respeito ao conteúdo temático, de uma forma geral, os ofícios tratam de assuntos relativos à administração. São vários os propósitos comunicativos, como bem frisou Silveira (2005, p. 120) que pesquisou 56 exemplares de ofícios. Encontramos, na pesquisa da autora, vários tipos de conteúdo. Entre os mais frequentes, podemos citar:

- solicitações: de informações, documentos, empréstimo de equipamento, liberação de dependência física de instituições;
- encaminhamento de documentos para informação, apreciação ou divulgação, encaminhamento de servidores para estágios e cursos;
- convites para participação em eventos;
- veiculação de informações, tais como esclarecimentos a respeito de algum assunto, comunicações, respostas a solicitações;
- agradecimentos.

Sobre a composição, podemos afirmar que o ofício é um dos gêneros que possui a sua composição mais preservada, graças à ênfase na normatização que lhe é peculiar, já tratada na sessão anterior.

O estilo, formal por essência, é uma das características que mais se destacam nesse gênero. A ênfase na impessoalidade, clareza, concisão, são tentativas de deixar a linguagem mais objetiva e livre das marcas de quem a produz. Segundo Silveira, (2005, p. 185), por meio do *burocratês*, registro linguístico de uso comum na burocracia administrativa, há marcas através das quais a impessoalidade se realiza nos textos. Entre as que a autora conseguiu registrar estão a voz passiva e a nominalização (SILVEIRA, 2005, p. 206). A respeito desses achados, comentaremos logo adiante, quando nos referirmos especificamente à argumentação nos ofícios. Ressalta ainda a autora (2005, p. 189) que com o uso dessas marcas, pretende-se “[...] que o escrevente se anule ou se apague enquanto sujeito da sua produção textual”. A autora enfatiza que, nesses casos,

não é o redator que age e fala, e sim a instituição - o serviço público - , e por extensão, a empresa, a corporação.

Pelas características apresentadas anteriormente, de acordo com a classificação proposta por Bakhtin (2000), o ofício é um gênero do discurso complexo- pelo fato de pertencer a uma forma mais complexa de comunicação cultural, evoluída, principalmente escrita.

No que diz respeito à classificação por domínios discursivos, proposta por Marcuschi (2008, p. 190), o ofício pertence ao domínio discursivo interpessoal, modalidade escrita, onde também estão cartas pessoais, cartas comerciais, cartas abertas, atas, telegramas, memorandos, convites, informes, formulários, papel timbrado, entre outros.

Nesta pesquisa, corroboramos a posição de Koch (2002) acerca da existência de uma intenção daquele que produz um texto e, por outro lado, a aceitação ou não da intenção pretendida daquele que ouve ou lê esse texto. Além de identificar a intenção do produtor do texto, cabe ao interlocutor reconhecê-la como pertinente ou não, aceitá-la ou não. E essa é a rotina na administração, que se manifesta também através dos ofícios. As comunicações circulam e quem as recebe decide se vai aceitar ou ignorar o conteúdo exposto. Não seria o caso apenas de impessoalidade, clareza, concisão, entre outros elementos que fariam o interlocutor ser motivado a agir, mas a *forma* como o autor do texto faz uso dos recursos disponíveis na língua, dentre eles os modalizadores, para incitá-lo à ação.

Nesse sentido, a nossa investigação contribui para demonstrar de que maneira a modalização se processa no gênero ofício e de que forma se caracteriza como um recurso argumentativo, conforme será visto na seção seguinte.

SEÇÃO 4

MODALIZADORES NOS OFÍCIOS

Introdução

Esta seção é composta pela análise dos ofícios que fazem parte do *corpus* coletado para o desenvolvimento desta pesquisa. Por meio da análise desse material, nosso objetivo é descrever o funcionamento semântico-argumentativo dos modalizadores discursivos no gênero textual/discursivo ofício e identificar os efeitos de sentido que esses geram nos enunciados em que aparecem.

Nossa hipótese é que a argumentatividade se processa no gênero ofício principalmente pela presença dos modalizadores discursivos. Assim sendo, essas marcas da língua mostram não apenas o ponto de vista do locutor, mas o modo como deseja que seu enunciado seja lido, direcionando a leitura em seu favor.

O *corpus* utilizado nesta pesquisa é composto por 100 exemplares de ofícios recebidos por uma instituição federal de ensino superior entre os anos de 2008 e 2009.

Vale salientar que os ofícios foram coletados de maneira aleatória, de forma que existem exemplares emitidos por instituições de diversos estados do Brasil. Após a coleta, verificamos que, na prática, há uma pequena confusão no emprego do termo “ofício” em alguns documentos. Por isso, descartamos os textos que funcionalmente são memorandos, embora estivesse sendo utilizado o termo “ofício” com a respectiva numeração no corpo de sua identificação.

Em concordância com Mendes e Forster Junior (2002), consideramos “ofício” as correspondências trocadas entre diferentes instituições e não as correspondências que circulam internamente em uma mesma instituição, no caso, os memorandos, por entendermos que:

O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se,

portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna. (MENDES e FORSTER JUNIOR, 2002, p. 18).

Observando as definições constantes nos manuais, entendemos que a confusão é pertinente, pois há orientações diferenciadas quanto à definição das comunicações oficiais. Encontramos, por exemplo, autores que diferenciam memorandos internos e externos.

Observamos também que, em situações reais de comunicação, há algumas variações no formato, como por exemplo, as informações sobre local de emissão e data, que são alinhadas tanto do lado direito como esquerdo do documento.

Nas situações de uso concreto, nem sempre é possível encontrar a palavra “assunto” no início do documento, como recomendado, sendo necessária a completa leitura para se tomar ciência do assunto tratado. Verificamos que também haver uma pequena mudança no tipo e tamanho da fonte utilizada. Outra variação diz respeito à emissão: há casos em que os ofícios são emitidos e recebidos por setores dentro da mesma instituição, função que em princípio seria destinada ao memorando.

Como nos 100 ofícios selecionados para análise há marcas originalmente feitas sendo utilizados os recursos: negrito, sublinhado e itálico, preferimos marcar com a cor azul para destacar os modalizadores nos textos. Em seguida, foram descritos os efeitos de sentido provocados por esses elementos nos textos analisados.

O trabalho de descrição tem como suporte o referencial teórico que apresentamos nas seções 1 e 2, ou seja; a Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e seus colaboradores, e a Teoria da Modalização.

Sobre a utilização de trechos do *corpus* para ilustrar a análise, é importante ressaltar que transcrevemos os ofícios escolhidos utilizando a fonte “Times New Roman 10”. Também diminuimos o espaçamento utilizado originalmente nos ofícios e omitimos as marcas de identificação dos autores, com o intuito de preservar as identidades. Conservamos, porém, o texto como redigido no original, sem fazer qualquer alteração no que diz respeito à correção gramatical. Optamos por reproduzir cada ofício sem cortes, para que fosse percebida a influência do modalizador em foco no contexto da enunciação como um todo.

Nos ofícios analisados a seguir, foi feita uma descrição dos efeitos de sentido gerados pelo uso dos modalizadores discursivos. Ilustramos cada tipo de modalizador

com a reprodução de um ofício. Após a análise de cada ofício, colocamos na sequência, excertos contendo os mesmos tipos de modalizadores que ocorreram em todos os 100 exemplares analisados. Com isso, queremos demonstrar que o uso dessas marcas gera argumentatividade nos enunciados, denunciando os pontos de vista do locutor e direcionando a leitura em seu favor.

Apesar de ser esta uma pesquisa qualitativa, decidimos verificar também a frequência de cada modalizador no *corpus* analisado. Acreditamos que essa quantificação seja pertinente para a descrição do gênero em questão.

1 A modalização nos ofícios

A seguir, faremos a análise das modalizações epistêmica, deôntica e avaliativa presentes nos 100 ofícios que constituem o *corpus* desta pesquisa.

1.1 Modalização epistêmica

A modalização epistêmica, que revela o grau de engajamento entre o locutor e o enunciado proferido com relação à verdade, será analisada separadamente, observando-se as suas três realizações: modalização epistêmica asseverativa, modalização epistêmica quase-asseverativa e modalização epistêmica delimitadora.

1.1.1 Modalização epistêmica asseverativa

A modalização epistêmica asseverativa ocorre quando o locutor emite uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição, considerando o seu conteúdo como verdadeiro. Dessa forma, há um comprometimento do locutor a respeito do que está sendo enunciado. A análise do ofício a seguir mostra como ocorre esse tipo de modalização:

Ofício 24

CONAM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Ofício nº XX/2008

xxxxxxxxxx, 22 de abril de 2008.

Magnífico Reitor

A CONAM através de sua representação no Estado da Paraíba, por ocasião da realização do seu 10º Congresso, a realizar-se na cidade de Salvador / BA, entre os dias 22 e 25 de maio do ano em curso, onde será palco de discussão de todos os temas e problemas sociais brasileiros, estando presentes representações de todas as partes do Brasil e da América Latina, para juntos, irmanados em um só propósito formular propostas de “REFORMA URBANA”, Com soberania nacional, desenvolvimento e direitos sociais.

Com este objetivo, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência, na qualidade de grande formulador de políticas públicas, o apoio logístico para efetiva participação de nossa gente no referido evento, através de ônibus e/ou ajuda financeira, para ajudar na alimentação dos delegados (as) durante o traslado de João Pessoa/Salvador/João Pessoa, no período supra mencionado.

Na certeza de sua atenção, renovamos votos de estima e elevada consideração.

Saudações comunitárias.

XXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Nacional

Análise do ofício 24

O ofício nº 24 é um pedido do diretor nacional da Confederação Nacional da Associação de Moradores, dirigido ao reitor de uma Instituição Federal de Ensino Superior.

No primeiro parágrafo, o locutor situa o interlocutor a respeito do evento a ser realizado em Salvador, destacando a sua importância, já que “será palco de discussão de todos os temas e problemas sociais brasileiros”, inclusive com participantes de outros países da América Latina.

No segundo parágrafo, na condição de representante máximo da entidade, o diretor pede ao reitor de uma universidade apoio para o envio da delegação ao evento, seja através de transporte (ônibus), seja com alimentação ou ambos.

No fechamento do ofício, o locutor faz uso da modalização epistêmica asseverativa no trecho: “Na certeza de sua atenção, renovamos votos de estima e elevada consideração”.

A expressão modalizadora, destacada em azul, mostra o forte engajamento do locutor em relação ao dito, funcionando argumentativamente como uma tentativa de persuasão sobre o interlocutor para que atenda ao pedido, já que está manifesta a certeza de que o pedido será atendido. Essa estratégia argumentativa, além de mostrar o forte envolvimento do locutor, produz o efeito de exercer influência sobre a ação do interlocutor, que pode atender ao pedido ou optar por, de certa forma, desapontar o diretor, que na sequência afirma estimá-lo e considerá-lo de forma elevada, comprometendo o interlocutor ainda mais, não restando outra alternativa a não ser agir favoravelmente ao locutor.

Além do trecho comentado, encontramos, no *corpus* sob investigação as seguintes ocorrências de modalização epistêmica asseverativa:

“Certos da presença de Vossa Magnificência ao evento acima citado, agradecemos antecipadamente e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.” (Of. 13)

“De fato, e conforme reiteradas notícias trazidas por nossos associados, a cada dia que passa mais se avolumam as queixas e mais se deterioram esses mesmos serviços.” (Of. 21)

“É certo, porém, que no caso da XXX, isso não acontece. “De fato, sem que se altere profundamente esse estado de coisas e que se dê à entidade, o tratamento que merece, o que, para tristeza de seus assistidos, pode ocorrer, é o seu desaparecimento e a sua consequente substituição por planos [...]” (Of. 21)

“Uma coisa é mais do que certa; não há como serem responsabilizados seus assistidos por uma eventual carência de recursos para a consecução dos objetivos maiores da entidade. Esses, como se sabe, pagam em tempo hábil (consignação em folha) a sua contribuição com base em parâmetros previamente fixados, além de reembolsarem parte expressiva dos valores despendidos [...]” (Of. 21)

“O que ocorre – e isto é mais do que evidente – é uma notória e comprovada omissão, senão má vontade, por parte de alguns de seus dirigentes, talvez por desconhecerem eles a real situação em que se encontra a entidade [...]” (Of. 21)

“Em visita à Agência dx XXXX, localizada no XXXXXXXXX, na tarde de ontem, **constatamos** várias infiltrações na estrutura física do prédio que estão causando queda do reboco, mau cheiro com mofo provocado pela umidade, além de riscos à segurança e saúde de clientes e empregados.” (Of. 26)

Com relação à utilização do asseverativo *constatamos* no Of. 26, é importante recuperar o sentido do verbo *constatar*, cujo significado é estabelecer a verdade de um fato, ver com os próprios olhos, comprovar, testificar, verificar. Quando o locutor constata, considera o conteúdo da proposição com alto valor de verdade.

Lima (2010, p. 3), que investigou a ocorrência de modalizadores no gênero Resumo Acadêmico, ressalta que, no texto científico, baseado em experimentos e em que tudo deve ser comprovado, testado, o verbo *constatar* adquire o sentido de prova, de verdade. Por essa razão, esse verbo funciona como epistêmico asseverativo, já que marca a certeza do locutor em relação ao conteúdo do enunciado. Sentido semelhante ao que ocorre no ofício analisado.

“**Com a certeza de** contar com o interesse e ativa participação dos integrantes de seu corpo discente e docente, informamos que os cartazes de divulgação já foram encaminhados para a coordenação dos cursos [...]” (Of. 27)

“O lançamento deste programa do MEC **demonstrou claramente** a sensibilidade do governo para a solução de uma antiga reivindicação dos estudantes, da ANDIFES e de outras importantes entidades.” (Of. 41)

“Esperamos com estas considerações, que **certamente** se constituem em preocupações compartilhadas pelo conjunto de Reitores, contribuir para o debate destas questões e a busca de soluções.” (Of. 41)

“**Certos de** contarmos com a presença de V. S^a na abertura deste evento colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos [...]” (Of. 60)

“**Certos de** vossa especial atenção, aguardamos manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.” (Of.70)

“Diante desta gravíssima possibilidade que traria sérios e irreparáveis prejuízos às atividades acadêmicas de todo o campus, **certamente** provocando críticas e reclamações gerais, vimos solicitar a Vossa Senhoria, conferir e/ou averiguar a situação exposta, encontrando em caráter de urgência a solução para o problema.” (Of. 78)

A partir das reflexões sobre o uso dos epistêmicos asseverativos no corpus analisado, é importante frisar que os modalizadores *na certeza de*, *com a certeza de* e *certos de* foram utilizados no fechamento dos ofícios. O objetivo do locutor com esse uso é exercer uma espécie de influência ou pressão para que o interlocutor atenda o seu pedido ou solicitação. Ao manifestar certeza em relação à legitimidade ou procedência do que pede ou expõe, o interlocutor é posicionado numa situação desfavorável, caso deseje frustrar as expectativas lançadas pelo interlocutor através desses modalizadores.

De acordo com o contexto em que ocorreram nesta pesquisa, os modalizadores *de fato*, *é certo* e *mais do que certo*, foram utilizados para imprimir um alto grau de certeza do locutor em relação ao que é enunciado. A intenção do locutor nesses casos é elevar o nível da informação ao próprio fato em si, inclusive através do superlativo *mais do que certo*, aproximando a informação a um fato.

A respeito das formas *como se sabe* e *é mais que evidente*, ao usar a forma impessoal, o locutor faz uso da estratégia argumentativa de compartilhar com o interlocutor a sua certeza em relação ao conteúdo proposicional, expressando uma certeza que envolve também o interlocutor. Essa estratégia é bastante eficaz, pois explicita uma espécie de conhecimento compartilhado entre quem enuncia e possíveis interlocutores. O mesmo acontece ao usar as expressões: *notória*, *comprovada* e *demonstrou claramente*.

Interessante observar que nos dois trechos em que o advérbio *certamente* ocorreu, como em “[...] **certamente** se constituem em preocupações compartilhadas pelo conjunto de Reitores [...]” e em “[...] **certamente** provocando críticas e reclamações gerais [...]” o asseverativo foi utilizado pelo locutor para expressar uma certeza não só em relação a um conteúdo proposicional mas também em relação a uma projeção, como que sutilmente convidando o interlocutor a acompanhar o raciocínio no sentido de imaginar uma situação a ser evitada.

1.1.2 Modalização epistêmica quase-asseverativa

Esse tipo de modalização ocorre quando o locutor emite uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição considerando o seu conteúdo como quase certo ou ainda

como uma hipótese a ser confirmada. Dessa forma, o locutor não se compromete; não se responsabiliza pelo valor de verdade veiculado, como ocorre no ofício abaixo:

Ofício 2

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO Maceió, 21 de janeiro de 2008. Ofício nº XX/ 2008. De: Coordenação Geral de Administração Para: Universidade Federal dX XXXXXXXX A/C Sr. XXXXXXXX – Pró-Reitor de XXXXX Assunto: Solicitação de Autorização de Adesão à ATA de Registro de preços referente ao pregão nº 000XX/2007. Sr. Diretor (a): No intuito de dar continuidade ao Programa de Redução dos Gastos Públicos com aquisição de material de permanente, desta Secretaria Municipal de Saúde, estamos manifestando nosso interesse na adesão à ATA de Registro de Preços referente ao Pregão eletrônico nº 00015/2007, em vigência neste órgão até 04/08/2008. Justificamos que o processo de adesão está embasado por meio do Decreto Federal Nº 3.931/2001 Art. 8º; “A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.” (Decreto 3931/2001) É de fundamental importância para nós a possibilidade de efetuar nossas aquisições por meio desta parceria, pois com isso conseguiremos gerar economia para esta Secretaria. Desde já agradecemos e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos necessários. Respeitosamente, Drº. XXXX XXXXXXX XXXXX Secretário Adjunto/ SMS
--

Análise do Ofício 2

O ofício nº 2 é uma solicitação de permissão para adesão à ata de registro de preços a um pró-reitor de uma instituição federal de ensino superior.

O locutor inicia seu pedido fazendo uma contextualização que direciona a leitura em seu favor, ao afirmar que tem o “intuito de dar continuidade ao Programa de

Redução dos Gastos Públicos”. Em seguida, manifesta explicitamente seu interesse em aderir à ata de registro de preços da instituição e cita um decreto federal que embasa seu pedido. Encerrando a solicitação, faz uso de um recurso modalizador do tipo quase-asseverativo ao afirmar que “É de fundamental importância para nós a **possibilidade** de efetuar nossas aquisições por meio desta parceria, pois com isso conseguiremos gerar economia para esta Secretaria.”

Por meio do termo *possibilidade*, que pode ser transformado em uma estrutura do tipo “é possível que P” ou, no contexto analisado, “*é possível* autorizar a ata para que os materiais permanentes possam ser adquiridos...”, o locutor expressa sua incerteza quanto à autorização a ser concedida pelo pró-reitor para que a adesão à ata de registro de preços possa ser efetuada. Para atingir seu objetivo, o locutor reforça a importância da *possibilidade* de obter uma resposta positiva, o que fará com que o programa de gastos públicos seja contemplado, aumentando dessa forma a sua ação sobre a resposta a ser fornecida pelo interlocutor, inclusive já se colocando à disposição para esclarecimentos necessários. Como se pode verificar, o uso da expressão modalizadora *possibilidade* afeta não apenas o trecho em que ocorre. Trata-se de uma estratégia argumentativa que alcança todo o texto.

Nas nossas investigações, além dessa ocorrência, encontramos os seguintes recortes com o mesmo tipo de modalização:

“**Na expectativa de que** esta doação contribua efetivamente para o sucesso do projeto, aproveito para encaminhar meus sinceros cumprimentos.” (Of. 04)

“A natureza privada dessas entidades impedem a interferência na sua criação. No entanto, a condição de apoio, que viabiliza a relação com as XXXX, com o poder público em geral e **possíveis** benefícios tributários [...]” (Of. 10)

“**Caso** seja acolhida a referida proposta, solicitamos a indicação de alguns estudantes, os quais deverão desenvolver trabalhos de pesquisa de preço, junto a Central de Compras desta Secretaria.” (Of. 12)

“De fato, sem que se altere profundamente esse estado de coisas e que se dê à entidade, o tratamento que merece o que, para tristeza de seus assistidos, **pode** ocorrer, é o seu desaparecimento e a sua conseqüente substituição [...]” (Of. 21)

“Muito embora tenhamos conhecimento de que a XXX/XXX está trabalhando na minuta de um projeto, a ser submetido ao Congresso Nacional, no qual estaria contemplada a **possibilidade** de execução plurianual de recursos, esta solução se

aplicaria apenas, caso aprovada, a partir de 2009. É importante ressaltar portanto que, *ao que tudo indica*, a política de liberação de recursos no final do exercício [...]” (Of. 41)

“Ressaltamos ainda que seu processo *poderá* ser incluído em Relatório de Auditoria e enviado para instauração de Tomada de Contas Especial.” (Of. 57)

“Alerto que a responsabilidade pela execução dos projetos decorrentes de descentralizações de créditos é dos dirigentes das IFES e o não cumprimento desta determinação e de outras *poderá* acarretar sanções previstas em lei.” (Of. 66)

“Solicitamos a Vossa magnificência esforços no sentido de conseguir a concessão para o funcionamento legal de uma Rádio no XXXX, para que o corpo docente e corpo discente *possam* usufruir deste instrumento de comunicação para manifestação de suas ideias [...]” (Of. 77)

“Um dos fatos que *pode* estar contribuindo para isto é a Portaria da CAPES/MEC exigindo o depósito de Teses e Dissertações na página eletrônica de cada curso de Pós-Graduação. (Of. 78)

“Considero que, em havendo, de fato, esta *possibilidade*, a saída imediata seria elevar o link do XXX através de contrato temporário com XXXX até que esteja em funcionamento o sistema de rádio proposto.” (Of. 78)

“Encaminhamos em anexo um resumo do Termo de Referência que orienta a preparação da licitação, o qual *possibilita* o perfeito entendimento do escopo dos serviços na área de atuação.” (Of. 81)

No *corpus* analisado, os quase-asseverativos se manifestaram principalmente através da forma *possibilidade* e do verbo *poder* e suas flexões para expressar uma incerteza do locutor em relação ao que pede ou expõe, já que o locutor não tem pleno conhecimento da verdade expressa no conteúdo do enunciado.

Foram também encontradas as formas *na expectativa de que*, *ao que tudo indica* e *caso + verbo ser + particípio* que funcionam como epistêmicos quase-asseverativos ao lançarem uma expectativa do locutor em relação à possibilidade de uma resposta positiva por parte do interlocutor.

1.1.3 Modalização epistêmica delimitadora

A modalização epistêmica delimitadora estabelece os limites dentro dos quais se deve considerar verdadeiro o conteúdo da proposição. Nesse caso, há um comprometimento parcial por parte do locutor com o que está sendo enunciado. O exemplo a seguir mostra como ocorre esse tipo de modalização:

Ofício 51

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR Ofício circular nº XXX/2008/MEC/SESu/GAB xxxxxxx, 22 de julho de 2008. Aos (Às) Senhores(as) Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior Assunto: Solicitação de informações sobre repasses a fundações de apoio Magnífico(a) Reitor(a), 1. O Tribunal de Contas da União desenvolve, junto a esta Secretaria de Educação Superior, ação de controle referente ao relacionamento entre as Instituições Federais de Educação Superior e suas fundações de apoio. Nesse âmbito, algumas informações disponíveis nas IFES são importantes para a análise das situações específicas envolvendo repasse de recursos. 2. Por este motivo, para atendimento a diligência requerida pelo TCU solicito seu especial esforço em identificar a esta Secretaria de Educação Superior, até o dia XX/XX/XXX, as fundações de direito privado que receberam recursos financeiros diretamente dessas instituições, nos dois últimos exercícios financeiros, discriminando o CNPJ, o número e os valores das respectivas notas de empenho, bem como do valor total empenhado para cada fundação. A pedido daquele órgão de controle, além da resposta por ofício, peço que os dados sejam enviados via eletrônica, em formato de tabela do Word, para o endereço eletrônico xxxxxxx@mec.gov.br. 3. Contando com sua colaboração, renovamos votos de elevada estima. Atenciosamente, XXXXXXX Secretário de Educação Superior

Análise do ofício 51

O ofício 51 é uma solicitação do secretário de educação superior do MEC para que os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior enviem os valores empenhados pelas instituições de apoio, para fins de controle dos repasses financeiros.

No primeiro parágrafo, o secretário de educação superior introduz o assunto tratado no ofício, explicando que “O Tribunal de Contas da União desenvolve, junto a esta Secretaria de Educação Superior, ação de controle referente ao relacionamento entre as Instituições Federais de Educação Superior e suas fundações de apoio. *Nesse âmbito*, algumas informações disponíveis nas IFES são importantes para a análise das situações específicas envolvendo repasse de recursos”.

Nesse trecho, o locutor prepara o interlocutor para o pedido a ser feito no decorrer do texto. Por isso, inicia esclarecendo que o TCU exerce ação de controle sobre as Instituições Federais de Educação Superior e suas fundações de apoio através da Secretaria de Educação Superior. O locutor, como representante dessa Secretaria que fornece os dados para o TCU, faz uso da modalização delimitadora *Nesse âmbito* para comprometer-se apenas parcialmente pelo fato de estar pedindo as informações solicitadas. Trata-se de uma estratégia argumentativa, pois a expressão delimita as condições sob as quais o enunciado é verdadeiro.

Nos recortes a seguir, estão as demais ocorrências de modalizadores epistêmico-delimitadores que encontramos no *corpus*:

“Manifesto o interesse da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Estado dx XXXX em fazer uso da Ata de registro de preços da Universidade XXXXX, através do Pregão Eletrônico XXX/XXXX, com o fim de adquirir, *nos termos, condições e especificações contidas na ata supra* os seguintes equipamentos, que atendem às necessidades [...]” (Of. 7)

“*Nos debates acerca da reforma universitária*, a Andifes sempre priorizou a implantação efetiva da autonomia e colocou as fundações como instrumento alternativo, porém, temporário. Entende a Andifes que o papel das fundações, hoje essencial deve ser reavaliado a partir dos marcos legais de um ambiente de autonomia real.” (Of. 10)

“*Dentro deste entendimento*, que traduz a prática amplamente hegemônica entre as entidades existentes, temos buscado sempre aprimorar o funcionamento dessas fundações de apoio.” (Of. 10)

“O XXXX gostaria também de expressar junto à XXXX a sua preocupação em relação ao Programa de Assistência Estudantil tanto no âmbito do REUNI como também no âmbito dos Planos de Trabalho que foram elaborados para esta ação com recursos a serem descentralizados pela SESU.” (Of. 41)

Os modalizadores epistêmico delimitadores apresentaram baixa ocorrência no *corpus* analisado. Contudo, foram considerados por ser esta uma pesquisa de caráter eminentemente qualitativo e pelo importante papel que desempenham na condução da leitura influenciando o interlocutor a agir em favor do locutor.

Observamos que a realização dos delimitadores nos ofícios pesquisados se deu principalmente através de estruturas longas, cujo efeito principal é marcar o sentido pretendido pelo locutor no que se refere à verdade. Dessa forma, o locutor se compromete parcialmente com o enunciado, como ocorre no trecho: “Nos debates acerca da reforma universitária [...]” em que o locutor delimita os tipos de debates: *acerca apenas da reforma universitária* e não acerca de outros ou todos os temas. É um recurso que deixa claro como o locutor pretende que o seu texto seja compreendido.

1.2 Modalização deôntica

Os modalizadores deônticos expressam avaliação indicando caráter de obrigatoriedade, possibilidade ou proibição no enunciado. Por serem três as realizações, a análise da utilização de modalização deôntica nos ofícios ocorrerá separadamente. Primeiramente, trataremos um ofício com exemplo de modalização deôntica de obrigatoriedade. Em seguida, mostraremos como se realiza a modalização deôntica de possibilidade e, para concluir, trataremos da modalização deôntica de proibição.

1.2.1 Modalização deôntica de obrigatoriedade

Esse tipo de modalização ocorre quando o locutor expressa o conteúdo da proposição como algo que deve ocorrer obrigatoriamente, ou seja, que o interlocutor deve seguir ou obedecer. O ofício 1 traz um caso desse tipo de modalização:

Ofício 1

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Ofício nº XXXX/2008 – DS

João Pessoa, 08 de janeiro de 2008.

Ao Magnífico Reitor,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Universidade Federal dX XXXXX,

Nesta.

Magnífico Reitor,

Cumprimentando-lhe cordialmente e atendendo a solicitação proveniente da Seção de Contabilidade deste Departamento, vimos comunicar a Vossa Magnificência o procedimento a ser adotado para realização do licenciamento anual dos veículos Oficiais, exercício 2008:

1. O demonstrativo dos valores a serem pagos (boleto de pagamento) está disponível no DETRAN ou através do Site: www.xxxxx.pb.gov.br;
2. com o demonstrativo em mãos, [faz-se necessário](#) a autorização de pagamento – SIAF (modalidade 05) da repartição ou órgão para o credor 1074 – Departamento Estadual de Trânsito – CNPJ nº 09.188.376/001-46;
3. de posse da respectiva autorização e do boleto, o pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência do Banco Real **até a data do vencimento**.
4. Após 48 horas do pagamento, o CLRV – Certificado e Licenciamento de Registro de Veículo estará disponível no DETRAN – PB.

Atenciosamente,

XXXX XXXXX XXXXXXX XXXXXXX

Diretor Superintendente

Análise do ofício 1

O ofício nº 1 é dirigido ao reitor de uma instituição de ensino superior como resposta a um pedido sobre procedimentos a serem adotados para licenciamento de veículos oficiais.

O locutor explica de maneira bastante clara, através de quatro passos devidamente numerados para marcar a sequência, os procedimentos a serem adotados para o licenciamento.

Primeiramente, orienta que o boleto de pagamento pode ser obtido de duas formas: no próprio DETRAN ou através de site. Em seguida, o locutor utiliza uma modalização deôntica: “[...] com o demonstrativo em mãos, **faz-se necessário** a autorização de pagamento – SIAF da repartição ou órgão para o credor 1074 – Departamento Estadual de Trânsito – CNPJ nº 09.188.376/001-46 [...]”. A expressão “**faz-se necessário** a autorização de pagamento” é equivalente a “**é necessário** que o pagamento seja autorizado”, funcionando dessa forma como algo que deve ocorrer obrigatoriamente, um passo que o interlocutor deve obedecer para a efetivação do licenciamento.

Dessa forma, marca no trecho a obrigatoriedade de obtenção da autorização como uma condição para dar continuidade aos procedimentos.

Nos recortes a seguir, estão as demais ocorrências desse tipo de modalização:

“Desde já agradecemos e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos **necessários**.” (Of.02)

“Tal solicitação prende-se ao fato da **necessidade** imperiosa de iniciarmos o quanto antes a execução do ano letivo 2008 dos cursos UFPB/Virtual.” (Of. 03)

“Esclareço que as três vias do Termo **deverão** ser assinadas, mas não datadas, visto que a data será inserida pelo Setor de Patrimônio da ENSP/Fiocruz, por ocasião da publicação do documento no Diário Oficial da União.” (Of. 04)

“Serve o presente, para REITERARMOS Vossa Magnificência que **deverá** ser providenciada a esta Secretaria o solicitado na mensagem XXXXX, de 02 de outubro de 2007, referente à documentação complementar [...]” (Of. 08)

“Conforme disposições constantes no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990 com as alterações inseridas pelo Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007 e tendo em vista a **necessidade** da adoção de procedimentos, com o escopo de dar destino definitivo aos bens adquiridos com recursos de convênios celebrados entre essa entidade e a Anvisa, e que já foram devidamente finalizados, solicito a Vossa Senhoria que confirme [...]” (Of. 9)

“Condições objetivas que garantam a subordinação dessas entidades às políticas de ensino, pesquisa e desenvolvimento das IFES apoiadas **devem** ser estabelecidas como requisito **necessário** para o reconhecimento por parte das instituições de ensino e pelo MEC.” (Of. 10)

“Entende a ANDIFES que o papel das fundações, hoje essencial **deve** ser reavaliado a partir dos marcos legais de um ambiente de autonomia real.” (Of. 10)

“Com fundamento no que dispõe a Lei nº 6.999, de 07.06.82, e a Resolução do TSE nº 20.753, de 12.02.2001, **requisito**, pelo prazo de 01 (hum) ano...” (Of. 14)

“Saliento que a requisição de servidores para suprir as necessidades funcionais da Justiça Eleitoral, quando exigir o acúmulo ocasional de serviço, é prerrogativa garantida pelo Código Eleitoral, art. 30, XIII. Informo, ainda, que o servidor ora requisitado para o serviço eleitoral **deverá** conservar todos os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo.” (Of. 14)

“A fim de fazer face às despesas, **torna-se necessário** ajustar as taxas fixadas anteriormente. Para tanto, foi considerada a inflação...” (Of. 18)

“Buscando colher elementos e agilizar os procedimentos supracitados, **REITERO** a Vossa Senhoria o envio de cópias dos procedimentos administrativos instaurados no âmbito interno da XXX, os quais buscam a apuração das responsabilidades pelas referidas ocorrências.” (Of. 25).

É importante deixar claro que o verbo *reiterar*, empregado no excerto acima, é sinônimo de: *é obrigatório que*. No trecho recortado, deve ser lido como: *é obrigatório que sejam enviadas as cópias solicitadas*, pelo contexto em que aparece: solicitação feita por uma autoridade – delegado de polícia federal a fim de que a ação do interlocutor, de enviar as cópias, dê continuidade aos inquéritos policiais instaurados.

“Na categoria Gestão da Reciclagem, os trabalhos **deverão** ser desenvolvidos dentro do tema: Reciclagem de Alumínio e na Categoria Produtos e Aplicações o tema é livre. As inscrições serão encerradas em 22 de agosto e a entrega dos trabalhos inscritos **deverá** ser feita até 22 de setembro de 2008.” (Of. 27)

“ Com o fim de instruir os presentes autos, solicito a Vossa Senhoria o seguinte: [...] com arrimo no § 5º, do art. 8º, da Lei Complementar n. 75/93, fixo o **prazo de 10 (dez) dias, para cumprimento** da requisição supra, contando esse prazo a partir do recebimento deste ofício.” (Of. 28)

“**De ordem** do presidente da ANDIFES, reitor XXXXXX, acuso o recebimento na conta da associação de R\$.... valor creditado por essa IFES no dia 20 de junho de 2008.” (Of. 43)

“Lembramos ainda, que a data limite para envio das propostas é até o dia 30/07/2008 e as propostas **devem** tratar das seguintes ações: Apoio a projetos emergenciais; apoio para o cumprimento de decisões judiciais [...]” (Of. 52)

“Aproveitamos ainda o ensejo para informar-lhe os dados referentes a este órgão e a seus representantes legais, **necessários** à sua qualificação no corpo do instrumento jurídico a ser assinado pelas partes envolvidas, conforme se seguem [...]” (Of. 56)

“Solicitamos, portanto a adoção das medidas **necessárias** à regularização destas pendências, impreterivelmente até o dia 29 de setembro, para que o lançamento não seja processado no sistema. O não atendimento desta solicitação acarretará impedimento a vossa senhoria [...]” (Of. 57)

“Alertamos para que ao final da execução do objeto do Termo de Cooperação, **faz-se necessária** a apresentação do relatório descritivo detalhado das ações executadas, conforme disposto no artigo 6º da Resolução FNDE/CD nº 28/2008.” (Of. 58)

“**De ordem** do Excelentíssimo Senhor Prefeito XXXX, encaminhamos a Vossa Senhoria, devidamente assinado, o convênio nº 018/2008 celebrado entre a Prefeitura Municipal de XXXX e a Universidade Federal de XXXX, processo nº XXXX, que trata do Termo de Compromisso de Estágio para as devidas Providências.” (Of. 61)

“Assim sendo, manifestamos o interesse em participar do processo licitatório a ser deflagrado por esta universidade para a contratação de serviços de telecomunicações atualmente em uso por esta instituição de ensino, bem como das **necessárias** ampliações já em implantação.” (Of. 65)

“A XXXX possui hoje menos de 10% dos Órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal na sua base de clientes, os quais serão comunicados da **necessidade** do processo licitatório, pois não será mantido nenhum serviço que não esteja pautado na Lei 8666/93, evitando assim futuros problemas para ambas as partes.” (Of. 65)

“O art. 2º da Lei de Licitações **determina** que: ‘as obras, serviços, inclusive da publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da administração pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitações, ressalvadas as hipóteses prevista nesta lei.’” (Of. 65)

“Em caso de devolução de recursos não utilizados, solicito que os saldos sejam devolvidos, na forma da Lei, acrescidos de juros e outros rendimentos, se for o caso, que **deverá ser efetuado** no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio de Programação Financeira-PF, espécie 9, tipo 15.” (Of. 66)

“O problema parece ser de fato, grave, e **exige** providências urgentes.” (Of. 78)

“Requisito a V. Magnificência a este Juízo se a executada, XXX LTDA – CNPJ XXXXX, possui crédito disponível e/ ou a receber perante esta instituição. Em caso positivo, **deverá** ser procedido o BLOQUEIO de valores até o limite das execuções do processo em epígrafe [...]” (Of. 79)

“[...] referente a servidor lotado nessa Instituição de Ensino Superior cedido a Prefeitura Municipal dx XXXX, ora ocupando cargo comissionado, **faz-se necessário** comunicar formalmente à secretaria de Administração que os valores **deverão** ser recolhidos via GRU [...]” (Of. 93)

“[...] esta XXX também **notifica** a Vossa Magnificência a apresentar, até o prazo limite do desembargo da área, Projeto de recuperação de área Degradada- PRAD, objetivando a reabilitação da área, tendo como objetivo seu uso futuro, a análise da topografia [...]” (Of. 97)

“Além disto, aproveitamos o ensejo para solicitar aos magníficos reitores, as providências **necessárias** quanto ao preenchimento de todos os módulos referentes à Educação Superior do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, impreterivelmente até o dia 17 de março de 2009 [...]” (Of. 98)

A respeito dos deônticos de obrigatoriedade, houve uma recorrência da expressão *necessário* e variantes: *é necessário*, *torna-se necessário*, *faz-se necessário* empregadas no *corpus* no sentido de obrigatoriedade como em “[...] **faz-se necessária** a apresentação do relatório descritivo detalhado das ações executadas”. O objetivo do locutor ao empregar tais modalizadores não é apenas informar o interlocutor a respeito de uma necessidade, mas de colocar o conteúdo da proposição como algo que deve ser seguido, não restando ao interlocutor outra alternativa a não ser obedecer.

O emprego do verbo *dever* é algo que também merece destaque. Nos trechos em que aparece modalizando, sua função não é apenas indicar ou facultar ao interlocutor o direito de optar por seguir as orientações, mas o efeito de sentido provocado é o de tão somente incitá-lo à ação, seguir as recomendações. Dessa forma, estabelece uma relação de obrigatoriedade que deve ser entendida pelo interlocutor como “é obrigatório reagir da maneira X a respeito de P” como ocorre em “[...] **deverá** ser procedido o BLOQUEIO de valores até o limite das execuções do processo em epígrafe [...]” em

que o locutor obrigatoriamente fará um *bloqueio* e não outra ação. O mesmo ocorre no trecho “[...] **deverá** ser recolhido via GRU[...]” em que o locutor obrigatoriamente utilizará o meio indicado e não outros formulários para que a ação seja concretizada.

A expressão *de ordem* também merece atenção especial. No corpus analisado, o seu emprego está relacionado a uma sequência de ações que devem obrigatoriamente ocorrer devido a uma ordem oriunda de uma autoridade. O efeito de sentido provocado por meio desse recurso é o de estabelecer que o interlocutor obrigatoriamente está designado a seguir adiante na próxima ação, como ocorre em “**De ordem** do Excelentíssimo Senhor Prefeito XXXX, encaminhamos a Vossa Senhoria [...] para as devidas Providências.” Não resta outra alternativa para o interlocutor a não ser cumprir a ordem oficialmente comunicada.

1.2.2 Modalização deôntica de proibição

A modalização deôntica de proibição diz respeito ao direcionamento da leitura do conteúdo proposicional como algo proibido, ou seja, que não deve acontecer. O ofício abaixo exemplifica esse tipo de modalização:

Ofício 71

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Departamento de Logística e Serviços Gerais Sustentação Operacional Esplanada dos Ministérios, Bloco X , Xº andar, XXXXX-XXX – Brasília – DF	
Ofício nºXXX/DLSG-MP	Brasília, 27 de dezembro de 2009.
A Sua Senhoria a Senhora Maria XXXXX XXXXXX Coordenadora Administrativa Ministério da Educação Universidade Federal dx XXXXX Campus Universitário X- s/n – XXXXX	
Assunto: Alteração de quantidade.	
Senhora Coordenadora,	

Em atenção ao ofício nº xx/2009/PRA/CA de 17 de novembro de 2009, Pregão Eletrônico nº xx/2009, UASG XXXXX, solicitando a alteração na quantidade dos dois itens do referido pregão, informamos a *impossibilidade* de sua solicitação, em razão de não constar no Edital a quantidade solicitada no ofício supracitado, *impossibilitando* assim sua alteração.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

XXXXXX

Gerente de Projetos

Análise do ofício

O ofício 71 é uma resposta negativa do gerente de projetos dirigida a uma coordenadora de administração que havia solicitado autorização para alterar a quantidade de dois itens de um pregão eletrônico.

No recorte “[...] informamos a *impossibilidade* de sua solicitação, em razão de não constar no Edital a quantidade solicitada no ofício supracitado, *impossibilitando* assim sua alteração”, o locutor faz uso do modalizador deôntico de proibição *impossibilidade* para informar que não será possível atender à solicitação.

É importante frisar que nesse contexto, o termo *impossibilidade* é sinônimo de proibição porque apenas o setor consultado- o Departamento de Logística e Serviços Gerais tem, entre suas atribuições, a de fazer a referida alteração. O gerente deixa claro o motivo pelo qual a solicitação não acontecerá e retoma a resposta negativa através do termo *impossibilitando* no trecho “[...] *impossibilitando* assim sua alteração”. Caso a hierarquia não seja respeitada e a alteração seja feita por outros meios, caracteriza-se como uma infração. Portanto, o conteúdo proposicional deve ser lido como *a alteração na quantidade dos dois itens do referido pregão está impedida ou proibida de ocorrer*.

Em todo o *corpus* analisado, houve apenas três casos de modalização deôntica de proibição. A terceira ocorrência faz parte do recorte “Esclareço que as três vias do Termo deverão ser assinadas, mas não (*deverão ser*) datadas, visto que a data será inserida pelo Setor de Patrimônio da ENSP/Fiocruz, por ocasião da publicação do documento no Diário Oficial da União.” retirado do Of.4, utilizado como exemplo na seção 2 deste trabalho.

Ainda assim, como o presente trabalho possui caráter eminentemente descritivo, optamos por fazer o registro das três ocorrências por ser esta uma maneira de exemplificar o fenômeno estudado.

1.2.3 Modalização deôntica de possibilidade

A modalização deôntica de possibilidade ocorre quando o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo. A ocorrência desse tipo de modalização pode ser verificada através da análise do próximo ofício:

Ofício 27

São Paulo, maio de 2008.

Ilmo(a). Sr(a). Reitor(a),

Estão abertas as inscrições para o 7º Prêmio Alcoa de Inovação em Alumínio dirigido para estudantes dos cursos superiores de tecnologia, graduação e pós-graduação (*lato sensu*) e, profissionais que atuam com projetos e planejamento de gestão sem distinção quanto à profissão, tipo ou tempo de atuação no mercado.

Destacamos que além do prêmio ao autor, professor-orientador e instituição do Melhor trabalho das duas categorias de participação, todos os finalistas também receberão prêmios.

Confira os principais tópicos para participação:

- O concurso é aberto em duas modalidades: - ESTUDANTE E PROFISSIONAL- e em duas categorias de participação: PRODUTOS & APLICAÇÕES e GESTÃO DA RECICLAGEM
- Podem participar estudantes de todos os cursos do nível superior em tecnologia, graduação e pós-graduação (*lato sensu*), individualmente ou em equipe multidisciplinar (da mesma instituição)
- É permitida a participação nas duas categorias (Produtos & Aplicações e Gestão da Reciclagem)
- Na categoria Gestão da Reciclagem os trabalhos deverão ser desenvolvidos dentro do tema: Reciclagem de Alumínio e na Categoria Produtos e Aplicações o tema é livre
- As inscrições serão encerradas em 22 de agosto e a entrega dos trabalhos inscritos deverá ser feita até 22 de setembro de 2008. Os finalistas serão conhecidos em Novembro e o vencedor do Melhor Trabalho em cada categoria e modalidade será divulgado no evento de premiação.

Pela presente convidamos esta conceituada instituição de ensino superior para participar do 7º PRÊMIO ALCOA DE INOVAÇÃO EM ALUMÍNIO 2008, cujas inscrições já se encontram abertas e **podem** ser efetuadas por seus alunos e professores até o dia 22 de agosto de 2008, pelo site www.xxxx.com.br.

Com a certeza de contar com o interesse e ativa participação dos integrantes de seu corpo discente e docente, informamos que os cartazes de divulgação já foram encaminhados para a coordenação dos cursos e colocamo-nos à inteira disposição para mais informações pelo e-mail premioalcoa@alcoa.com.br ou pelo tel. 11- XXXX-XXXX.

Cordialmente,

Comissão organizadora

7º Prêmio Alcoa de Inovação em Alumínio 2008

Análise do ofício 27

Neste ofício, uma empresa comunica a abertura de inscrições para o prêmio que patrocina, oferece informações quanto à inscrição, à premiação e convida professores e alunos da universidade a participarem.

No primeiro parágrafo, o locutor situa o leitor sobre a sétima edição do evento, informando a quem é permitida a inscrição. Do segundo parágrafo em diante, o locutor ocupa-se em fornecer mais detalhes sobre a premiação e o evento em si. Nos dois últimos parágrafos, o convite é formalizado. Essa escolha por si só traz uma orientação argumentativa: o locutor opta primeiro por informar a respeito do prêmio e formas de obtê-lo para então convidar formalmente o corpo docente e discente da universidade a participar do evento.

No segundo tópico “para participação”, sinalizado através de marcadores, há uma modalização deontica de possibilidade que recai sobre o trecho: “**Podem** participar estudantes de todos os cursos do nível superior em tecnologia, graduação e pós-graduação (lato sensu), individualmente ou em equipe multidisciplinar (da mesma instituição).” Essa modalização expressa a permissão dada para que os estudantes dos cursos mencionados participem do evento.

No tópico seguinte há outra ocorrência de modalização deontica de possibilidade: “**É permitida** a participação nas duas categorias (Produtos & Aplicações e Gestão da Reciclagem)”. Novamente, a modalização recai apenas sobre o recorte e neste caso indica permissão expressa para participação dos estudantes nas categorias mencionadas.

No parágrafo subsequente, o locutor faz o convite à instituição para participação no evento e informa como as inscrições podem ser feitas: “ [...] cujas inscrições já se encontram abertas e **podem** ser efetuadas por seus alunos e professores até o dia 22 de agosto de 2008, pelo site [www. xxxx.com.br](http://www.xxxx.com.br)”. Nesse trecho, há mais um caso de modalização deontica de possibilidade. O locutor indica como é permitido fazer as inscrições. Mais uma vez, o efeito do modalizador recai apenas sobre esse trecho do enunciado.

Encontramos, no *corpus*, as seguintes ocorrências desse tipo de modalização:

“[...] de posse da respectiva autorização e do boleto, o pagamento **poderá** ser efetuado em qualquer agência do Banco XXX até a data do vencimento.” (Of. 1)

“A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, **poderá** ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado de certame licitatório [...]” (Of.2)

“Conforme entendimentos mantidos com V. Sa. Solicitamos a gentileza de verificar a **possibilidade** de autorizar a liberação de ônibus adquirido com recursos do Projeto REUNI, no próximo dia 10 do mês em curso, no turno da tarde.” (Of. 82)

“O formulário para preenchimento dos dados **poderá** ser acessado através do link [HTTP://200.130.3.66/Sesu/Acompanhamentoxxxxx.xls](http://200.130.3.66/Sesu/Acompanhamentoxxxxx.xls) e enviado juntamente com o relatório para os e-mails xxx.xxx@mec.gov.br e xxxx@brturbo.com.br .” (Of. 85)

“Nesse sentido, formulamos consulta acerca da **possibilidade** de adesão desta Ata de Registro de Preços, à Fundação de Apoio da Universidade Federal [...]” (Of. 95)

“Após análise e aceitação por parte dessa Pró-Reitoria, **permita-nos** dar o ‘de acordo’ no quadro abaixo, e nos devolver este ofício [...]” (Of. 100)

Com relação aos deônticos de possibilidade, como se pode ver nos recortes acima, a modalização se deu de maneira esperada por meio dos verbos *poder* e *permitir* que conferem caráter facultativo ao conteúdo da proposição. Entretanto, a expressão *possibilidade*, empregada em “[...] verificar a *possibilidade* de autorizar a liberação de ônibus adquirido com recursos do Projeto REUNI, no próximo dia 10 do mês em curso, no turno da tarde” e em “Nesse sentido, formulamos consulta acerca da *possibilidade* de adesão desta Ata de Registro de Preços, à Fundação de Apoio da Universidade Federal [...]” que em princípio marcariam uma incerteza do locutor com relação ao conteúdo

proposicional, é utilizada nos trechos mencionados no sentido de *pedir permissão para* realizar algo.

Outro uso que merece destaque é a flexão do verbo *poder* + verbo *ser* + *particípio*, utilizada em instruções para indicar ao interlocutor a respeito da possibilidade dos passos a serem tomados para que a tarefa fosse concluída, como ocorre em “[...] de posse da respectiva autorização e do boleto, o pagamento **poderá** ser efetuado em qualquer agência do Banco XXX até a data do vencimento.” (Of. 1) e em “O formulário para preenchimento dos dados **poderá** ser acessado através do link [HTTP://200.130.3.66/Sesu/Acompanhamentoxxxxx.xls](http://200.130.3.66/Sesu/Acompanhamentoxxxxx.xls) e enviado juntamente com o relatório para os e-mails xxx.xxx@mec.gov.br e xxxx@brturbo.com.br.” (Of. 85).

Em ambos os casos, o conteúdo proposicional apresentado pelo locutor como uma possibilidade, na verdade, se configura como uma estratégia argumentativa utilizada para atenuar o caráter de obrigatoriedade do enunciado. Note-se que não há opções para o interlocutor, apesar de serem apresentadas como tal.

No caso do ofício 1, o pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência de um determinado banco, até a data determinada. Caso o interlocutor opte por não seguir essas instruções, necessitará receber outras orientações sobre como proceder para que o pagamento seja efetuado.

No caso do ofício 85, o formulário poderá ser acessado através do link; outra opção não é apresentada. Portanto, resta ao interlocutor ler o enunciado como uma instrução a ser seguida. Trata-se, mais uma vez, da utilização de uma estratégia para atenuar a obrigatoriedade.

1.3 Modalização avaliativa

A modalização avaliativa permite-nos observar como o locutor imprime no enunciado um juízo de valor; uma avaliação a respeito do conteúdo proposicional. No ofício a seguir, tem-se um exemplo de como essa avaliação se materializa no discurso e como a sua presença direciona a leitura.

Ofício 21

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

São Paulo, 15 de abril de 2008.

Ofício nº XX/2008

Digníssimo Senhor Reitor

Como entidade representativa, em âmbito regional, dos servidores integrantes da Carreira Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, não poderia a APAFISP deixar de manifestar a sua mais **veemente** inconformidade sobre a situação em que se encontra a XXX, em nosso estado, no que diz respeito à qualidade e quantidade dos serviços por ela prestados. De fato, e conforme **reiteradas** notícias trazidas por nossos associados, a cada dia que passa, mais se avolumam as queixas e mais se deterioram esses mesmos serviços. **Reina**, por isso mesmo, no seio do funcionalismo, uma **enorme** preocupação, senão um **absoluto** desalento quanto ao futuro da chamada ASSISTÊNCIA PATRONAL e, mais ainda, da própria Fundação de Seguridade Social.

Criada, como se sabe, no antigo IAPI, e posteriormente estendida a servidores de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, **sempre** objetivou a Assistência Patronal proporcionar aos seus assistidos facilidade no atendimento de suas necessidades básicas. Assim, e por **longo** tempo, propiciou a Assistência Patronal aos servidores e familiares por ela assistidos a segurança **almejada**, cabendo à administração, em contrapartida, um **elevado** grau de produtividade, **indispensável** ao **eficiente** desempenho dos encargos que lhe eram cometidos.

Aos poucos, porém, a situação se alterou. E **infelizmente** para **pior**! Como paradigma de instituições congêneres, com todo o seu **brilhante** passado, o caos se instalou, acarretando, como consequência, a redução ou quase desaparecimento, desses mesmos serviços, em razão, como consta, de descredenciamentos em massa. Aos servidores mais antigos, aqueles a que a conheceram, em seus primórdios, uma **triste** e **vergonhosa** constatação sobre a atual XXX: profissionais médicos, odontólogos, estabelecimentos hospitalares, clínicas e laboratórios se recusam a atendê-los como se fossem eles, os assistidos e seus familiares, os responsáveis pelo caos que se instalou. Alegam esses prestadores de serviços, para **constrangimento** de quem os procura, que não recebem, em tempo hábil, os valores que lhes são devidos ou que estão **exageradamente defasadas** as tabelas aplicadas, em termos de retribuição pela prestação dos serviços. Dessa forma, e por mais que se procure, por mais que se indague, **nada** de **convince** apresentam os dirigentes da Fundação, como se o resgate da imagem ou o **bom** funcionamento da entidade não lhes dissessem respeito.

Isso é uma prova **incontest** de que, mantida a atual situação, com dirigentes até mesmo **desinteressados**, não há como ser alcançada a tão **decantada melhoria** dos serviços. **Urge**, pois, que o governo adote alguma providência nesse sentido, até porque, como **apregoam** seus porta-vozes, inclusive o Presidente da República, as ações governamentais na área social sempre mereceram uma atenção **redobrada**, **especialmente** das autoridades que planejam e dirigem a execução orçamentária, em âmbito federal. É certo, porém, que, no caso da XXX, isso não acontece. De fato, sem que se altere **profundamente** esse estado de coisas e que se dê à entidade, o tratamento que **merece**, o que, para **tristeza**

de seus assistidos, pode ocorrer, é o seu **desaparecimento** e a sua conseqüente substituição por planos ou seguros de saúde existentes no mercado, todos eles **ávidos**, em conquistar essa **numerosa** e **cobiçada** clientela.

Uma coisa é mais que certa: não há como serem **responsabilizados** os seus assistidos por uma **eventual** carência de recursos para a consecução dos objetivos maiores da entidade. Esses, como se sabe, pagam, em tempo **hábil** (consignação em Folha) a sua contribuição com base em parâmetros previamente fixados, além de reembolsarem parte **expressiva** dos valores despendidos pela utilização, por eles, dos serviços médicos, odontológicos, hospitalares, etc., ainda que como já dito, de forma **extremamente precária**. O que ocorre – e isto é mais que evidente – é uma **notória** e **comprovada** omissão, senão **má vontade**, por **parte** de alguns de seus dirigentes, talvez por desconhecerem eles a **real** situação em que se encontra a entidade e que, por isso mesmo, não defendem com a ênfase que se exige junto às autoridades da área econômica, um **imediato** reajuste do chamado valor “**per capita**”, visando a equipará-lo àquele aplicado por outros órgãos ou Poderes, como são os casos do Judiciário e do Legislativo, em âmbito federal.

Por essas e por tantas outras razões, é que solicitamos de Vossa Senhoria a sua **indispensável** colaboração, senão o seu **efetivo** engajamento numa luta que não é apenas nossa, mas de milhares de servidores e seus familiares espalhados por esse Brasil afora. Impõe-se, pois, a preservação da XXXX, seja em homenagem ao seu **brilhante** passado, seja também por tudo que pode continuar representando de **positivo** para a própria administração pública federal em vários de seus compartimentos.

Atenciosamente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PRESIDENTE

Ilmo. Sr.

Reitor da Universidade XXXXXXXX

Análise do ofício 21

O ofício, assinado pelo presidente da Associação Paulista dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, expõe alguns dos problemas enfrentados por uma instituição que oferece serviços de saúde aos funcionários públicos federais, seus dependentes em todo o país e solicita do reitor o engajamento na luta pela preservação dessa instituição.

Neste ofício, observa-se inicialmente que o locutor optou por não utilizar o pronome de tratamento *Magnífico* reservado para autoridades que atuam em instituições

de nível superior como reitores. Em vez disso, preferiu a forma *Digníssimo*, que teve seu uso excluído das correspondências oficiais¹⁷.

A opção por esse tratamento tem por objetivo aproximar o interlocutor da exposição que será feita, referindo-se ao Reitor como alguém digno de compreender o problema exposto e engajar-se na *luta* proposta. Também confere ao texto um tom menos formal que o uso do pronome *Magnífico* poderia conferir. Percebe-se que o locutor, ao desenvolver o seu texto, utiliza-se em vários momentos da modalização avaliativa, imprimindo forte engajamento com o que está narrando, não economizando em adjetivos, advérbios e locuções verbais; expressões que expõem seu ponto de vista de forma bastante clara, produzindo um alto grau de envolvimento para com o enunciado.

No primeiro parágrafo, o presidente, que fala em nome da associação, não concorda com a atual situação da prestadora de serviços de saúde, modalizando o seu discurso através do uso da expressão *veemente* inconformidade. Percebe-se nesse parágrafo introdutório, um envolvimento emocional do locutor com relação ao enunciado através das escolhas que faz das expressões utilizadas: faz uso do verbo *reinar* para ressaltar a preocupação que avalia como *enorme* e encerra esse parágrafo tentando envolver o interlocutor emocionalmente ao se referir a um desalento que é *absoluto*, quanto ao futuro da instituição.

No parágrafo seguinte, o locutor faz uma pequena narrativa sobre a criação da instituição com o objetivo de mostrar o seu bom funcionamento tempos atrás. Para isso, faz uso do adjetivo *almejada*, para avaliar a segurança que a instituição oferecia aos seus segurados, mostrando que a produtividade tinha um *elevado* grau, indispensável ao seu funcionamento, avaliado como *eficiente*.

No terceiro parágrafo, a modalização utilizada pelo locutor produz um efeito de sentido que leva o interlocutor a perceber a diferença entre os serviços prestados no passado em oposição à ineficiência atual. A primeira modalização surge através do advérbio *infelizmente* que vem seguido do adjetivo *pior* e de um sinal de exclamação, mostrando uma forte reação negativa do locutor em relação ao trecho “Aos poucos,

¹⁷ Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (2002, p. 11), em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento *digníssimo*, pois a dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.

porém, a situação se alterou. E *infelizmente* para *pior!*”. Ressaltamos que apesar de o locutor ter feito uso do operador *porém*, que cria uma expectativa no sentido contrário ao que já havia sido dito, preferiu quebrar a expectativa. Em vez de introduzir um conteúdo de teor positivo, reforçou o seu discurso negativamente acrescentando ao enunciado duas expressões que apontam para um sentido negativo: “E *infelizmente* para *pior!*”.

A seguir, ressalta o “[...] *brilhante* passado [...]” mais uma vez, em oposição ao caos instalado e avalia a situação atual como uma constatação *triste* e *vergonhosa*, levando o interlocutor a fazer uma leitura negativa da atual. O locutor prossegue em sua argumentação colocando em cena, de um lado, os prestadores de serviço numa situação de *constrangimento*, alegando valores *devidos* ou *exageradamente defasados* e por outro lado traz à tona o *constrangimento* dos clientes, para confrontar com os dirigentes, que segundo o locutor, não apresentam argumentos *convincentes*, colocando-os como sujeitos desinteressados pelo *bom* funcionamento da entidade.

No quarto parágrafo, o locutor direciona a leitura ao afirmar que o desinteresse dos dirigentes é “[...] uma prova *inconteste* [...]” de que não haverá “[...] a tão *decantada melhoria* nos serviços [...]”. Nesse trecho, o locutor traz para o discurso, como fechamento da narrativa sobre os problemas da instituição, um anseio que não é só seu, funcionando como porta-voz de todos os usuários, imprimindo argumentatividade ao que está sendo enunciado. Continua o texto incitando o interlocutor à ação, em caráter de urgência, no sentido de “[...] que o governo adote alguma providência.” Esse efeito é produzido pela expressão *urge*, recaindo sobre todo o trecho do enunciado que trata de trazer a voz do governo: “[...] como *apregoam* seus porta-vozes [...]”, que dedicam “[...] atenção *redobrada* [...]” à área social, especialmente as autoridades responsáveis pelos recursos financeiros, o que no ponto de vista que o locutor estabelece são os que têm chance de reverter o quadro em favor da instituição. Conclui o parágrafo direcionando a leitura ao mostrar a necessidade de se alterar a situação atual de modo profundo e da forma que a instituição *merece*. A escolha por esse verbo produz um efeito no interlocutor de recordar o trecho em que o locutor narra o “[...] *brilhante* passado [...]” da instituição. Em seguida, tenta envolver mais uma vez o interlocutor ao indicar o futuro dos usuários, caso não seja tomada alguma atitude rápida: o *desaparecimento* da instituição, “[...] *tristeza* de seus assistidos [...]”, tentando levar o interlocutor a aderir ao seu posicionamento. Coloca também em cena as empresas de plano de saúde, como

muito interessadas, *ávidas*, ou seja, sedentas, *cobiçando* a clientela que é *numerosa*. Essa escolha vocabular pelo uso de adjetivos coloca a atual instituição como algo positivo, desejável, confiável, se algo for feito para que se retome a eficiência do passado. Coloca também as atuais empresas do mercado como interessadas apenas no lucro, nos números, dirigindo a leitura no sentido de fazer o interlocutor optar pela permanência da atual instituição.

O penúltimo parágrafo é dedicado a isentar os usuários pelas consequências da má administração. O locutor faz isso muito bem, ao usar a expressão “[...] *eventual* carência de recursos [...]” também ao afirmar que o usuário paga “[...] em tempo *hábil* [...]” as mensalidades, pois são descontadas diretamente dos salários “[...] consignação em Folha[...]” e por “[...] reembolsarem parte *expressiva* dos valores”. Em outras palavras, leva o locutor a crer que existem recursos financeiros para a solução do problema e torna a enfatizar que apesar de haver recursos, o atendimento tem ocorrido de “[...] forma *extremamente precária*.” Em seguida, expõe o ponto de vista segundo o qual há “[...] *omissão*, senão *má vontade*, por parte de alguns de seus dirigentes [...]”. É importante ressaltar que o locutor modaliza seu discurso ao lançar a culpa em apenas *parte* dos dirigentes e não a totalidade. Continua atenuando a culpa, que não recai sobre todos os dirigentes, talvez por não conhecerem a “[...] *real* situação [...]” e não defenderem “[...] com a ênfase que se exige [...] um *imediato* reajuste”, como solução para o problema.

No último parágrafo, o locutor apresenta a razão pela qual resolveu enviar a comunicação oficial ao reitor: solicitar sua colaboração que classifica como *indispensável*. Fecha a sua argumentação apresentado dois motivos pelos quais o interlocutor deva agir em prol da mudança no modo de administrar a instituição: novamente retoma o passado, dessa vez como uma homenagem ao “[...] seu *brilhante* passado [...]” e também pelo que pode representar de “[...] *positivo* para a própria administração pública federal [...]”, que inclui o âmbito de atuação do reitor.

Dessa forma, vê-se como a utilização de modalizadores avaliativos pode acrescentar argumentatividade ao enunciado, mesmo no caso de ofícios, dirigindo a leitura do interlocutor em situação favorável ao locutor.

Os trechos a seguir mostram as seguintes realizações dos avaliativos no *corpus* pesquisado:

“Cumprimentando-lhe **cordialmente** e atendendo a solicitação proveniente da Seção de Contabilidade este Departamento, vimos comunicar [...]” (Of. 01)

Em alguns textos analisados, observamos que na introdução ou no fechamento dos ofícios, o locutor faz uso de expressões tais como cumprimentar *cordialmente*, renovar votos/protestos *de elevada estima, respeito, consideração* para emitir uma avaliação positiva explícita em relação ao interlocutor. Essa avaliação e suas variantes, conforme verificado no *corpus*, podem ocorrer tanto na abertura como no fechamento dos ofícios e funciona argumentativamente como uma estratégia do locutor para aumentar suas chances de obter resposta em seu favor, já que quem dirige os votos é o locutor. Dessa forma, o interlocutor é referenciado como uma pessoa estimada e considerada. Em alguns trechos, o locutor expressa uma estima de alto nível e uma consideração especial para com seu interlocutor.

“É de **fundamental importância** para nós a possibilidade de efetuar nossas aquisições por meio desta parceria, pois com isso conseguiremos gerar economia para esta Secretaria.” (Of.02)

“**Ressalto** ainda que a execução do referido Convênio será efetivada em **estrita** observância ao Plano de Trabalho e respectivo Plano Básico [...]” (Of. 03)

O verbo *ressaltar* foi, nesse contexto, considerado como um modalizador avaliativo pelo fato de o locutor apresentar um juízo de valor a respeito do conteúdo proposicional: a execução do convênio ser “[...] efetivada em **estrita** observância [...]” e que o locutor considera como algo a ser destacado. Dessa forma, avalia o conteúdo como importante e chama atenção do interlocutor para o que enuncia. Outros verbos dessa natureza também aparecem no *corpus*, a exemplo de: *salientar, destacar, alertar*, presentes em alguns dos recortes. Fenômeno dessa natureza é discutido por Cervoni (1989, p. 74), ao analisar alguns usos do verbo dizer, em que o locutor utiliza esse tipo de verbo para introduzir seu discurso e, ao mesmo tempo, expressar um modo como esse discurso deve ser lido.

“Nesta oportunidade, **destaco** a **importância** de que esse trâmite se realize com a **máxima urgência**, viabilizando o **rápido** envio dos equipamentos. Na expectativa de que esta doação contribua efetivamente para o sucesso do projeto, aproveito para encaminhar meus **sinceros** cumprimentos. (Of. 04)

“Outrossim, encareço **especial** atenção ao pedido e que a resposta seja remetida a esta Coordenação de Convênios no prazo máximo de 15 dias.” (Of. 09)

Dirijo-me a Vossa Excelência para renovar a manifestação das universidades federais pela **importância e urgência** da plena implantação da autonomia. Esse preceito constitucional vem sendo **desconsiderado** pelos sucessivos governos [...]” (Of. 10)

“Na oportunidade, renovamos os protestos de **elevada** estima e **distinta** consideração.” (Of. 12).

“**Saliente** que a requisição de servidores para suprir as necessidades funcionais da Justiça Eleitoral, quando exigir o acúmulo ocasional de serviço, é prerrogativa **garantida** pelo Código Eleitoral, art. 30, XIII.” (Of. 14)

“Certo de poder contar com o **prestimoso** apoio de Vossa Magnificência, subscrevo-me, apresentando votos de **distinguido** respeito e consideração.” (Of. 17)

“**Ressalto**, por oportuno, que o trabalho desempenhado pelo mesmo foi de **grande importância** para esta Justiça Especializada.” (Of. 18)

“Com os nossos **cordiais** cumprimentos, estamos encaminhando a Vossa Magnificência em anexo, o Termo Aditivo do Contrato supra citado [...]” (Of. 20)

“Diante da **relevância** do acontecimento, **torna-se imperativo** a participação direta dos membros que constituem os diversos segmentos da Academia Universitária, Conselhos de Centros, Departamentos e demais colegiados.” (Of. 23).

No caso da expressão *torna-se imperativo*, trata-se de um modalizador avaliativo que assinala para o interlocutor a importância das presenças elencadas. O uso de uma expressão de aparente caráter deôntico de obrigatoriedade configura-se nesse contexto como um avaliativo pelo fato de os dirigentes de uma associação de reumatologia que assinam o documento não disporem oficialmente de poderes para dar ordem ao reitor no sentido de convocar as presenças evocadas.

“**Importante ressaltar** o **real** significado que os referidos eventos representam para o nosso estado no ambiente sócio-científico-cultural bem como no seio acadêmico de nossa universidade, que aqui estará recebendo figuras de relevo de inúmeras universidades brasileiras traduzindo **marcante engrandecimento** para toda a comunidade do nosso estado.” (Of. 23).

No contexto anterior, o locutor faz uso da expressão *real* também como um modalizador avaliativo para valorizar o pedido da ajuda de custo que faz ao Reitor por ocasião da ocorrência simultânea de três eventos.

“Com este objetivo, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência, na qualidade de **grande formador de políticas públicas**, o apoio logístico para efetiva participação de nossa gente no referido evento, através de [...]” (Of. 24)

“[...] renovamos votos de **estima** e **elevada** consideração.” (Of. 24)

“Contamos com a compreensão e o **costumeiro** apoio dessa Reitoria, visando uma solução para o problema o mais rápido possível.” (Of. 26)

“**Destacamos** que além do Prêmio ao autor, professor-orientador e instituição do Melhor Trabalho das duas categorias de participação, todos os finalistas também receberão prêmios.” (Of. 27)

“Pela presente, convidamos esta **conceituada** instituição de ensino para participar do XXX PRÊMIO XXX DE INOVAÇÃO EM ALUMÍNIO 2008, cujas inscrições já se encontram abertas e podem ser efetuadas por seus alunos e professores [...]” (Of. 27)

“Encaminho a Vossa Magnificência, para conhecimento e providências **urgentes**, cópia da informação referente à análise da prestação de contas final encaminhada por essa Universidade relativamente à Carta de Acordo nº [...]” (Of. 32)

“Com votos de **estima** e **consideração**. Atenciosamente [...]” (Of. 34)

“Acompanhando **com muita preocupação** o estado de saúde de meu irmão XXXXX, que esteve hospitalizado por mais de quinze dias, e terminou falecendo no dia xxx, só agora posso me comunicar com Vossa Magnificência, apresentando-lhe minhas felicitações, extensivas à **distinta** Vice-Reitora XXXXXX [...]” (Of. 36)

“A **boa** administração que ambos fizeram à frente da mais alta instituição de ensino superior do Estado, justificam plenamente o êxito alcançado [...]. Transmito a ambos as minhas **sinceras** saudações fraternais.” (Of. 36)

“Visto que o prazo para entrega dos documentos já excedeu o limite legal (vide ofício anexo) pedimos a **imediata** apresentação desses documentos, caso contrário, tomaremos as medidas **legais** e **cabíveis**.” (Of. 38)

“O processo de expansão porque passam as Universidades Federais Brasileiras representa um momento **singular** na trajetória da educação pública [...]” (Of. 41)

“Em que pese este **positivo** período de expansão, o primeiro semestre do ano foi **marcado** pelo **desgaste** da imagem da instituição [...]” (Of. 41)

“[...] conformando a ideia de serem estas entidades, projetos **malsucedidos** que precisam de reformulação.” (Of. 41)

“É **importante ressaltar**, portanto que, ao que tudo indica a política de liberação de recursos no final [...]” (Of. 41)

“Este é um programa de **fundamental importância** para as IFES, e **essencial** no contexto do cumprimento das metas previstas no REUNI.” (Of. 41)

“A manutenção desta data para execução destes recursos causará **sérios** prejuízos a uma série de **importantes** obras e colocará em risco o projeto [...]” (Of. 41)

“Assim sendo, seria uma **honra** a participação de Vossa Magnificência, na qualidade de expositor [...]” (Of. 43)

“**Ressaltamos** que será de responsabilidade dessa prefeitura manter a documentação atualizada no decorrer do exercício.” (Of. 47)

“[...] lançaram em junho de 2008, o **ousado** projeto da Caravana [...]” (Of. 48)

“Com os nossos **cordiais** cumprimentos solicitamos audiência com Vossa Magnificência para tratar de assunto de interesse mútuo e **pertinente** às nossas atividades.” (Of. 49)

“Nesse âmbito algumas informações são **importantes** para a análise das situações específicas envolvendo repasses de recursos.” (Of. 51)

“[...] para atendimento a diligência requerida pelo TCU solicito seu **especial** esforço em identificar a esta Secretaria de Educação Superior [...]” (Of. 51)

“[...] com a sua colaboração, renovamos votos de **elevada** estima.” (Of. 51)

“Diante da **relevância** desse encontro e levando em conta a **histórica** parceria que a xxx tem estreitado...” (Of. 53)

“Com a certeza do atendimento de nossa solicitação, apresentamos nossos protestos de **consideração** e **apreço**”. (Of. 54)

“[...] tem a **grata satisfação** de convidá-lo para o evento em [...]” (Of. 55)

“**Alertamos** para que ao final da execução do objeto do [...]” (Of. 58)

“Encaminho a V. S^a para ciência e **imediato** cumprimento, os Mandatos Judiciais n^{os} [...]” (Of. 59)

“Assim sendo, manifestamos o **interesse** em participar do processo[...]

“Cumprimentando-o (a) **cordialmente**, vimos a Vossa Senhoria solicitar que seja informado [...]” (Of. 67)

“Certos de vossa **especial** atenção, aguardamos manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.” (Of. 70)

“Ao ensejo, os protestos de nosso **elevado** apreço e **distinta** consideração.” (Of. 75)

“[...] sem nenhum ônus para a UFPB, gerando **excelente** vantagem administrativa no contrato para a instituição.” (Of. 76)

“Diante desta **gravíssima** possibilidade, que traria **sérios** e **irreparáveis** prejuízos às atividades acadêmicas de todo o campus, certamente provocando críticas e reclamações gerais [...]” (Of. 78)

“Diante do exposto e como não dispomos de recursos, solicitamos o seu **inestimável** apoio no sentido de viabilizar [...]” (Of. 80)

“Encaminhamos em anexo um resumo do Termo de Referência que orienta a preparação da licitação, o qual possibilita o **perfeito** entendimento do escopo dos serviços na área de atuação.” (Of. 81)

“Trata-se de um curso **de muitíssima importância**, face a racionalização, transparência e agilidade que o sistema COMPRASNET trouxe para a administração pública [...]” (Of. 84)

“[...] de maneira quer tal manifestação ocorra em caráter de **urgência**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, haja vista a necessidade **iminente** da realização do referido certame.” (Of. 89)

“Em reconhecimento ao **papel estratégico** das universidades, em especial do setor público para o desenvolvimento econômico e social do país [...]” (Of. 98)

“Os efeitos desse **importante** e **reconhecido** esforço são **indiscutíveis**, seja pelos números **expressivos** da expansão, seja pela adequação estrutural, aperfeiçoamento administrativo e inovação acadêmica propostos, os quais significarão, em curto prazo, **verdadeira** revolução na educação superior pública do país.” Of. 98)

“[...] e conclamar-vos a continuar este esforço de construção coletiva, cujos efeitos qualitativos e quantitativos já se apresentam **fundamentais** para o **real** desenvolvimento da educação superior pública do país, em **tão curto** prazo.” (Of. 98)

“**Ressalto**, por oportuno, que o trabalho desempenhado pelo mesmo foi de **grande** importância para esta Justiça Especializada.” (Of. 99)

“Cumprimentando-o, encarecemos de V. Sa. A **especial** atenção no sentido de autorizar Hospital Universitário XXXX a fim de utilizar [...]” (Of. 100)

Nas análises feitas, o uso de modalizadores avaliativos é uma constante nos ofícios e ocorre principalmente por meio de adjetivos, advérbios, verbos e algumas locuções verbais, mostrando como nesse gênero há um forte engajamento do locutor com o que está sendo veiculado nos enunciados.

Dentre todos os modalizadores analisados, o do tipo avaliativo é o mais frequente nos ofícios. Alguns dos destaques que o interlocutor imprime ao texto, ocorrem, inclusive, em primeira pessoa, como é o caso e *ressalto, destaque, saliente*, mostrando o forte engajamento em relação ao conteúdo proposicional. Os avaliativos ocorrem principalmente por meio de expressões adjetivas. As mais recorrentes são as expressões: *importante, especial, urgência* e variantes. Também é possível encontrar superlativos como *gravíssimo, muitíssimo, máximo* e outras expressões intensificadoras tais como: *grande, muito* que mostram como o locutor se posiciona diante do que enuncia.

Verificamos que alguns modalizadores são utilizados na abertura dos ofícios com o objetivo de enaltecer ou elogiar o interlocutor. Trata-se de uma estratégia argumentativa do locutor que objetiva aproximar-se do interlocutor e aumentar suas chances de sucesso para com o que expõe ou solicita. Essa modalização pode ocorrer por meio da utilização de um pronome de tratamento e/ ou por meio de cumprimentos ou votos.

Como pode ser visto na análise, no fechamento dos ofícios, há expressões que têm como objetivo renovar os votos dirigidos na abertura e/ou reforçar o que foi tratado no corpo do ofício. Trata-se de mais uma estratégia argumentativa para lembrar o interlocutor de sua importância na resolução da questão apresentada.

1.4 Coocorrência de modalizadores

No decorrer de nossas análises, observamos a presença de coocorrência de modalização, ou seja, a ocorrência de um modalizador imediatamente seguido por outro. Apesar de esse fenômeno não ser objeto desta pesquisa num primeiro momento, optamos por registrá-lo dado o caráter descritivo dessa investigação. Trata-se de um fenômeno ainda pouco pesquisado, porém muito importante, pois gera efeitos de sentido diversos, como se pode verificar no ofício 59:

Ofício 59

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL FEDERAL	
OF. PJ/NºXXX/08	XXXXX, 15 de agosto de 2008.
Do: Procurador Geral dx XXXXX	
Ao: Pró-Reitor dx XXXXXXXXXXXX	
Senhor Pró-Reitor: Encaminho a V. S ^a , para ciência e imediato cumprimento , os Mandatos Judiciais nºs XXXXX/2008 e XXXXX/2008 oriundos da Justiça do Trabalho.	
Atenciosamente, XXXXXXXXXXXXXXXX Procurador Geral	

Análise do ofício 59

O ofício acima tem como função encaminhar dois Mandatos Judiciais a um pró-reitor. É um texto curto no qual há um exemplo de coocorrência de modalização.

No trecho “Encaminho a V. S^a, para ciência e **imediato cumprimento**, os Mandatos Judiciais nºs [...]” o modalizador avaliativo *imediato* coocorre com o modalizador deôntico de obrigatoriedade *cumprimento*. Dessa forma, o termo *imediato* recai sobre a palavra *cumprimento*. Esse fenômeno funciona como um elemento de persuasão para que o locutor faça o que se ordena e faça com urgência: cumprir o mandato judicial.

O efeito de sentido gerado por essa combinação reforça o caráter de obrigatoriedade no enunciado e impõe ao interlocutor uma rapidez na sua (re) ação, que deve ser imediata.

Foi encontrada também coocorrência de modalização quase-asseverativa seguida de modalização deôntica de obrigatoriedade, como pode se verificar no trecho a seguir:

“A natureza privada dessas entidades impede a interferência na sua criação. No entanto, a condição de apoio, que viabiliza a relação com as IFES, com o poder público em geral e possíveis benefícios tributários **pode** e **deve** ser regulada pelas universidades e pelo governo federal.

Condições objetivas que garantam a subordinação dessas entidades às políticas de ensino, pesquisa e desenvolvimento das IFES apoiadas devem ser estabelecidas como requisito necessário para o reconhecimento por parte das instituições de ensino e pelo MEC.” (Of.10)

Nesse recorte, o modalizador *pode* incide sobre o trecho “[...] a condição de apoio [...] ser regulada pelas universidades e pelo governo federal”. Assim sendo, o locutor apresenta primeiramente o conteúdo proposicional como uma possibilidade: ser regulada, pois não tem certeza de que as universidades e o governo vão regular, mas a regulação é possível.

Em seguida, o locutor diz que não é só uma questão de possibilidade, mas que *deve* ser regulada. Dessa forma, o locutor lança mão do modalizador deôntico *deve* cujo efeito atinge os mesmos alcances do modalizador anterior, sendo que esse último incita à ação, tendo uma força maior que o epistêmico quase-asseverativo, que se enfraquece no enunciado.

A utilização do deôntico de obrigatoriedade é melhor esclarecida avançando-se na leitura do ofício, quando o locutor deixa claro que as condições devem se entendidas como um *requisito necessário* por parte das instituições de ensino e pelo MEC.

A seguir, há um exemplo de ocorrência de modalização epistêmico-asseverativa com deôntica de possibilidade. O conteúdo proposicional é apresentado primeiramente como certeza, que é em seguida enfraquecida pelo uso de outro modalizador. Note-se que a utilização do quase-asseverativo *poder* em: “*Certos de poder* contar com o prestimoso apoio de Vossa Magnificência, subscrevo-me, apresentando votos de distinguido respeito e consideração.” (Of. 17) atenua o caráter asseverativo impresso pela expressão *Certos de*.

No recorte: “O que ocorre – e isto é mais que evidente – é uma *notória e comprovada omissão*, senão má vontade, por parte de alguns de seus dirigentes [...]” (Of. 21) há um outro exemplo de coocorrência.

A expressão *uma notória e comprovada omissão* é uma expressão avaliativa que incide sobre o trecho *O que ocorre*, emitindo um ponto de vista do locutor. Dentro dessa expressão há dois modalizadores que incidem sobre a palavra *omissão* e que reforçam o caráter de avaliação: um avaliativo: *notória* – algo que se observa – e outro asseverativo: *comprovada* – algo que se comprovou, que provou, logo verdadeira,

reforçando o valor de verdade do conteúdo enunciado, ou seja; do caráter avaliativo do termo *omissão*.

No recorte a seguir, há outro caso de coocorrência que merece destaque:

“O problema *parece ser de fato*, *grave*, e exige providências *urgentes*.” (Of. 78)

Ao utilizar a expressão *parece ser*, o locutor afirma que é possível que o problema seja grave. Entretanto, ao utilizar a expressão *de fato*, o efeito de sentido provocado é o de que algo foi comprovado e que é verdadeiro. Nesse caso, há uma junção de modalizador quase-asseverativo com modalizador asseverativo. A expressão *parece ser* atenua o envolvimento do locutor com relação ao que profere, no sentido em que não o compromete, porém, o locutor não deixa de afirmar que é um *fato*, logo é verdadeiro. Prosseguindo na leitura, seu ponto de vista continua explícito na proposição com o uso da palavra *grave*, que tem uma carga semântica que aponta para um problema avaliado pelo locutor como de alta complexidade. Conclui o enunciado exigindo providências que ele avalia como *urgentes*, dada a gravidade do caso.

No trecho a seguir, há um caso de ocorrência de modalização deôntica com avaliativa:

“[...] de maneira que tal manifestação ocorra em caráter de urgência, no prazo de 48 horas, haja vista a *necessidade iminente* da realização do referido certame.” (Of. 89).

A utilização do avaliativo *iminente* recai sobre o trecho *realização do referido certame*, indicando que o locutor avalia a realização do certame como algo que está em via de efetivação imediata. Além disso, ao fazer uso do deôntico, direciona a leitura do conteúdo proposicional como algo que necessariamente deve ocorrer. O certame é visto, então, como algo necessário e que deve ocorrer o mais rápido possível. Argumentativamente, a junção desses modalizadores reforça o caráter deôntico da necessidade.

Como visto na análise, a junção de modalizadores pode reforçar o papel desempenhado por um dos modalizadores ou enfraquecê-lo, gerando efeitos de sentido diversos.

No caso de ocorrência de modalização avaliativa com modalização deôntica, ou vice-versa, o que se verificou foi que o avaliativo fortaleceu o caráter deôntico impresso ao enunciado.

A coocorrência de modalização avaliativa com asseverativa ocasionou um fortalecimento do elemento asseverativo também reforçado pelo avaliativo.

Com relação à junção de um quase-asseverativo e de um deôntico, o que se verificou no *corpus* é que o locutor primeiramente apresentou o conteúdo como uma possibilidade e em seguida, posicionou-se claramente o colocando como algo que deveria acontecer. Nesse caso, houve um fortalecimento do deôntico. E a ocorrência de uma quase-asseverativo com um asseverativo, ocasionou o enfraquecimento do segundo elemento; o asseverativo.

Por fim, a junção de um asseverativo com um deôntico de possibilidade ocasionou o enfraquecimento da modalização epistêmica asseverativa.

De acordo com essas observações, não se pode prever que efeitos de sentido poderão ser gerados a partir de uma determinada coocorrência de modalizadores, sendo necessário estudar esse fenômeno com profundidade.

2 Breves considerações a respeito dos resultados obtidos

Embora nossa análise possua caráter descritivo-qualitativo, resolvemos também quantificar as ocorrências para nos permitir visualizar os resultados.

No caso específico dos modalizadores, a tabela abaixo mostra um panorama das ocorrências:

Tabela 2 - Ocorrência dos modalizadores no gênero textual ofício

Tipo de modalização	Ocorrências	Por sub-categorias
Epistêmica	35	Epistêmica asseverativa: 17
		Epistêmica quase-asseverativa: 13
		Epistêmica delimitadora: 05
Deôntica	44	Deôntica de obrigatoriedade :32
		Deôntica de possibilidade: 09
		Deôntica de proibição: 03
Avaliativa	141	-----

Sobre a tabela 2, a primeira observação que fazemos é que foram encontrados todos os tipos de modalizadores no *corpus* investigado, inclusive havendo casos de coocorrência, gerando vários efeitos de sentido, como discutido anteriormente.

A respeito da modalização epistêmica, a do tipo asseverativo – que apresenta o conteúdo proposicional como algo certo ou verdadeiro – foi a mais frequente. A preocupação por parte do locutor em deixar o texto o mais claro possível e em apresentar o enunciado como verdade explica a preferência por esse recurso em relação aos outros.

Verificamos que há certos modalizadores asseverativos utilizados nas expressões de fechamento dos ofícios tais como: *na certeza de*, *com a certeza de* e *certos de*. A estratégia argumentativa do locutor ao fazer uso desses elementos na conclusão de sua exposição é lançar sobre o interlocutor a expectativa de que o pedido será atendido, colocando o interlocutor em posição desfavorável – não frustrar o locutor, que expressa certeza sobre a resposta almejada.

Observamos também que, no corpo do ofício, alguns modalizadores como *de fato*, *é certo* e *mais do que certo*, *constatar* foram utilizados para imprimir um alto grau de certeza do locutor em relação ao conteúdo proposicional.

Verificamos um emprego bastante específico do termo *certamente* que foi, nos contextos analisados, utilizado pelo locutor para expressar uma certeza não só em relação a um conteúdo proposicional, mas também em relação a uma projeção, levando o interlocutor a imaginar uma situação a ser evitada.

Dentre os modalizadores epistêmicos, os quase-asseverativos - que apresentam o conteúdo como algo quase-certo ou verdadeiro - obtiveram a segunda maior recorrência. O seu uso se deu principalmente através do termo *possibilidade* e demais realizações: *possível, poder, possibilita, pode*, que podem ser transformados em uma estrutura do tipo *é possível que P*. Assim sendo, o locutor expressa sua incerteza quanto ao conteúdo proposicional. Verificamos também que em alguns casos, o uso da expressão modalizadora *possibilidade* afeta não apenas o trecho em que ocorre, mas é uma estratégia argumentativa que alcança todo o texto.

Observamos que o efeito de sentido provocado pelas formas *na expectativa de que, ao que tudo indica* e *caso + verbo ser + particípio* lançam uma expectativa do locutor em relação à possibilidade de uma resposta positiva por parte do interlocutor.

Em nossas análises, percebemos que dentre os epistêmicos, os que menos ocorreram foram os delimitadores, que apareceram no enunciado na maioria das vezes por meio de estruturas longas. Esse é um recurso que ajuda a marcar a precisão da leitura, determinando os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo como verdadeiro, excluindo outras possibilidades, isentando o locutor das generalizações e, portanto o comprometendo apenas parcialmente, preservando-o.

No que diz respeito à modalização deôntica – que expressa avaliação sobre o caráter facultativo, de obrigatoriedade ou proibição, os deônticos de obrigatoriedade ocorreram em número muito maior em relação aos outros tipos.

Acerca dos deônticos de obrigatoriedade, houve uma recorrência da expressão *necessário* e variantes: *é necessário, torna-se necessário, faz-se necessário*. O objetivo do locutor ao empregar tais modalizadores foi colocar o conteúdo da proposição como algo que deve ser seguido, não restando ao interlocutor outra alternativa senão obedecer.

Nos trechos em que o verbo *dever* aparece modalizando, verificamos que sua função foi incitar o interlocutor à ação, seguir as recomendações. Dessa forma, estabelece uma relação de obrigatoriedade que deve ser lida pelo interlocutor como “é obrigatório reagir de maneira X a respeito de P”.

Observamos também o uso específico da expressão *de ordem*, que afeta todo o texto e está relacionado - pelo menos no *corpus* analisado, a uma sequência de ações que devem obrigatoriamente ocorrer devido a uma ordem oriunda de uma autoridade.

A recorrência dos deônticos de obrigatoriedade pode ser explicada pelo caráter orientador dos ofícios, que muitas vezes são emitidos por um órgão da administração superior com instruções a serem repassadas e seguidas. Como o locutor direciona o discurso defendendo o seu ponto de vista e orientando o interlocutor no sentido de agir em seu favor, é compreensível verificarmos um maior número de modalizações deônticas de obrigatoriedade em relação às de possibilidade, para que os passos, as orientações sejam seguidas e o objetivo planejado pelo locutor seja alcançado.

A realização dos deônticos de possibilidade – que expressam o conteúdo como algo facultativo ou dão permissão para que esse aconteça – se deu de maneira esperada através dos verbos *poder* e *permitir*. Entretanto, observamos que a expressão *possibilidade* foi em alguns recortes também empregada no sentido de *pedir permissão para* realizar algo. Além dessa observação, percebemos que a construção *verbo poder + verbo ser + particípio*, foi utilizada em instruções, indicando sobre os possíveis passos a serem tomados para que a tarefa fosse concluída e que na verdade, esse uso se configura em uma estratégia argumentativa do locutor para atenuar o caráter de obrigatoriedade do enunciado.

Houve, no *corpus* analisado, apenas três ocorrências do deôntico de proibição, que expressa o conteúdo como algo proibido, que não deve acontecer. Como essa pesquisa é de caráter qualitativo, decidimos descrever o fenômeno, mesmo tendo ocorrido apenas três vezes, realizando-se através da expressão *impossibilidade*, *impossibilitando* e por meio da forma *não deverão*, que aparece de maneira elíptica no enunciado.

Verificamos que os modalizadores do tipo avaliativo - que expressam avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico são os mais frequentes, denunciando forte engajamento do locutor com relação ao enunciado em que esses modalizadores aparecem. Inclusive, o elevado número de modalizadores avaliativos foi uma surpresa se levarmos em consideração que os ofícios são comunicações formais nas quais existe a recomendada preocupação em marcar distanciamento entre o locutor e o enunciado.

Algumas expressões avaliativas ocorreram na abertura ou no fechamento dos ofícios. Geralmente são cumprimentos ou votos de *estima, respeito, consideração*, dentre outros dirigidos ao interlocutor cujo objetivo é aumentar as chances de obter resposta em favor do locutor.

Outra estratégia argumentativa identificada no *corpus* foi a utilização de certos verbos como *ressaltar, salientar, destacar, alertar*, entre outros que mostram como o locutor direciona a leitura do conteúdo proposicional como algo que deve merecer atenção especial. Dessa forma, chama atenção do interlocutor para o que enuncia.

A modalização avaliativa, como já visto, é muito recorrente no *corpus* investigado e se deu principalmente por meio de adjetivos. Algumas expressões foram mais freqüentes, como: *importante, especial, urgência*, alguns superlativos e outras expressões intensificadoras, como: *grande, muito*, que mostram o forte engajamento do locutor para com o enunciado.

Outro detalhe a ser ressaltado é a coocorrência de modalizadores. Verificamos de acordo com o *corpus* analisado, que geralmente quando casos desse tipo ocorrem, há um fortalecimento ou enfraquecimento de um desses elementos, gerando efeitos de sentido diversos, direcionando a leitura em favor do locutor. O locutor se vale dessa estratégia argumentativa para, por exemplo, apresentar o conteúdo como uma possibilidade e em seguida posicionar-se explicitamente apresentando-o como obrigatoriedade. Pode, entre outros efeitos, por meio de um avaliativo, incitar o interlocutor à ação, ou ainda, entre outros efeitos de sentido proporcionados pela junção, compartilhar com o interlocutor a certeza daquilo que se afirma, aumentando as chances de que o interlocutor atenda o que lhe é apresentado.

Diante dos resultados alcançados, pode-se perceber o funcionamento semântico argumentativo dos modalizadores no gênero ofício como principal estratégia argumentativa. A presença desses elementos em suas mais diversas formas no gênero estudado mostra sua importância na construção argumentativa dos ofícios. São, sem dúvida, elementos que devem ser levados em consideração nos estudos argumentativos desse gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, apresentamos o resultado de nossas análises e fazemos algumas reflexões a respeito do estudo semântico-argumentativo dos modalizadores discursivos no gênero ofício.

Iniciamos nossa pesquisa a partir da hipótese de que a argumentatividade, característica inerente à língua, conforme discutimos na seção 1 deste trabalho, se processa no gênero ofício principalmente pela presença de modalizadores discursivos.

Assim sendo, estabelecemos como objetivos: descrever o funcionamento semântico-argumentativo dos modalizadores discursivos no gênero textual/discursivo ofício e identificar os efeitos de sentido que esses geram nos enunciados em que aparecem.

Feita a seleção do *corpus* para análise, identificamos os modalizadores presentes nos textos. Em seguida, descrevemos seu funcionamento linguístico-discursivo classificando cada ocorrência de modalização de acordo com a tabela proposta por Nascimento (2010) e analisamos os efeitos de sentido gerados nos enunciados em que apareceram.

Ressaltamos que foram encontrados todos os tipos de modalização descritos por Nascimento (2010) no *corpus* investigado, inclusive havendo casos de coocorrência, gerando efeitos de sentido diversos, como discutido anteriormente.

Com relação à modalização epistêmica, a do tipo asseverativo foi a mais frequente, havendo, inclusive algumas expressões como: *de fato*, *é certo* e *mais do que certo*, *constatar* que foram utilizadas estrategicamente pelo locutor para marcar sua certeza em relação ao conteúdo proposicional. Além disso, o termo *certamente* foi utilizado pelo locutor para levar o interlocutor a imaginar uma situação a ser evitada, com o intuito de provocar uma re (ação). Ainda, em alguns ofícios, o locutor se utilizou de expressões de fechamento contendo modalizadores do tipo: *na certeza de*, *com a certeza de* e *certos de* para marcar uma certeza a respeito da ação do interlocutor em seu favor.

No que diz respeito aos epistêmicos quase-asseverativos, a argumentatividade se processou principalmente através do termo *possibilidade* e demais realizações: *possível*, *poder*, *possibilita*, *pode*, através dos quais o locutor pôde expressar seu

posicionamento apresentando o conteúdo proposicional como quase certo, afetando ora o trecho em que ocorre, ora afetando todo o texto.

Outra estratégia argumentativa foi observada com o uso das formas: *na expectativa de que*, *ao que tudo indica* e *caso + verbo ser + particípio* que explicitam uma expectativa do locutor em relação a uma resposta positiva por parte do interlocutor.

Finalmente, concluindo o emprego dos modalizadores epistêmicos nos ofícios, os do tipo delimitadores aparecem com uma estruturação mais longa e foram utilizados de forma a comprometerem parcialmente o locutor nos recortes analisados.

Dentre os modalizadores deônticos, a forma que imprime sentido de obrigatoriedade obteve a maior representatividade e se deu principalmente por meio das expressões: *necessário*, *é necessário*, *torna-se necessário*, *faz-se necessário*. A obrigatoriedade também foi impressa ao enunciado por meio da expressão *de ordem*, cujo alcance se estende a todo o texto. Em outros momentos, a modalização teve como objetivo incitar o interlocutor à ação, a seguir as recomendações, cujo emprego se deu pelo verbo *dever*.

Os deônticos de possibilidade se realizaram da forma esperada, expressando, por parte do locutor, uma permissão a seu interlocutor, apresentando-lhe o conteúdo como algo facultativo. Esse tipo de modalização se deu principalmente por intermédio dos verbos *poder* e *permitir*. Entretanto, a construção *verbo poder + verbo ser + particípio* foi utilizada para atenuar o caráter de obrigatoriedade de algumas instruções. Houve, também, casos em que o termo *possibilidade* foi empregado no sentido de *pedir permissão para* realizar algo.

Dentre os deônticos, o que menos ocorreu no *corpus* foi o do tipo proibição, que se realizou apenas em três momentos, por meio das expressões *impossibilidade*, *impossibilitando* e *não deverá*, cujo papel foi o de apresentar o conteúdo do enunciado como algo proibido ou que não deve acontecer.

Em nosso estudo, o fato que surpreende é a forte presença da modalização avaliativa, seja por meio de adjetivos, advérbios e locuções verbais, seja por meio das expressões já tratadas neste trabalho e que evidenciam a proximidade e o envolvimento do locutor com relação ao enunciado.

Algumas expressões avaliativas ocorrem tanto na abertura como no fechamento dos ofícios, como os votos de *estima*, *respeito*, *consideração* e *demaís cumprimentos*,

estratégia argumentativa que tem como fim levar o interlocutor a agir em favor do locutor.

Outras marcas que mostram como o locutor se posiciona ao longo do texto são os adjetivos, indicando presença da subjetividade também nesse gênero formulaico. É um recurso muito recorrente nos ofícios, como é o caso de *importante*, *especial*, além das expressões que indicam *urgência* na reação do interlocutor, dos intensificadores e superlativos que mostram quão grande é o envolvimento para mobilizar o interlocutor.

A forte presença da modalização avaliativa verificada neste estudo definitivamente exclui a possibilidade de se fazer referência ao gênero ofício ou de defini-lo através de expressões como: *impessoalidade*, *imparcialidade*, *leitura única*, que encontramos na literatura sobre redações oficiais. Entendemos que o gênero em questão deve ser escrito de forma clara, concisa, que as correspondências oficiais têm uma característica própria, um vocabulário que lhes é peculiar, assim como ocorre em todos os outros gêneros, mas que a linguagem usada no gênero ofício não está isenta das marcas de quem a produz, sendo portadora de subjetividade e argumentatividade.

Um claro exemplo de língua em uso que encontramos nos ofícios foi a utilização dos verbos *ressaltar*, *salientar*, *destacar*, *alertar*, que indicam como o locutor deseja que o conteúdo seja lido: como algo que deve merecer atenção especial por parte do interlocutor.

Por fim, além das ocorrências das modalizações, há também casos de coocorrência, um fenômeno que mostra claramente como o locutor se utiliza das mais variadas estratégias para direcionar a leitura em seu favor.

Foram registradas algumas combinações de modalizações no caso dos ofícios analisados, gerando efeitos de sentido diversos, entre eles o fortalecimento ou enfraquecimento de um dos modalizadores utilizados resultando em maior força argumentativa em favor do locutor.

Os resultados da análise mostram que foi possível identificar marcas da argumentatividade tanto pelo do uso de modalizadores discursivos como por meio de suas coocorrências. Assim, confirmamos a hipótese de que o uso de modalizadores é uma estratégia argumentativa presente nesse gênero textual.

A presença desses elementos em suas mais diversas formas no gênero estudado mostra sua importância na construção argumentativa dos ofícios. São, sem dúvida, elementos que devem ser levados em consideração.

Nos manuais e livros que tratam das orientações acerca da elaboração desse gênero, verificamos que não há uma preocupação com a argumentação no texto. Encontramos apenas uma breve menção ao uso argumentativo da linguagem, mas que não orienta a respeito de como essa argumentatividade se processa ou ainda sobre os usos da língua, as intenções e os efeitos que esse instrumento de comunicação pretende produzir no interlocutor. Nos demais autores, conforme pode ser averiguado na seção 3 deste trabalho, repetiu-se o que já havia sido percebido; maior preocupação com a forma, com os aspectos ligados à diagramação.

Todavia, como o uso da linguagem é *essencialmente argumentativo*, não poderia deixar de ser também nos ofícios, apesar de serem comunicações que seguem um padrão rígido de normatização e que estabelecem relações interpessoais formais.

As análises mostraram o que afirma Citelli: “o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (1986, p. 8), de forma que, apesar de todas as preocupações, recomendações explícitas, o elemento persuasivo através das marcas linguísticas, no caso, os modalizadores também estão presentes nessas composições. Portanto, os modalizadores são marcas argumentativas próprias da língua presentes também nos ofícios e que indicam a direção argumentativa determinada pelo locutor.

Silveira, (2005, p. 146) que desenvolveu sua pesquisa sobre gêneros numa perspectiva retórica, já sinalizava para a questão da pretensa objetividade. Diz a autora que as alegadas “objetividade” e “economia” ou “concisão” que se dizem características da redação oficial poderiam não ser uma constante absoluta em exemplares autênticos dos gêneros que fazem parte da correspondência oficial e empresarial.

Como afirmamos na introdução deste trabalho, por se tratar de uma correspondência característica do universo administrativo, o emprego dos ofícios está limitado a situações muito específicas de uso, daí poucas contribuições acerca da argumentatividade terem ocorrido nessa área. Entendemos que a ênfase que é dada à formatação em si é resultado de uma concepção de língua como decodificação e que não leva em consideração a linguagem como lugar de interação, que é a que alicerça nosso trabalho.

A partir dessa perspectiva, não há como se fazer uma leitura considerando apenas o texto, sem recuperar dados do sujeito produtor, dados do contexto. Essas informações, inclusive, estão disponíveis nos ofícios, não é preciso fazer grande esforço

para recuperá-las porque fazem parte de sua estrutura composicional. No caso de um ofício assinado por alguém que ocupa o mais alto cargo na posição hierárquica da instituição, essa informação, por si só, já incita à leitura, ou seja, já é argumentativa. É difícil imaginar uma situação na qual se ignore o que consta em um ofício emitido por um reitor, por exemplo.

A descrição do funcionamento semântico-discursivo dos modalizadores nesse gênero denuncia a pretendida orientação neutra ressaltada nas cartas oficiais, principalmente no caso dos ofícios, como bem frisou Silveira (2005, p. 119) “[...] no caso dos ofícios, as relações interpessoais são mantidas formalmente, e recebem um tratamento de suposta neutralidade, em favor de uma recomendada objetividade [...]”.

A importância de se pesquisar a argumentatividade nos ofícios reside no fato de que o tratamento dado aos textos oficiais tanto nas instituições de ensino superior e também nos cursos instrumentais precisa ser revisto. É preciso levar em consideração outros aspectos, além dos formais.

Marcuschi (2002, p. 41), por exemplo, comenta o posicionamento adotado pelas instituições formadoras com relação aos gêneros textuais:

“É justamente essa desconsideração de aspectos comunicativos e interacionais que contribui para que alunos e professores se preocupem mais com a forma do texto do que com sua função e, conseqüentemente, o texto seja visto como um formulário preenchido (para leitura) ou a preencher (para escrita)”.

É necessário ampliar os horizontes com relação aos estudos e ultrapassar a mera formalidade, abrindo espaço para questões importantes como a intenção do produtor e que estratégias são utilizadas para se atingir determinado fim. Segundo Espíndola (2000, p. 108), cabe ao interlocutor chegar a um dos sentidos previstos pelo texto e tentar responder a uma questão essencial diante de qualquer texto “[...] o que o produtor desse texto pretende com ele?”

O foco dado à forma acaba por encobrir a importância da conscientização, estudo e utilização da força dos modalizadores, além de outros recursos que denunciam a argumentatividade presente nesse gênero.

O estudo da argumentação no texto oficial corrobora para que a suposta imparcialidade seja posta à prova e para que os usuários percebam que mesmo em textos que obedecem a uma padronização, que buscam a clareza, objetividade, existe, sim, uma subjetividade. Além disso, a argumentatividade inerente à língua pode ser recuperada através das marcas linguísticas, como ocorreu com a modalização avaliativa, mais recorrente nesta pesquisa. Por isso, é importante considerar, nas reflexões e cursos sobre correspondências oficiais, outros aspectos além dos essencialmente formais. Não menosprezando as características formais do gênero, queremos frisar que a função primordial da língua é argumentar, por isso, defendemos que deve ser dado um tratamento diferente a questões desse tipo.

A postura tradicionalmente adotada nos centros de formação precisa dar lugar a aspectos mais complexos como a produção de sentidos, o resgate das intenções do locutor.

Entendemos que pesquisas como esta, que lançam mão da análise da linguagem em seu funcionamento concreto, em oposição aos estudos do sistema *in vitro*, como denomina Marcuschi (1984, p. 11), fazem do ato da enunciação a base para a interpretação e compreensão do discurso.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, Oswald. **La argumentación em la lengua**. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1994.

BAKHTIN. **Estética da criação verbal**. Tradução M.E.G. Gomes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BELTRÃO, Odacir e BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência: linguagem & comunicação**: oficial, comercial, bancária, particular. 23 ed. Revista e atualizada/ por Mariúsa Beltrão. São Paulo: Atlas, 2005.

CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C.M.M. de. Advérbios modalizadores. IN: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do português falado**. Vol. II: Níveis de Análise Linguística. 2ª edição revista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CERVONI, Jean. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica lingüística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y argumentación**: Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali, Universidad del Valle, 1988.

ESPÍNDOLA, Lucienne. O dizer e o dito: eu ↔ texto ↔ tu. **Letr@ Viva**, UFPB, vol. 1, nº 2, 2000.

_____. **A entrevista**: um olhar argumentativo. João Pessoa, PB: EDUFPB, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

KOCH, Ingedore. G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Geziel de Brito. **A argumentatividade no gênero resumo acadêmico: operadores argumentativos e modalizadores discursivos**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2010 (Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica).

LIMA, Oliveira. **Manual de redação oficial: teoria, modelos e exercícios**. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. In: DIONISIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Gilmar. Ferreira; FORSTER JUNIOR, Nestor José. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2. ed. revista e atualizada. Brasília, Distrito Federal, 2002.

NASCIMENTO, Erivaldo P. **Jogando com as vozes do outro: A polifonia - recurso modalizador - na notícia jornalística**. João Pessoa: UFPB. 239 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

_____. **Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

_____. **A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-discursivas**. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2010. (mimeo).

_____. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. In: DA HORA, Derneval (org.). **ANAIS do VI congresso internacional da Abralin**. Idéia: João Pessoa, 2009. (cd-room) p. 1369 a 1376.

PERELMAN, Chaïm. **O império retórico**: retórica e argumentação. 2. ed. Lisboa: Asa Editores II, S.A, 1999.

SILVEIRA, Maria Inez. **Análise de gênero textual**: concepção sócio-retórica. Maceió: EDUFAL, 2005.

TELLES, Venícius. **Curso prático de redação e gramática aplicada**. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 1984.

ANEXO

CORPUS